UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DENISE BATISTA PEREIRA JORGE

ADOLESCENTES VULNERÁVEIS OU VULNERABILIZADOS? SENTIDOS E USOS DO TERMO VULNERABILIDADE NA PERSPECTIVA DOS AGENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP)

São Paulo

2013

DENISE BATISTA PEREIRA JORGE

ADOLESCENTES VULNERÁVEIS OU VULNERABILIZADOS? SENTIDOS E USOS DO TERMO VULNERABILIDADE NA PERSPECTIVA DOS AGENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ (SP)

(Versão Original)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IP/USP – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Martineli Massola.

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Jorge, Denise Batista Pereira.
Adolescente vulnerável ou vulnerabilizado? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP) / Denise Batista Pereira Jorge; orientador Gustavo Martineli Massola. -- São Paulo, 2013.
172 f.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Vulnerabilidade 2. Adolescência 3. Políticas públicas I. Título.

HM251

Nome: JORGE, Denise Batista Pereira

Título: Adolescente vulnerável ou vulnerabilizado? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para meu esposo Rodolfo e minhas filhas Aimée e Yasmin, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela oportunidade de aprendizado constante.

Ao meu irmão Hélcius, pelo incentivo e sugestões preciosas durante todo o meu percurso acadêmico.

À Prefeitura Municipal de Jacareí, na pessoa de Natália Maria Unger, Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social.

Aos peritos da Assistência Social de Jacareí, que gentilmente me receberam, se colocaram à disposição para a realização da coleta de dados e compartilharam comigo suas experiências atuando na Assistência Social.

Ao Gutho Pelogia, por fotografar e filmar os encontros com os adolescentes.

Aos adolescentes que participaram dos encontros e me permitiram saber um pouco sobre o que é ser adolescente no bairro onde eles vivem.

À Nicole Nothën de Oliveira, pelo incentivo nos momentos difíceis e pelo apoio durante a coleta de dados.

A Daniela Silva Andrade, pela companhia no trabalho de mapeamento das instituições e por compartilhar suas anotações comigo.

À Cilene Gomes e ao Daniel José de Andrade pela ajuda com os dados do IBGE.

À Rúbia Caroline Mendes pelo auxílio na formatação do trabalho.

Aos vários amigos, não citados anteriormente, que torceram por mim e me escutaram tantas vezes, nos momentos de empolgação com a pesquisa e também naqueles de preocupações.

Também agradeço aos professores Eda Terezinha de Oliveira Tassara e José Oswaldo de Oliveira, membros das bancas de qualificação e de defesa da dissertação, que muito colaboraram para a realização deste trabalho.

E, por último, agradeço a dedicação, o incentivo constante e o direcionamento seguro do meu orientador, Professor Gustavo Martineli Massola, sempre incentivando e mostrando caminhos, compartilhando de uma maneira generosa seu conhecimento comigo.

Pelo sonho é que vamos,
comovidos e mudos.
Chegamos, não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.
Basta a fé no que temos.
Basta a esperança naquilo
que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
com a mesma alegria,
ao que desconhecemos
e ao que é do dia a dia.
Chegamos? Não chegamos?
Partimos. Vamos. Somos.

Sebastião da Gama

RESUMO

Jorge, D. B. P. (2013). *Adolescente vulnerável ou vulnerabilizado? Sentidos e usos do termo vulnerabilidade na perspectiva dos agentes sociais do município de Jacareí (SP)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Vulnerabilidade é um tema recorrente na atualidade, haja vista a infinidade de usos e referências a essa palavra, tanto no senso comum, quanto nos meios políticos e científicos. Nas diferentes leituras encontradas sobre a vulnerabilidade, que tem sido entendida de uma maneira geral como susceptibilidade, fragilidade ou redução da autonomia, nota-se que alguns estudos priorizam determinadas questões em detrimento de outras, o que pode favorecer uma banalização e uma confusão no uso do termo. Este trabalho partiu da seguinte hipótese: a palavra vulnerabilidade tem sido usada como ponto de apoio para a elaboração das políticas públicas e para as ações sociais e uma investigação sobre a relação entre o vocábulo e a própria sociedade permitirá compreender melhor esse tema. Foram investigados os sentidos que estão sendo atribuídos à vulnerabilidade e a forma como os agentes envolvidos em programas de intervenção têm utilizado este termo e o relacionam a suas práticas sociais. Para alcançar esse objetivo foram feitos estudos bibliográficos abrangentes, procurando entender a relação entre vulnerabilidade e outros temas, elencados por sua relevância para esta busca, seguido de um estudo empírico realizado junto à Assistência Social do município de Jacareí (SP). Foram focalizadas as atividades voltadas para o público adolescente, uma vez que eles se constituem um grupo muito utilizado como referente empírico para as ações sociais, e também porque ele é alvo preferencial para as políticas públicas que empregam a terminologia aqui estudada. Concluiu-se, dentre outras coisas, que a vulnerabilidade é uma atribuição e que o termo vulnerabilidade é usado como justificativa na elaboração das políticas públicas e na materialização das ações sociais.

Palavras-chave: vulnerabilidade; adolescência; políticas públicas.

ABSTRACT

Jorge, D. B. P. Teen vulnerable or vulnerabilized? Meanings and uses of the term vulnerability from the perspective of social actors in the city of Jacarei (SP). Dissertation, Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Vulnerability is a recurring theme at present, given the multitude of uses and references to that word, both in common sense, as in political and scientific. In different readings found on the vulnerability, which has been generally understood as susceptibility, weakness or reduced autonomy, note that some studies prioritize certain issues over others, which may favor an oversimplification and a confusing use of the term. This work was based on the following hypothesis: the word vulnerability has been used as a support for the development of public policies and social actions and an investigation into the relationship between the word and the society itself will better understand this topic. We investigated the meanings that are attributed to the vulnerability and how those get involved in intervention programs that have used this term and relate to their social practices. To achieve this objective we have made comprehensive bibliographical studies, trying to understand the relationship between vulnerability and other topics, listed by their relevance for this search, followed by an empirical study conducted by the Social Services of the city of Jacarei (SP). Were focused activities aimed at teenage audiences, since they constitute a much used empirical referent for social action, and also because it is the preferred target for public policies that employ the terminology here studied. Concluded, among other things, that the vulnerability is an assignment and that the term vulnerability is used as justification in shaping public policy and the materialization of social actions.

Key-Words: vulnerability; adolescence; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema de Seguridade Social Brasileiro 20

Figura 2 - Localização da cidade de Jacareí (SP) no Brasil e no estado de São Paulo 46

Figura 3 - Municípios que fazem fronteira com Jacareí (SP) 47

Figura 4 - Localização do distrito Parque Meia Lua no município de Jacareí (SP) 50

Figura 5 - Mapa da região norte com equipamentos no município de Jacareí 52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população do município de Jacareí (1940 a 2010) 47

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Regras da Boa Convivência 138

Foto 2 – Adolescentes criando a estória com recortes 140

Foto 3 – A estória: “Um casamento sem noção” 140

Foto 4 – A estória: “O super-homem é obrigado a se casar” 141

Foto 5 – A estória: “As grandes viagens” 142

Foto 6 – Adolescentes montando a cena na praça da igreja 143

Foto 7 – Adolescentes desenhando o tapete vermelho para os noivos 144

Foto 8 – Adolescentes montando a estória com miniaturas 144

Foto 9 - A cerimônia de casamento 145

Foto 10 – A caixa de som (do funk) na frente da igreja 146

Foto 11 – A favela incluída na estória 147

LISTA DE SIGLAS

BPR – Batuíra Projeto Renascer
CAIA – Centro de Atendimento Integral ao Adolescente
CAPS/AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CDC – Centro de Desenvolvimento Comunitário
CEJU – Centro da Juventude
CEPAC - Associação “Criança Especial” de Pais Companheiros
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
GT – Grupo de Trabalho da Juventude
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAM – Jacareí Ampara Menores
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMMR – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
MPAS – Ministério da Previdência Social
NEA – Núcleo de Educação Ambiental
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
PEC – Praça de Esportes e Cultura
PIA – Plano de Atendimento Individual
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SAJ – Serviço de Atenção à Juventude
SS – Secretaria da Saúde
SSDC – Secretaria de Segurança e Defesa do Cidadão
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 Retrospecto histórico da política de Assistência Social no Brasil 17
1.2 A Política de Assistência Social no Município de Jacareí 26
1.2.1 A Proteção Social Básica em Jacareí 26
1.2.2 A Proteção Social Especial em Jacareí 29
1.3 Enunciando o problema de pesquisa 30
1.4 Os limites da noção de vulnerabilidade 31
1.5 Quem é vulnerável? 35

2 MÉTODO E CAMPO DE ESTUDO 42
2.1 Estratégias de coleta e análise dos dados 42
2.2 Campo e população de estudo 44
2.2.1 Justificativa para a escolha do campo e da população de estudo 44
2.2.2 Caracterização do município de Jacareí 46
2.2.3 O Distrito Parque Meia Lua 49

3 INTERLOCUÇÃO ENTRE A VULNERABILIDADE E OUTROS TEMAS 55
3.1 Vulnerabilidade e modernidade 55
3.2 Vulnerabilidade e pobreza 58
3.3 Vulnerabilidade e risco 59
3.4 Vulnerabilidade e violência 62
3.5 Vulnerabilidade e adolescência 70
3.5.1 A construção da adolescência 70
3.5.2 Violência e adolescência: a Legislação Brasileira 74

4 PERSPECTIVAS SOBRE A VULNERABILIDADE 79
4.1 Vulnerabilidade e ausência de renda 80
4.2 Vulnerabilidade e precariedade da rede de serviços 82
4.3 Vulnerabilidade e risco 85
4.4 Vulnerabilidade e família 88
4.5 Vulnerabilidade e ciclo de vida 90
4.6 Vulnerabilidade e modernidade 93
4.7 Vulnerabilidade, território e violência 94

5 VULNERABILIDADE, ADOLESCÊNCIA E A PRÁTICA DOS AGENTES SOCIAIS 104
5.1 Ações sociais no município de Jacareí 104
5.2 A Secretaria da Assistência Social e a adolescência 113
5.2.1 A Proteção Social Especial 113
5.2.2 A Proteção Social Básica 119
5.3 Estratégias para materialização das ações propostas pela legislação 127
5.4 A vulnerabilidade como justificativa das ações sociais 134

6 VULNERABILIDADE, TERRITÓRIO E ADOLESCÊNCIA 138
6.1 Encontrando os adolescentes 138
6.2 Vulnerabilidade e território 150

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 154

REFERÊNCIAS 159
ANEXOS 167

APRESENTAÇÃO

Interesso-me por estudar a adolescência desde a época da graduação, quando realizei uma pesquisa de iniciação científica (Jorge, 2009). Graduada e já atuando como psicóloga, trabalhei em um projeto de extensão universitária em articulação com uma instituição pública, junto a grupos de adolescentes vítimas de abandono, negligência, violência doméstica, abuso sexual, em cumprimento de medidas socioeducativas ou em liberdade assistida, e esse contato fez crescer em mim o desejo de conhecer mais sobre os adolescentes. Percebi que, nas instituições que atendem adolescentes, públicas ou privadas, aqueles que se encontram nas situações relatadas acima são denominados em situação de risco e/ou de vulnerabilidade.

No decorrer da vida acadêmica e em minha atuação profissional, observo que muitas intervenções são realizadas com grupos ou comunidades, no entanto, embora elas tenham como proposta a participação dos indivíduos na sociedade onde vivem, elas não são construídas a partir de um diagnóstico participativo. Frequentemente, os projetos são elaborados sob viés compreensivo-racional, com pouco ou nenhum contato prévio com a população alvo, e o profissional ou pesquisador dirige-se às comunidades acreditando que, por apresentar-se como porta-voz de um saber científico, consegue observar criticamente as ideologias dominantes e tem capacidade de suscitar a “libertação” do outro (Sarriera, 2004).

Meu estudo surgiu com a finalidade de observar como é ser adolescente em situação de vulnerabilidade, visando usar o conhecimento resultante para embasar futuras intervenções com jovens. Porém, na medida em que fui me aprofundando no estudo bibliográfico que o fundamenta, estudando a Política Pública de Assistência Social, observando a atuação dos especialistas da Assistência Social e de outras áreas e realizando a coleta de dados, notei que, embora o termo *vulnerabilidade* seja utilizado com muita frequência em diferentes áreas do conhecimento e em contextos variados, ele é usado como um substituto para fenômenos distintos e difusos, numa tentativa de explicar muitas coisas. A impressão que se tem já inicialmente, é a de que este termo carece de valor explicativo: os profissionais que lidam diretamente com as populações ditas vulneráveis têm muitas dificuldades para defini-lo e quando o fazem, atribuem-lhe um sentido vago, ao passo que os

estudiosos que procuram torná-lo um conceito incorrem em contradições que parecem suscitar mais dúvidas que soluções.

Enquanto pesquisadora, parti da ideia de que a vulnerabilidade existia como algo concreto, mas aos poucos me dei conta de que eu estava reproduzindo a forma como as pessoas estão usando esse termo. Fui percebendo a complexidade do tema, e isso me instigou a redirecionar a pesquisa em busca de uma compreensão sobre os usos do termo vulnerabilidade. Isso se reflete, inclusive, na forma como escrevo a dissertação – em alguns momentos o texto parece assumir os sentidos dados pelos agentes sociais para o termo vulnerabilidade – mas tento fazer um movimento de aproximação e distanciamento, visando fazer a crítica do uso desta palavra.

A adolescência foi escolhida como objeto de estudo porque essa faixa etária da população é alvo preferencial das políticas públicas e das ações sociais relacionadas a essa temática, e também para me manter conectada aos anseios iniciais da pesquisa: ampliar meus conhecimentos sobre a adolescência, embora ela tenha deixado de ser o foco do meu estudo.

Meu projeto está vinculado a uma pesquisa em andamento (que aqui será designada como "pesquisa matricial"), coordenada pela Profª Drª Eda Terezinha de Oliveira Tassara, intitulada: "Formas organizativas de coletivos sociais e políticos em cidades latino-americanas: um estudo psicossocial em fronteiras urbanas-periurbanas no território de São Paulo" (Tassara; Massola & Vichietti, 2009), no qual atuo como pesquisadora e bolsista de treinamento técnico da FAPESP (TT3). A referida pesquisa conta com o apoio financeiro da FAPESP (processo nº 10/51221-9) e do CNPq, e inscreve-se no âmbito de um convênio acadêmico internacional entre a Universidade de São Paulo (Brasil) e a Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla (México). Tem por objetivo geral contribuir para a compreensão da formação e da dinâmica psicossocial de grupos territorializados, bem como da maneira como estes grupos evoluem e se relacionam com seu entorno. Busca-se situar as causas e consequências psicossociais do associativismo civil, à luz do conceito teórico de enraizamento (Weil, 1996) e a apreensão de aspectos referentes a formas organizativas permanentes ou transitórias de coletivos sociais e políticos.

A importância de o meu estudo estar inserido no projeto matricial se deve principalmente ao fato de o matricial estar sendo desenvolvido por um grupo de pesquisadores provenientes de diferentes áreas do conhecimento – física,

arquitetura, geografia e psicologia. Trabalhar em um grupo multidisciplinar, no qual muitos pesquisadores estão investigando e refletindo juntos sobre problemáticas atuais relacionadas ao território e às implicações da globalização, favoreceu o estudo desse tema complexo e multifacetado, a vulnerabilidade, o qual está intimamente relacionado com outros temas importantes, tais como a globalização, o território, a violência e as políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Retrospecto histórico da política de Assistência Social no Brasil

A Assistência Social no Brasil é uma política pública não contributiva e direito de toda pessoa que dela necessitar. Ela tem um histórico vinculado à caridade, à filantropia e à solidariedade religiosa e, nos seus primórdios se constituía de uma diversidade de ações descontínuas e dispersas. O Governo Federal propunha ações que eram desempenhadas pelos estados e municípios de maneira desarticulada e grande parte dos programas e ações da assistência social era oferecida por meio de convênios com entidades beneficentes e filantrópicas que recebiam financiamento público e atuavam de maneira paternalista e clientelista.

Hoje, "a questão do trabalho na assistência social ganha mais complexidade pelos estigmas que a associam historicamente à caridade e à benemerência, impregnando inclusive as representações dos próprios trabalhadores da área" (Brasil, 2008, p. 33).

Benelli e Costa-Rosa (2012) abordaram a construção social e histórica da Assistência Social como instituição social e apontaram diferentes configurações paradigmáticas presentes nas práticas cotidianas dos agentes sociais. Segundo eles,

> há paradigmas que são predominantes entre diferentes atores sociais, embora não sejam exclusivos deles: o paradigma da Caridade, da Promoção Humana e da Filantropia pode ser encontrado nos dirigentes e técnicos das entidades assistenciais, o paradigma Clientelista Assistencialista é típico dos funcionários e técnicos das prefeituras municipais, já o discurso da Assistência Social como Política de Estado é um paradigma que se verifica nos políticos das esferas estaduais e nacionais, bem como em técnicos e profissionais que atuam nessas esferas mais elevadas (p.615).

Em 1937, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde e composto por pessoas ligadas à filantropia e indicadas pelo governo, cujo objetivo era de organizar o plano nacional de serviço social.

Em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o fim da guerra, ela passou a atuar em todos os setores ligados à

assistência social, avaliando “caso a caso” a situação dos indivíduos e identificando suas necessidades de benefícios, e fazendo os encaminhamentos, sem quaisquer preocupações com as questões sociais ou com a garantia de direitos dos cidadãos como um todo. A LBA foi extinta em 1995.

Com a constituição de 1946 esse modelo assistencial baseado na filantropia e na benemerência se expandiu e foram criadas muitas instituições assistenciais públicas, além de terem sido concedidos inúmeros certificados de fins filantrópicos às entidades privadas pela CNSS. Esse padrão de ações – públicas e privadas – desarticuladas se manteve durante os vinte anos de ditadura militar (1964 a 1984).

Em 1974, com a crise do petróleo e a estagnação econômica, houve uma piora das condições sociais e um crescimento da pobreza. Nesta época, foi criado o Ministério da Previdência Social (MPAS) com objetivo de formular uma política de combate à pobreza.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a assistência social passou a ser um direito de todas as pessoas e foram dadas novas diretrizes para a gestão das políticas públicas, mas ainda foi necessário muito esforço para colocar essas diretrizes em prática.

Em 1993, foi editada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cuja primeira versão havia sido vetada em 1990, e que define os objetivos da assistência social brasileira, bem como, sua forma de organização e as normas para gestão das ações socioassistenciais. Essa lei reforça a descentralização e a participação popular na elaboração, no controle e na avaliação das ações socioassistenciais, por meio de conselhos deliberativos e paritários, nas três esferas: federal, estadual e municipal.

> A Lei considera entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. Nessa perspectiva, os serviços, programas e projetos prestados pelas entidades de assistência social devem ser orientados pela lógica do direito, e não segundo a lógica do dever moral (Brasil, 2010, p.39).

Em 1997, foi editada a 1ª Norma Operacional Básica (NOB) conceituando o sistema descentralizado e participativo, e ampliando o âmbito de atuação das diferentes instâncias do governo. Por meio dela, foi instituída a exigência de serem constituídos os conselhos – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e a necessidade de se criar um fundo e um plano municipal de assistência social, de forma que o município possa receber e gerir recursos do governo federal.

Em dezembro de 2003, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, deliberando a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (Brasil, 2010, p. 42). Por meio de medida provisória, foi criado neste mesmo ano o Programa Bolsa Família, unificando os programas de transferência de renda existentes na época.

No entanto, somente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em janeiro de 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) neste mesmo ano e a regulamentação do SUAS em 2005, foi possível a retomada do movimento reformador na assistência social no Brasil.

O MDS promove a consolidação de uma ampla rede de proteção e de promoção social, integrando as áreas de Assistência Social, Renda, Cidadania e Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, busca “a articulação com outras políticas setoriais visando à plena inclusão social da população, principalmente de seus segmentos em situação de maior vulnerabilidade” (Brasil, 2008, p. 5).

A PNAS “reafirma a assistência social como política pública de responsabilidade estatal com conteúdo específico no campo da proteção social” (Brasil, 2010, p. 43) e define as bases desse modelo de gestão. Segundo a PNAS, as funções da assistência social englobam o planejamento, a organização, a execução, o monitoramento e a avaliação dos serviços de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional (Brasil, 2005).

A vigilância social refere-se à produção e sistematização de informações sobre vulnerabilidades, riscos sociais e violação de direitos, possibilitando a elaboração de diagnósticos e o planejamento das ações, nos diferentes segmentos: ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de exploração, violência ou ameaças e vítimas de preconceito.

A proteção social visa o desenvolvimento da autonomia, a garantia de rendimentos, a sobrevivência em situações de riscos circunstanciais - através de

benefícios continuados ou eventuais - e a segurança de convívio ou vivência familiar - por meio da implantação de ações que favoreçam o restabelecimento dos vínculos pessoais, familiares e de vizinhança.

A defesa social e institucional assegura a garantia de direitos aos usuários do SUAS: direito de atendimento digno, direito à informação, direito à oferta de serviços de qualidade, direito à convivência comunitária e familiar.

O SUAS consolida um modo de gestão compartilhado para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social como um dever do Estado, respeitando a diversidade das regiões decorrente de características culturais, socioeconômicas e políticas, e reconhecendo que as diferenças e desigualdades devem ser consideradas no planejamento e execução das ações (Brasil, 2005). Ele instaura "em todo o território brasileiro um mesmo regime geral de gestão e alcance da política brasileira de assistência social com a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania" (Sposati, 2006, p. 111 *apud* Brasil, 2008).

A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) estabelece a divisão de responsabilidade entre os entes federativos (federal, estadual e municipal), organiza a forma de relacionamento entre as entidades e as organizações governamentais e não governamentais, e define os instrumentos de gestão financeira e os critérios de partilha e transferência de recursos.

A Política de Assistência Social no Brasil faz parte do Sistema de Seguridade Social (Brasil, 2005), como mostra a figura 1.

Seguridade Social		
Previdência Social	Assistência Social	Saúde Pública
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	*Sistema Único de Assistência* Social (SUAS)	*Sistema Único de Saúde* (SUS)
	Proteção Social Básica (CRAS) (UBS)	Unidades Básicas de Saúde
	Proteção Social Especial (CREAS)	Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA)

Figura 1 – Sistema de Seguridade Social Brasileiro
Fonte: Brasil, 2005.

A Assistência Social é hoje direito de todo cidadão, independentemente de sua contribuição prévia. Ela visa proteção à vida, redução de danos, monitoramento de populações em risco e prevenção de incidência de agravos à vida em situações de vulnerabilidade (Brasil, 2010).

Com as inovações trazidas por esse novo modelo, a visão de atenção aos mais pobres e aos necessitados é ultrapassada e o foco da assistência social passa a ser colocado nas necessidades sociais coletivas, pautado na dimensão ética de incluir as diferenças e os diferentes.

A família - "núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social" (Brasil, 2010, p. 45) – passa a ser o alvo de atenção e cuidado da gestão social, seguindo o pressuposto de que ela precisa receber suporte do poder público pra prevenir o rompimento dos vínculos e proteger os seus membros, cabendo ao governo assegurar a toda a população o direito à convivência familiar.

Nesse sentido, foi criado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é um trabalho de caráter continuado cujo objetivo é favorecer o fortalecimento da função de proteção das famílias, prevenir a ruptura de laços e promover o acesso e usufruto de direitos para os seus membros, por meio do acesso aos benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais do governo. Além disso, trabalha-se para disponibilizar uma rede de serviços nas áreas de maior vulnerabilidade e riscos, focando a garantia de direitos socioassistenciais integrados ao núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

As necessidades específicas das pessoas que vivem em determinado local passam a ser valorizadas, assim como suas potencialidades e habilidades. Os gestores e agentes sociais precisam, portanto, encontrar maneiras de detectar "as desigualdades sociais que provocam as inúmeras vulnerabilidades e riscos, bem como os recursos para enfrentar tais situações" (Brasil, 2010, p. 43).

As ações de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e de risco social - os serviços socioassistenciais devem agora ser oferecidos em locais próximos aos seus usuários, no território onde as pessoas vivem. "Vulnerabilidade e riscos deixam de ser vistos, portanto, como responsabilidades do indivíduo" (Brasil, 2010, p. 43) e passam a ser compreendidas na perspectiva da territorialização.

O SUAS configurou a proteção social em duas modalidades: Básica e Especial. A Proteção Social Especial caracteriza-se por um conjunto de serviços protetivos voltados para famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados – situações de negligência ou abandono, de maus tratos (físicos e psicológicos), de abuso/exploração sexual, e ainda situação de rua e trabalho infantil. Também são atendidas nessa modalidade pessoas envolvidas com atos infracionais e que estão cumprindo medidas socioeducativas.

A Proteção Especial é organizada em média e alta complexidade. A Proteção Especial de Média Complexidade é de responsabilidade do Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) e, de acordo com o porte, a necessidade e o nível de gestão do município, ele poderá ser implantado com abrangência municipal ou regional.

As principais funções do CREAS são:

> a oferta de serviços de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, tendo a família como foco de suas ações, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção e socialização de seus membros. Para tanto, deve manter articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos, com a rede socioassistencial e com as demais politicas públicas (Brasil, 2010, 48).

A Proteção Social Especial de alta complexidade contempla acolhimento temporário ou permanente para crianças, adolescentes, adultos, idosos e famílias de migrantes e população de rua; prestação de serviços visando a erradicação do trabalho infantil e o enfrentamento de situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; serviços de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

As ações de alta complexidade são executadas por meio dos serviços de acolhimento institucional, em repúblicas, em famílias acolhedoras e pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Seus objetivos são: “garantir a proteção integral, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário” (Brasil, 2010, p.49).

A Proteção Social Básica visa a prevenção de situações de risco e a superação das condições de vulnerabilidade por meio de ações que favoreçam o convício social e promovam trabalhos socioeducativos de caráter preventivo, com centralidade na família; implantação de projetos de enfrentamento à pobreza; oferecimento de serviços voltados para as crianças, jovens, adultos e idosos vulneráveis; implantação de centros de informação e formação para o trabalho, voltados para jovens e adultos; desenvolvimento de programas de geração de renda.

Ela atua por meio de diferentes unidades, dentre elas, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos (Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos).

Os principais eixos de atuação da proteção básica são: o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos organizados por faixa etária (crianças, adolescentes, jovens e idosos) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O PAIF deve necessária e exclusivamente ser oferecido nos CRAS e por isso ele tem prioridade sobre os demais serviços, os quais podem ser ofertados, se necessário, em outras unidades públicas de assistência social ou ser executados de forma indireta em entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, bastando para isso que eles sejam a ele referenciados.

> O CRAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra entidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente referenciados (Brasil, 2009, p. 9).

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e, para isso, os técnicos precisam conhecer as necessidades e potencialidade do território e das famílias que vivem ali, as situações de risco e vulnerabilidade ali presentes e os serviços disponíveis no local.

O público alvo do CRAS são as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, acesso aos serviços públicos

precários ou sem acesso), fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. São priorizados os atendimentos a famílias contrarreferenciadas ao CREAS, beneficiárias dos programas de transferência de renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), PROJOVEM e Ação Jovem.

> A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica (Brasil, 2009, p.10).

As formas de acesso ao CRAS são por demanda espontânea - quando a família, indivíduo ou grupo vai até o CRAS solicitar atendimento; por busca ativa - quando os técnicos localizam famílias ou grupos identificando potenciais usuários do SUAS e faz contato com eles visando inseri-los na rede de atendimento; por encaminhamento - quando os usuários chegam encaminhados pela rede socioassistencial ou por serviços das demais políticas públicas.

Os atendimentos nos CRAS englobam acolhimento aos usuários, articulação da rede de proteção social, escuta referenciada ou atendimento social, encaminhamentos e oferta de Benefícios Eventuais, mediante apresentação de demandas.

O acolhimento ocorre por meio de atividades grupais que visam explicar o que o serviço oferece e promover a integração entre os usuários.

A articulação da rede de proteção social tem por objetivo fortalecer os vínculos entre a rede local e as demais políticas públicas (governamentais e não governamentais). Isso é feito através de visitas aos espaços físicos que compõem a rede de proteção social, com o objetivo de conhecer o trabalho ali desenvolvido e propiciar a articulação e o planejamento conjunto de ações a serem desenvolvidas no território.

A escuta referenciada ou atendimento social é realizada individualmente e permite identificar demandas implícitas e explícitas do usuário, de forma a possibilitar a realização das intervenções e/ou dos encaminhamentos necessários previstos nas políticas públicas. Esse tipo de atendimento pode ser pontual, visando a resolução de uma demanda específica, ou processual, quando há necessidade de um acompanhamento individual por um período determinado. A escuta processual

deve ser proposta quando se identificam situações de vulnerabilidades em condições desfavoráveis para o acompanhamento em grupo.

O CRAS também faz orientação e direcionamento das famílias ou de algum de seus membros para inserção em serviços socioassistenciais oferecidos pela própria assistência social, pela saúde, educação ou sistema jurídico. É no CRAS que o cidadão realiza a inserção/atualização do Cadastro Único, o qual é a porta de entrada para a inclusão do usuário nos benefícios de transferência de renda (Renda Cidadã, Ação Jovem, PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Minha Casa Minha Vida etc.), quando houver necessidade.

O CRAS tem ainda a função de disponibilizar Benefícios Eventuais aos usuários, o que se constitui na oferta de auxílios, em caráter transitório, mediante demanda de indivíduos em situação de vulnerabilidade (auxílio natalidade; auxílio funeral; situações de vulnerabilidade temporária, por exemplo, necessidade emissão de documentos, doação de cestas básicas).

Para viabilizar a efetivação dessas ações a NOB/SUAS preconiza que os CRAS sejam dotados de uma equipe mínima composta por um coordenador (Assistente Social), dois ou três assistentes sociais, um psicólogo, um agente social, um estagiário de serviço social e pessoal de apoio, de acordo com a extensão de cada unidade do CRAS.

Conforme as diretrizes da assistência social espera-se, com a atuação do CRAS: evitar o rompimento dos vínculos familiares e comunitários; promover melhoria na qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS; potencializar a rede de Proteção Social Básica local; evitar a violação de direitos encaminhando a família ou o indivíduo para a rede de Proteção Básica Especial e para as demais políticas sociais, com garantia de atendimento; favorecer o desenvolvimento de competências familiares.

1.2 A Política de Assistência Social no município de Jacareí

1.2.1 A Proteção Social Básica em Jacareí

Até o ano de 2003, a PNAS ainda não estava consolidada no Brasil e os serviços da Assistência Social em Jacareí eram realizados por meio de um conjunto de ações públicas e privadas desarticuladas, como nos demais municípios do país.

Em 2004, foi iniciado o processo de adequação da assistência social às novas diretrizes preconizadas pela NOB/SUAS e foram realizados diversos debates sobre a nova política e a realidade do município cujo eixo fundamental era a necessidade de consolidar a assistência social como política estratégica, organizando os serviços na forma de proteção básica e proteção especial, visando contribuir para o processo de inclusão social da população em situação de vulnerabilidade e risco social. Neste ano foi criada a Casa da Família, sediada na região central da cidade, na qual eram oferecidos os serviços da proteção social básica para todo o município.

Houve dificuldades nessa transição, como relatou uma entrevistada,

> *todas as orientações e diretrizes são muito novas e a gente percebe uma dificuldade muito grande das equipes para assimilar isso, deixar aquele velho ... Abandonar aquele velho... Aquele sistema de plantão de assistência social e partir pra esse novo modelo. Porque é uma concepção diferente, ela exige que o técnico do CRAS seja um profissional proativo, ele tem que estar dentro da comunidade, ele tem que envolver essas famílias. [...] Realizar um diagnóstico dentro dessa família de determinadas vulnerabilidades que vão comprometê-la ou que vão comprometer os seus membros, você traz essa família pra um acompanhamento social... [...] pra que ela saia desse quadro de vulnerabilidade social que ela está estagnada. Sujeito 1*

Em 2006 foi implantado o primeiro CRAS na região Norte da cidade, no Parque Meia Lua.

> *O centro sempre foi meio que uma incubadora dos demais CRAS, quando eu vim pra assistência social cinco anos atrás nós ficávamos ali na Stélio Machado e ficavam, ali estavam o CRAS oeste, o leste, o centro e o sul, e aí o primeiro que saiu foi o norte. Sujeito 4*

Segundo os peritos, para decidir a localização do CRAS foram realizados estudos do território, com base em dados do IBGE e em outras fontes de pesquisa, além de observações nos territórios e conversas com os moradores do local.

> *O CRAS deve ser implantado num território de maior vulnerabilidade, e pra você conhecer a vulnerabilidade daquele território, você deve fazer um estudo de território. Ele tem toda uma orientação. Esse estudo é feito através de dados do IBGE: você pega o número de população, número de habitantes, a faixa etária, por renda, por escolaridade... Muitas vezes tem que acontecer um processo inverso. Como por observação também a gente sabe onde estão localizadas essas vulnerabilidades maiores, então a gente se direciona. Sujeito 1*

A seguinte frase está fixada num mural, na recepção do CRAS Norte: "O CRAS atende, através de escuta referenciada e de atividades grupais, famílias e/ou indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade". Segundo os técnicos, o CRAS deve

> *identificar: as vulnerabilidades que existem no território, das famílias e identificar as potencialidades [...]. O foco é o trabalho de famílias com vulnerabilidades, a família é a matricialidade no âmbito do SUAS. Sujeito 7*

Por isso, ele deve ser construído em regiões de maior vulnerabilidade de forma a oferecer atendimento para essas populações.

> *Todos os CRAS, de uma certa forma, eles foram levados a esses determinados locais, considerando que ele estaria num ponto de maior vulnerabilidade, então, esse território é o território de maior vulnerabilidade, ou nele a população tem um acesso mais fácil, você tem que facilitar o acesso [...]. Sujeito 1*

No entanto, os depoimentos dos peritos indicam que a escolha da localização do CRAS não decorre diretamente da análise dos resultados do estudo do território. Parece que a facilidade de se aproveitar estruturas públicas já existentes interfere na escolha do local.

> *no norte nós tínhamos um espaço, era uma casa que era da prefeitura, então decidimos: "Vamos começar por lá." Porque a gente já sabia que lá é um território muito vulnerável, e aí fomos pra lá e começamos a aprofundar. Sujeito 1*

> *O município de Jacareí começou a se apropriar da nova política e já iniciou a mudança, viu que tinha que começar a fazer essa implantação logo e, como aqui tem muitas vulnerabilidades, apesar de dados estatísticos apontarem a região Oeste como mais vulnerável, já tínhamos o equipamento aqui na região norte. Aí sentiu-se a necessidade. Então, "vamos começar lá!". Porque já tinha o prédio que é da prefeitura, e aí a gente foi adaptando. Sujeito 7*

O processo de descentralização continuou e em novembro de 2007 foi implantado o CRAS Oeste, no Jardim São Paulo e em agosto de 2009 o CRAS Leste, no bairro Cidade Salvador.

Peritos informaram que a região oeste é considerada a mais vulnerável da cidade quando se adota a renda familiar como indicador, pois nessa região vive o maior número famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza no município. Na região Leste os indicadores de vulnerabilidade apontados são a questão do tráfico muito evidente e grande número de adolescentes envolvidos em atos infracionais.

O CRAS Centro-Sul continuou atendendo os bairros localizados na região central, sul e também alguns bairros da região Norte localizados do lado da Dutra próximo à região central da cidade.

Foi informado que há um projeto em convênio com o Governo Federal para a construção de um CRAS na região sul, cujos principais riscos sociais relacionam-se à questão do tráfico instalado principalmente nos condomínios entregues pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Muitas famílias foram levadas para lá com a entrega de diversos condomínios, havendo um grande aumento populacional sem uma correspondente ampliação dos serviços. Na região faltam escolas, creches, base de policiamento, UBS 24 horas, opções de lazer e cultura, além de transporte público.

> *no que a gente colocou de riscos sociais diagnosticados no território, a gente colocou a questão do tráfico instalado principalmente nos condomínios entregues nesses últimos pelo programa minha casa minha vida... Chega ali tem UBS mínima, então seria a unidade básica, seria a necessidade de escolas e creches, seria a ampliação de transporte público - ai entra a frota, entra horário, entra trajeto -, a implantação de uma base de policiamento, e a implantação de área de lazer e cultura. Sujeito 4*

O CRAS deve estar localizado no território onde vivem seus usuários, porém, nem sempre isso é possível, uma vez que as regiões atendidas são geralmente muito extensas.

> *Porque a gente tem que pensar muito no acesso do usuário a esses equipamentos né? Então nós raciocinamos dentro dessa lógica, o usuário ele vem pro centro pra fazer determinadas coisas do cotidiano e ele tá próximo do CRAS então a facilidade de acesso pra ele é maior. Sujeito 1*

> *O ideal é como acontece na região norte, o CRAS da região norte ele está dentro do parque meia lua que é o bairro principal ali da região norte e o de maior vulnerabilidade social, vulnerabilidade e risco, lá tem uma questão muito forte de trafico e uso de drogas, muitos adolescentes envolvidos. Sujeito 1*

As sedes dos CRAS são casas adaptadas, conforme foi observado durante a coleta de dados da presente pesquisa. Em geral contam com uma sala de espera, uma recepção, duas ou três salas para atendimento individual, uma sala para realização de atividades grupais, uma sala para realização do cadastro único do SUAS, uma sala para coordenação e direção da unidade, banheiros e cozinha.

1.2.2 A Proteção Social Especial em Jacareí

Os atendimentos para as pessoas que foram vítimas de abusos, violências, abandono ou que estão envolvidas em atos infracionais faz parte da proteção social especial e é materializado no CREAS.

> *No CREAS, a gente recebe encaminhamento do Conselho Tutelar, porque aqui a gente não trabalha só criança e adolescente, trabalha também idoso, mulher e pessoa com deficiência. Mas, para criança e adolescente a gente tem duas frentes: uma de atendimento às famílias e indivíduos que é o PAIF - e é ai que entram as crianças e adolescentes que sofrem violência física, psicológica, abuso, abandono - e a frente das medidas, que são os adolescentes envolvidos em atos infracionais. Sujeito 8*

Jacareí conta com uma unidade do CREAS localizada na região central para atender os casos de todo o município. Sua equipe é constituída por seis assistentes sociais que realizam atendimento direto aos usuários; duas assistentes sociais, que realizam atividades de coordenação do serviço - uma supervisora e uma gerente; duas psicólogas e dois agentes sociais - que acompanham os usuários quando eles necessitam comparecer em outros serviços.

Também faz parte das atribuições do CREAS oferecer serviços de acolhimento institucional ou abrigamento, em diversas modalidades – para crianças, adolescentes e adultos – realizados por instituições governamentais ou não governamentais. Dentro do modelo do SUAS esse serviço é considerado de alta complexidade porque é destinado a pessoas que foram vítimas de violência ou nos casos em que os pais ou responsáveis não dispõem de condições para cuidar deles.

Estão incluídas nessa modalidade a Casa Lar – uma unidade residencial na qual um cuidador, denominado de “pai social ou mãe social” (guardiã), coordena o atendimento às crianças ou adolescentes – e o Programa Família Acolhedora – que aloja crianças e adolescentes afastados da família de origem em residências de

famílias previamente cadastradas e selecionadas para esse fim, até que elas possam retornar a seus lares ou serem alojadas na família estendida (parentes próximos ou vizinhos) segundo determinação judicial.

Todas essas modalidades de acolhimento estão previstas no Artigo 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente e devem seguir o que está previsto nos artigos 90, 91, 92, 93 e 94 da referida Lei, visando prestar plena assistência - acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento - à criança e ao adolescente (Brasil, 1990).

1.3 Enunciando o problema de pesquisa

A Assistência Social se propõe a trabalhar para prevenir e enfrentar situações de risco e de vulnerabilidade. Estudando a legislação da política de assistência social brasileira, verificou-se que o termo vulnerabilidade é muito usado nas justificativas e propostas das ações sociais. Esta palavra tem sido operada empiricamente por atores sociais que parecem não se ocupar de suas ambiguidades. O risco evidente neste estado de coisas é o de tal vocábulo prestar-se ideologicamente à justificação aparentemente científica de práticas sociais que configurem uma mera reprodução da desigualdade social e das formas de violência secularmente existentes na sociedade brasileira. Como apontam Adorno e Horkheimer (1978) a ambiguidade de uma noção deste tipo não pode ser superada por mero ato de vontade, devendo ser considerada como produto da mesma realidade social que, em princípio, ela busca explicar.

Por que a palavra vulnerabilidade é usada para dar nome a situações que justificam tantas ações sociais? Quais são os significados atribuídos ao termo vulnerabilidade no contexto das políticas públicas e das ações sociais? Como esse termo está sendo utilizado pelas políticas públicas e ações sociais?

Este trabalho partiu da seguinte hipótese: a palavra vulnerabilidade tem sido usada como ponto de apoio para a elaboração das políticas públicas e para as ações sociais e uma investigação sobre a relação entre o vocábulo e a própria sociedade permitirá compreender melhor esse tema. Sendo assim, o estudo das formas de sua utilização por aqueles atores sociais envolvidos na elaboração - em amplo sentido - e na aplicação das políticas públicas que consagraram este vocábulo pode auxiliar na compreensão de seu sentido historicamente preciso.

Foram investigados os significados que estão sendo atribuídos à vulnerabilidade e a forma pela qual os agentes envolvidos em programas de intervenção dirigidos a uma parcela da sociedade tipicamente entendida como altamente vulnerável - a adolescência - utilizam este vocábulo e o relacionam a suas práticas sociais.

Os significados supõem conjuntos de diferenças já aceitas como parte da realidade, portanto, conhecer o significado de alguma coisa implica saber pra que ela é usada e mostrar como seu uso difere do uso das outras coisas. “Saber o sentido das palavras é assim ser capaz de usá-las como parte integrante da rotina de encenação da vida cotidiana” (Giddens, 2002, p. 45).

1.4 Os limites da noção de vulnerabilidade

Vulnerabilidade é um tema recorrente na atualidade, haja vista a infinidade de usos e referências a essa palavra, tanto no senso comum, quanto nos meios políticos e científicos.

A Assistência Social aponta como elementos da vulnerabilidade social:

> questões relacionadas à precariedade de infrestrutura; presença de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em famílias com renda de até meio salário mínimo, responsáveis analfabetos ou com baixa escolaridade e mulheres chefes de famílias sem cônjuge, famílias com responsáveis desempregados, família em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, dentre outros (Brasil, 2005, p.4).

A mídia usa o vocábulo vulnerabilidade, fazendo referência à vulnerabilidade dos lugares, vulnerabilidade dos grupos, vulnerabilidade do sistema econômico, vulnerabilidade dos sistemas de informação, vulnerabilidade do sistema político, vulnerabilidade da saúde, vulnerabilidade dos migrantes, vulnerabilidade das mulheres, dentre outras afirmações desse tipo.

No meio científico fala-se em vulnerabilidade de direitos, vulnerabilidade civil, vulnerabilidade social, vulnerabilidade socioeconômica, vulnerabilidade familiar, vulnerabilidade ambiental, territorial ou do lugar, dependendo da área do conhecimento e da escolha do objeto de estudo. Sob o ponto de vista de Marandola Jr. e Hogan (2009), pode-se falar em “vulnerabilidades”.

O Direito trabalha com a vulnerabilidade de direitos e elege como objeto de estudo e atuação de pessoas que apresentam necessidades de proteção, criando e fazendo cumprir as leis que visam protegê-las, foi por esta razão, segundo Blanco (2004), que a vulnerabilidade foi inserida no código penal. Há legislações específicas para grupos considerados vulneráveis e necessitados de proteção legal, tais como o Estatuto do Idoso, promulgado em 1997, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; a Lei Maria da Penha sancionada em 07 de agosto de 2006 e que, dentre outras coisas aumentou o rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, o qual conta com a Doutrina de Proteção Integral que garante em lei a concepção de que todas as crianças e adolescentes brasileiros gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano – à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária -, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar esses direitos.

Na área da saúde, vulnerabilidade é entendida como um conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural cuja interação amplia ou reduz o risco ou a proteção para contrair uma determinada enfermidade, condição ou dano (Ayres, 1996).

> O primeiro texto que disseminou globalmente o quadro da vulnerabilidade foi o livro *A Aids no Mundo*, coletânea editada em 1992 nos Estados Unidos [...] esse trabalho apresentou pela primeira vez uma análise da situação global da epidemia em termos de vulnerabilidade. Sistematizou procedimentos para avaliar a exposição individual à infecção pelo HIV, ampliando as análises dos modos de infecção conhecidos para uma contextualização acerca das condições que poderiam explicá-los. Partia-se do aspecto comportamental e dos riscos epidemiologicamente demonstrado sem direção à identificação de fatores sociais e de acesso a serviços que poderiam aumentar ou reduzir a capacidade individual de consciência e transformação do risco de exposição. De outro lado, em uma seção denominada "Vulnerabilidade coletiva", realizou-se ali uma análise do grande exposição e proteção das populações dos diversos países do globo à epidemia. Para isso, produziu-se um *ranking* internacional, classificando os locais de alta, média e baixa vulnerabilidade com base em uma escala construída com indicadores de saúde, sociodemográficos e de avaliação de programas nacionais de combate à Aids (Ayres; Paiva & Buchalla, 2012, p. 11).

A Geografia define regiões de vulnerabilidade, como fez Coelho (2010), que adotou a concepção socioeconômica da vulnerabilidade e usou variáveis do censo

demográfico do IBGE (ano 2000), em nível de setores censitários, para definir três indicadores associados a aspectos relevantes da manifestação de risco e de pobreza urbana: condição do domicílio, condição de saneamento e condição social do responsável pelo domicílio. A partir destes indicadores construiu-se um índice de vulnerabilidade sócio-juvenil que permite identificar áreas de vulnerabilidade por meio de uma avaliação do mapa da cidade.

Estudiosos da demografia e da população (Cunha et. al., 2004) se propuseram a apreender fatores que tornam as famílias vulneráveis, analisando a heterogeneidade espacial apresentada por elas e seus domicílios, no município de Campinas. Usaram dados do censo demográfico e criaram três indicadores de vulnerabilidade: capital físico-financeiro, associado à infraestrutura domiciliar e à renda familiar; capital humano, relacionado à escolaridade e grau de dependência dos moradores; capital social, indicando acesso a serviços e condições gerais de proteção social.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) considera "a vulnerabilidade como incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de manejar ativos para proteger-se" (Cepal, 2002; Rodriguez, 2000 *apud* Marandola Jr. & Hogan, 2006, p. 36) e a denomina de vulnerabilidade social. Segundo essa comissão, a vulnerabilidade social pede recorrência a diversas unidades de análise – indivíduos, domicílios e comunidades. "Pede, portanto, [...] olhares para múltiplos planos, e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionantes de vulnerabilidades". (Castro & Abramovay, 2002, p. 145)

Kowarick (2009) define dois tipos de vulnerabilidade, a vulnerabilidade socioeconômica e a civil. Segundo o autor, vulnerabilidade socioeconômica

> Refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional que não pode ser reduzida apenas à qualidade da moradia, aspecto importante, mas não único, pois implica também a sua localização e os serviços existentes no bairro em que e localiza. A distância em relação aos locais de emprego constitui aspecto crucial quando se sabe que a locomoção em transporte coletivo atinge frequentemente quatro horas diárias [...] (Kowarick, 2009, p.19-20).

A vulnerabilidade civil está relacionada ao desrespeito aos direitos básicos das pessoas, o qual se deve à configuração precária e restrita dos sistemas públicos

de proteção social e ao aumento do desemprego e do número de trabalhadores em situação irregular. Ela também se refere “à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia” (Kowarick, 2009, p. 19).

No Brasil estatutos legais foram promulgados com o objetivo de tornar alguns grupos – crianças, jovens, mulheres e idosos – mais protegidos nos seus direitos, “mas todos esses esforços, não obstante abrirem canais de defesa e reivindicação, continuam bastante embrionários, o que permite continuar enfatizando a ocorrência de amplo e variado *processo de destituição de direitos*” (Kowarick, 2009, p. 99). Além disso, observa-se que está havendo um desenraizamento social e econômico das pessoas, com o consequente enfraquecimento e até mesmo o rompimento das relações sociais, o que também é fator vulnerabilizante.

Marandola Jr. e Hogan (2009, p. 162) fizeram um estudo sobre diferentes aportes teórico-metodológicos utilizados para abordar a vulnerabilidade nos estudos demográficos e populacionais, classificando-os em duas linhas de pesquisa: uma delas, mais sociológica, relacionada aos estudos sobre a pobreza, e a outra mais geográfica, ligada aos perigos naturais e que, mais recentemente, se configuram como questão ambiental. “O resultado são duas abordagens da vulnerabilidade que se distanciam ou se tocam em certos pontos, priorizando um e outro ângulo: vulnerabilidade ambiental ou do lugar e vulnerabilidade social ou sociodemográfica”. Sob o ponto de vista desses autores, a vulnerabilidade é

> um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade e dos grupos demográficos) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência. Assim, tanto o contexto social quanto o geográfico possuem atributos que fornecem elementos para pessoas e lugares estabelecerem seus sistemas de proteção. A relação entre o coletivo (o que não está ao alcance direto de intervenção individual, pois é produzido socialmente e historicamente) e o particular (aquilo que as pessoas e lugares podem constituir de forma direta) é uma chave importante para compreender o desenho das diferentes vulnerabilidades (Marandola Jr. & Hogan, 2009, p. 166).

Nas diferentes leituras encontradas sobre a vulnerabilidade, que tem sido entendida de uma maneira geral como susceptibilidade, fragilidade ou redução da autonomia, nota-se a utilização de um aporte teórico-metodológico que prioriza determinados aspectos do tema, em detrimento de outros, o que pode favorecer uma banalização e uma confusão no uso do termo.

O vocábulo vulnerabilidade tem sido usado como se fosse um coringa, na tentativa de explicar muitas coisas, mas, por outro lado, parece que ele não explica nada e que ninguém sabe dizer ao certo o que ele significa. As formas de abordar o tema têm ocorrido por meio do isolamento de fatores causais e da indicação de pessoas, grupos, lugares vulneráveis.

1.5 Quem é vulnerável?

A palavra vulnerável origina-se do latim *vulnerabilis* e apareceu pela primeira vez na língua portuguesa no início do século XVIII, em 1708 (Houaiss & Villar, 2009). Pode ser encontrada em outros idiomas possuindo significado semelhante, com as seguintes traduções: *vulnérabilité*, em francês; *vulnerabilità*, em italiano; *vulnerabilidad*, em espanhol e *verwundbarkeit*, em alemão.

Segundo o dicionário Houaiss e Villar (2009, p.1961) vulnerabilidade é a "qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável". Para entender isso, foi preciso buscar o significado de vulnerável, que segundo o autor acima, significa "ferido, sujeito a ser atacado, derrotado, frágil, prejudicado ou ofendido". Em outro dicionário, Ferreira (1999, p. 2089) diz que vulnerável refere-se ao "lado fraco de um assunto ou de uma questão, ou o ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido".

Porém, muitas vezes, ao se tentar definir algo, diz-se a mesma coisa usando outras palavras, sem na verdade conseguir explicar o que esse algo significa. "As palavras são definidas uma em relação às outras. Por isso, na própria estruturação do sistema lexical, elas estabelecem diversos tipos de relações entre si" (Pietroforte & Lopes, 2011, p. 125).

A necessidade de definir e de dar nome às coisas parece ser inerente ao homem, afinal, é a possibilidade da linguagem que o diferencia dos outros seres.

> A linguagem - a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana (Hjelmslev, 1975 *apud* Pietroforte & Lopes, 2011, p. 115).

Na visão de Benjamim (2011, p. 55), “a essência linguística do homem está no fato de ele nomear as coisas”. Ao nomear, o homem dá sentido às coisas, aproximando-as e integrando-as ao seu mundo de representação.

> É verdade que a representação é só um instrumento. Pensando, os homens distanciam-se da natureza a fim de torná-la presente de modo a ser dominada. Semelhante à coisa, à ferramenta material – que pegamos e conservamos em diferentes situações como a mesma, destacando assim o mundo como o caótico, multifário, disparatado do conhecido, uno, idêntico - o conceito é ferramenta ideal que se encaixa nas coisas pelo lado por onde se pode pegá-las. Pois o pensamento se torna ilusório sempre que tenta renegar sua função separadora, de distanciamento e objetivação (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 50).

Dar nome é também uma maneira de se dominar a natureza. Designando o que as coisas são, chamando-as pelo nome, atribuindo um signo que possa dar paridade entre elas e nossa percepção, entre as coisas e o que pensamos delas, busca-se conter as coisas à nossa volta e alcançar domínio sobre a natureza e sobre o meio em que vive (Horkheimer & Adorno, 1985).

O ato de nomear permite a identificação de uma coisa, além de simplificar o seu entendimento. De acordo com Figueiredo (1994, p. 118), “a palavra justa, assim, dá nome e forma às forças dispersas que nela se condensam”. No entanto, segundo este autor, existe um perigo: o nome carrega a força geradora de um impulso tradutivo e, na medida em que o tempo vai passando, existe a tendência de ocorrer um distanciamento do mundo e de, aos poucos, não mais se reconhecer o que foi nomeado como algo repleto de sentido. O nome pode ser transformado na própria coisa, de forma que aquilo que a palavra pretendia representar não precise mais estar presente.

A partir do momento em que alguém vê um fato e dá nome a ele, esse nome passa a determinar categorias, um dentro e um fora, o que entra e o que escapa. As palavras deixam de ser o veículo que transporta a dúvida e passam a representar aquilo que já é conhecido e, portanto, não precisa mais ser temido ou valorizado. Essa certeza do sentido certo e definitivo das coisas determina ao homem uma visão estática, uma ideia de que ele não mais precisa olhar para o mundo de maneira crítica e reflexiva (Manguel, 2008).

Este autor afirma que o dom de nomear é ambíguo e que a linguagem pode ser utilizada poeticamente, quando se reconhece a impossibilidade de nomear o mundo de modo preciso e terminante, ou ideologicamente, quando “pretende se

valer de categorias reais, congela as identidades por meio de definições estáticas, segrega, mas não individualiza" (Manguel, 2008, p.33).

Parece haver uma razão primordial para dar nome às coisas e para categorizar: é necessário fazer isso para ser possível pensar e planejar ações. Mas o que leva a escolher um nome e não outro? "Seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar para o mundo?" (Pietroforte & Lopes, 2011, p. 113).

Partindo da convicção de que para alcançar transformação é necessário fazer um movimento de crítica profunda aos sentidos fixos e naturalizados, e reconhecendo a impossibilidade de se nomear as coisas de uma maneira precisa e definitiva, o pensamento simbólico será utilizado aqui como uma alternativa para o pensamento conceitual. A abordagem simbólica possui um dinamismo que possibilita ir além de um conceito, aprofundando o significado e trazendo a possibilidade de ocupar o espaço mais criativamente, desde que isso seja feito de uma maneira consciente.

Muitas vezes, as imagens presentes em um mito permitem compreender que os sentidos encontrados para uma palavra como "vulnerabilidade" têm origens muito arcaicas e grande extensionalidade. O significado encontrado no dicionário para o termo vulnerável - "ferido, sujeito a ser atacado, derrotado, frágil, prejudicado ou ofendido" – pode bem ser aproximado do mito de Aquiles, cujo "ponto frágil", o calcanhar desprotegido, foi atingido por uma flecha envenenada que o matou.

Segundo a *Odisséia* de Homero, Aquiles retratado como o mais valoroso de todos os guerreiros gregos e ficou muito conhecido pela sua coragem na Guerra de Tróia. Filho de Tétis, ninfa marinha, e de Peleu, rei dos Mirmídones, ele foi educado pelo centauro Quíron. Quando ainda era criança, sua mãe mergulhou-o nas águas do Rio Estige com o objetivo de dar-lhe a imortalidade, mas como o segurou pelo calcanhar, esta parte de seu corpo ficou vulnerável. Aquiles recebeu de sua mãe uma armadura impenetrável e com ela tornou-se, ao longo dos anos seguintes, o maior herói grego e um terror para os inimigos. Porém, liderando os gregos num ataque às muralhas de Tróia, Aquiles foi atingido mortalmente no calcanhar, por uma flecha envenenada disparada por Páris.

O mito permanece de alguma maneira no imaginário das pessoas, haja vista que um tendão humano, o calcâneo, foi batizado como calcanhar de Aquiles e tem sido sinônimo de fragilidade e de vulnerabilidade através dos séculos. Ao mesmo

tempo em que o calcanhar simboliza a fragilidade do ser humano, é ele que possibilita ao homem resistência para percorrer longas distâncias e, quando este tendão é atingido, a pessoa apresentará dificuldades de locomoção.

Observa-se na atualidade uma busca por “invulnerabilidade”, no sentido de se proteger para não ser atingido pelos perigos, semelhante àquela desejada pela mãe de Aquiles quando o mergulhou no rio Estige. O ser humano tenta se esquivar do contato com os outros, criando dispositivos artificiais para se proteger e se esconder, de maneira análoga à armadura dada a Aquiles por sua mãe. No entanto, quanto mais dispositivos de proteção a pessoa usa, mais o medo cresce e a faz sentir-se enclausurada, dentro das casas com grades em todas as janelas ou nos condomínios fechados. Além disso, embora a dependência da tecnologia traga uma sensação imediata de segurança, as pessoas acabam ficando prisioneiras dela.

A flecha envenenada que matou Aquiles, atingindo de surpresa o seu calcanhar, quando ele acreditava ser “invulnerável”, simboliza as contingências negativas que podem atingir o indivíduo a qualquer momento, ferindo-o, sem que ele possa ter controle sobre a situação.

> No dia 19 de dezembro de 2012, às 11h30 da manhã, eu compareci ao CRAS Norte, localizado no Parque Meia Lua, no município de Jacareí – SP, para realizar um encontro com a equipe de especialistas da instituição, visando conhecer o trabalho realizado lá. Parte da equipe precisou se ausentar para resolver um problema importante num bairro vizinho (Pagador Andrade), também atendido pela unidade, e por isso a conversa teve que ser adiada por cerca de duas horas. Quando os peritos retornaram ao CRAS, por volta de 12h30, duas técnicas informaram que estavam saindo para o almoço. Foi informado também que a supervisora do CRAS não poderia participar do encontro porque tinha outro compromisso.
>
> Como eu havia agendado também uma entrevista com a psicóloga do CRAS para a tarde desse mesmo dia, ela sugeriu que nossa conversa ocorresse primeiro, dando tempo para que as duas técnicas retornassem do almoço e o grupo fosse reunido. Quando a entrevista com a psicóloga já estava no fim, uma das assistentes sociais bateu à porta da sala e sugeriu que nós interrompêssemos a conversa porque um homem, que

> estava acompanhando uma usuária da instituição, havia tido sua motocicleta roubada por um jovem armado em frente ao CRAS. O assaltado tinha entrado no CRAS para pedir ajuda e isso deixou os peritos assustados. Eles falavam que estavam com medo de o assaltante voltar e entrar no CRAS atrás do proprietário da moto, cometendo alguma violência contra nós.
> Os técnicos se dispersaram para tomar as providências necessárias para o encaminhamento do caso. A guarda civil foi contatada, mas eles informaram que não poderiam ir até lá, uma vez que o roubo tinha ocorrido em frente ao CRAS e não dentro da instituição. Orientaram que, neste caso, o homem cuja moto havia sido roubada deveria ser encaminhado pra fazer um boletim de ocorrência na delegacia do município. Percebi que os peritos ficaram indignados com essa resposta e procuraram fazer contato com a Diretora da Assistência Social para que ela tomasse providências sobre o ocorrido.

Parece que a presença da guarda municipal era necessária para trazer de volta aos técnicos do CRAS algum sentimento de segurança. Após contato com a diretora, dois funcionários da guarda civil compareceram ao CRAS e os técnicos foram ouvidos. Ouviam-se boatos de que o assaltante seria um adolescente, parente de uma usuária do CRAS. O medo ainda era evidente na fala das pessoas e o assunto em pauta era a falta de preparo para lidar com este tipo de situação e a necessidade de este assunto ser discutido em reuniões da equipe, visando que eles se preparassem para o caso de acontecer algo parecido futuramente.

Em diálogos ocorridos logo após o episódio relatado acima, alguns técnicos contaram sobre a violência crescente no bairro e sobre o quanto eles se sentem desprotegidos naquele território, como mostram os seguintes trechos de diálogo:

> *Sujeito 16: Porque as coisas acontecem aonde se vê, e a gente vê aonde a gente tá. E a gente tá no centro disso. (risos) E aqui acontece isso que você presenciou hoje, e que deixa cada vez mais as periferias estigmatizadas.*
>
> *Pesquisadora- Isso que aconteceu hoje, já havia acontecido antes, assim tão próximo?*
>
> *Sujeito 16- A agência bancária aqui da esquina, que é a da subprefeitura foi implodida, a lotérica vive sempre assaltada... A cabeleireira aqui da esquina também já foi assaltada várias vezes.*

Foi observado que o CRAS do Parque Meia Lua é mantido sempre fechado e os usuários precisam solicitar que o portão seja aberto para a recepcionista, o que não ocorre nas unidades de outras regiões. Peritos do CRAS já haviam falado sobre o medo que sentem de trabalhar na região.

> *Quando a gente vem, tem certo receio. Porque quando a gente veio pra cá era um bairro extremamente violento, ninguém queria vir, todo mundo tinha medo. Mas como era um desafio que tinha que vir alguém, eu falei: Vamos correr o risco! Sujeito 9*
>
> *Tem um bairro aí que a gente não pode nem fazer visita. Então os próprios usuários vêm aqui. A gente não vai, porque lá tá tem...as meninas já foram assaltadas, depois de seis anos. Aí tivemos que ir pra delegacia... Foi a primeira vez que aconteceu isso entendeu? [...] É o Jardim Conquista... É o pessoal que morava na favela, sem teto, e aí eles acabaram construindo as casinhas da prefeitura e transferiram o pessoal pra lá. Sujeito 7*
>
> *A dificuldade da escola é essa. Hoje tá calmo. Num sei se você já ouviu, eles jogam... Tiraram uma perna de cadeira enferrujada lá, bateu e amassou meu carro, o outro carro que eu tinha, tava bem aqui na frente. Olha que perigo, se bate na cabeça de uma pessoa. Aí eu fui lá conversar, quase me degolaram viva. Sujeito 9*

O assalto em frente ao CRAS parece ter despertado nas pessoas ali presentes sentimentos de estar em perigo/desprotegido, de impotência e de não saber o que fazer diante de uma situação de risco, além da percepção de que as pessoas em geral não se importam com o fato de estarmos correndo perigo (guarda civil não atendeu ao chamado de pronto). O medo era evidente e parecia crescer na medida em que eles pensavam na possibilidade de ocorrerem situações semelhantes no futuro.

Vivenciar este acontecimento fez suscitar as seguintes questões: Quem é o vulnerável? Seriam todos os seres humanos vulneráveis e a vulnerabilidade seria uma posição ocupada a cada momento por um ou outro indivíduo ou grupo? Será que, pelo fato de uma pessoa se sentir vulnerável em determinadas condições ou contextos, ele não teria a tendência de projetar esses sentimentos nos outros que ali estejam ou vivam? Que contingências negativas ou “flechas” estão atingindo as pessoas nos dias de hoje?

Essas questões e as já levantadas anteriormente (Por que a palavra vulnerabilidade é usada para dar nome a situações que justificam tantas ações sociais? Quais são os significados atribuídos ao termo vulnerabilidade no contexto

das políticas públicas e das ações sociais? Como esse termo está sendo utilizado pelas políticas públicas e ações sociais?) nortearam a presente pesquisa.

Os objetivos principais foram: realizar um mapeamento das diferentes frentes de trabalho com adolescentes existentes no município de Jacareí (SP), compreender o que a política pública e os peritos estão entendendo por vulnerabilidade, descrever as ações que estão sendo propostas e implantadas com base nesse entendimento e refletir sobre os usos do termo vulnerabilidade.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no capítulo 2 será descrito o método de pesquisa e apresentado o campo de estudo; no capítulo 3 será mostrada a interlocução entre o tema vulnerabilidade e outros temas relevantes para esta pesquisa; no capítulo 4 será apresentada a perspectiva que os especialistas têm da vulnerabilidade; no capítulo 5 serão mostradas as ações sociais voltadas para os adolescentes no município de Jacareí (SP); no capítulo 6 serão relatados os encontros realizados com os adolescentes no CRAS Norte e os resultados encontrados; no capítulo 7 serão apresentadas as conclusões a que se chegou com a realização desta pesquisa.

2 Método e campo de estudo

2.1 Estratégias de coleta e análise dos dados

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira fase foram feitos estudos bibliográficos abrangentes visando conhecer o que o discurso científico afirma que constitui a vulnerabilidade e procurando entender a relação entre vulnerabilidade e outros temas, elencados por sua relevância para esta busca.

A segunda fase do trabalho consistiu em realizar um estudo empírico no município de Jacareí com o objetivo de compreender que significados estão sendo atribuídos ao termo "vulnerabilidade" e como ele está sendo usado, tanto na justificativa das políticas públicas e dos projetos sociais quanto na prática dos peritos que materializam as ações propostas. Devido ao caráter exploratório desse estudo, não houve a preocupação de se garantir que o grupo estudado seja representativo da população.

Inicialmente foi feito um contato com a Secretaria da Assistência Social de Jacareí, solicitando autorização para a entrada no campo, para a observação das atividades em instituições públicas e também para a coleta de depoimentos orais de peritos, selecionados posteriormente. Em paralelo a isso, foi realizado um mapeamento das organizações e projetos sociais que desenvolvem atividades voltadas para a adolescência, de iniciativas públicas, privadas ou resultante de parcerias entre ambas. A observação das organizações foi realizada com base em um roteiro previamente elaborado (anexo A).

Foi realizado um encontro com a Diretora da Proteção Social Básica, com as coordenadoras dos quatro CRAS do município e a Diretora da Proteção Social Especial e com a diretora do abrigo de adolescentes. Nesse encontro, foram explicados os objetivos do estudo e agendadas as visitas aos CRAS, ao CREAS e ao abrigo de adolescentes, visando a coleta do depoimento oral de um representante de cada local. As entrevistas foram orientadas por um roteiro previamente elaborado (Anexo B), cujas questões serviram de "gatilho", focando no tema de interesse desta investigação: a compreensão e o uso do termo vulnerabilidade pelas políticas públicas e projetos sociais.

Apesar da existência deste roteiro, cada encontro entrevistador-entrevistado configurou-se uma situação singular e houve total liberdade do entrevistador na

estruturação e sequência das perguntas, e também foi dada ao entrevistado a liberdade para organizar seu depoimento e fazer complementações se ele desejasse.

O critério para seleção (inclusão) dos entrevistados – aqui referenciados como agentes sociais, técnicos, especialistas ou peritos – foi a sua participação em atividades junto à assistência social do município e a sua disponibilidade para participar da pesquisa. Foram entrevistados dezesseis agentes sociais, quinze deles atuam na Assistência Social e um atua no Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA) – um serviço vinculado à Secretaria da Saúde.

Na medida em que os depoimentos foram sendo coletados, identificou-se a existência de grupos constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil, que se reúnem para debater questões sobre a infância e adolescência no município de Jacareí e propor ações voltadas para essa faixa etária - o Grupo de Trabalho da Juventude (GT) e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC) – e eu pude acompanhar uma reunião de cada um desses grupos e registrar o conteúdo delas no diário de campo. Diálogos ocorridos durante essas observações ou durante atividades em grupo foram registrados, porém sem identificação dos sujeitos. Isso é apontado no decorrer das análises realizadas neste trabalho, por meio da informação “Sem registro do sujeito”.

Por último, foram realizados três grupos focais no CRAS Norte: um com os peritos da instituição e dois com os adolescentes que frequentam o Grupo de Cidadania e Protagonismo desenvolvido lá. Com os peritos, o objetivo foi compreender como se dá, neste CRAS, a materialização das intenções preconizadas nos projetos das políticas públicas para a adolescência. Com os adolescentes, objetivou-se conhecer a percepção que eles têm do território onde vivem.

O grupo focal “representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico” (Backes et al., 2011, p, 438). O tema proposto para os técnicos foi o trabalho com os adolescentes no CRAS e a vulnerabilidade. Com os adolescentes, o primeiro encontro teve por objetivo favorecer o vínculo dos adolescentes com a pesquisadora e foi dada a eles a liberdade de escolher o tema. No segundo encontro, o tema proposto foi a vida deles no bairro, objetivando conhecer como é ser adolescente naquele território.

A máquina fotográfica, o gravador e filmadora foram utilizados para enriquecer o registro dos dados, com o consentimento dos sujeitos da pesquisa. Uma das entrevistadas não autorizou o uso do gravador, mas permitiu o registro do depoimento por escrito.

A análise dos dados resultantes das observações registradas no diário de campo e dos relatos orais foi realizada em função das referências teóricas e conceituais que embasam este projeto.

As entrevistas foram transcritas e foi realizada uma análise do seu conteúdo, visando o estabelecimento de categorias que permitiram organizar as informações contidas nas falas dos entrevistados, representando, por palavras ou expressões, categorias semânticas indicadoras da presença/ausência do tema vulnerabilidade.

As informações resultantes das observações foram organizadas e submetidas a um processo de análise visando à descrição e à interpretação dos dados coletados relacionados à vulnerabilidade, com foco na adolescência.

Na apresentação dos resultados o nome dos entrevistados não é citado, por questões éticas. Optou-se por usar a palavra Sujeito seguida de um número que o identifica. Em alguns casos – quando o discurso foi coletado em atividades realizadas em grupo – não houve registro do sujeito, como é o caso dos encontros com os adolescentes e das reuniões e grupos de trabalho.

Por último foi efetuado um confronto entre os aportes teóricos, os dados documentais e os dados empíricos visando compreender o que a política pública e os peritos estão dizendo que é a vulnerabilidade, o que estão propondo para lidar com ela e como essas propostas estão se materializando nas instituições públicas em Jacareí, tendo como foco o público adolescente.

2.2 Campo e população de estudo

2.2.1 Justificativa para a escolha do campo e da população de estudo

Este estudo foi realizado na região Norte de Jacareí (SP), mais especificamente no distrito Parque Meia Lua, localizado na Região Norte da cidade, onde fica o CRAS Norte.

O município de Jacareí foi escolhido para a realização da pesquisa por dois motivos principais: o projeto matricial está sendo desenvolvido naquela região e a

presente pesquisadora é uma habitante do município, tendo grande interesse em ampliar os seus conhecimentos sobre este território, seus habitantes e a relação entre eles, especialmente sobre os adolescentes.

Segundo Tassara, Massola e Vichietti (2009), Jacareí foi suporte de civilizações indígenas e posteriormente das bandeiras de exploração dos sertões brasileiros, e foi importante nos ciclos econômicos do ouro e do café, no estágio de protoindustrialização de cunho nacional na passagem para o século XX e com a presença de grandes multinacionais na segunda metade do mesmo século. Isso se deve em parte à sua localização estratégica, na franja da Grande São Paulo e na proximidade do entroncamento de importantes eixos rodoviários: a Rodovia Presidente Dutra (ligação com Rio de Janeiro), a Rodovia Dom Pedro I (ligação com a região de Campinas) e ainda a ligação com o Sul de Minas Gerais.

Diante desses processos de ordem econômica e social, Jacareí apresenta uma urbanização regional e local que se configura hoje com uma grande riqueza para as análises, pois se sobrepõem num mesmo município, com aproximadamente 200 mil habitantes, dimensões históricas de inserção social e densidades culturais associadas às diversas etapas econômicas.

A escolha dos adolescentes justifica-se pelo fato de eles constituírem um grupo muito referenciado quando se fala em vulnerabilidade e serem alvo preferencial para as políticas públicas voltadas para essa temática. O CRAS Norte foi escolhido por conveniência, uma vez que é o único Centro de Referência de Assistência Social no município que oferece atividades específicas para adolescentes.

A seguir serão caracterizados o município de Jacareí e o distrito Parque Meia Lua, microrregião selecionada para este estudo. Informações mais detalhadas sobre a região norte não serão mostradas, sendo priorizado o distrito Parque Meia Lua, uma vez que os dados do censo são disponibilizados por setores censitários - regiões demarcadas pelo IBGE, obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados, de tal maneira que abranjam uma área que possa ser percorrida por um único recenseador em um mês e que possua em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas).

2.2.2 Caracterização do município de Jacareí – SP

O município de Jacareí tem localização estratégica, no início da Bacia do Rio Paraíba do Sul, entre os dois principais centros urbanos do país, a 80 km de São Paulo e a 350 km do Rio de Janeiro, além de estar próximo de Campinas, do litoral norte e do sul de Minas Gerais.

Seu território totaliza uma área de 463 km^2, sendo que setenta e nove por cento (79%) dessa área é rural, quatorze por cento (14%) é urbana e sete por cento (7%) é área de várzea inundada (Jacareí, 2005).

O levantamento de informações gerais sobre o município de Jacareí foi realizado como parte das atividades do projeto matricial, iniciado com a realização de seminários na cidade de Jacareí por representantes do governo municipal - das Secretarias de Planejamento Urbano, do Meio Ambiente e da Educação – e moradores da cidade. Foram apresentados ao grupo resultados de um diagnóstico socioambiental realizado pelas secretarias contando sobre o histórico de ocupação da cidade, a forma como se deu o crescimento populacional e a expansão da mancha urbana, os principais problemas do município, os projetos sociais em andamento, dentre outros.

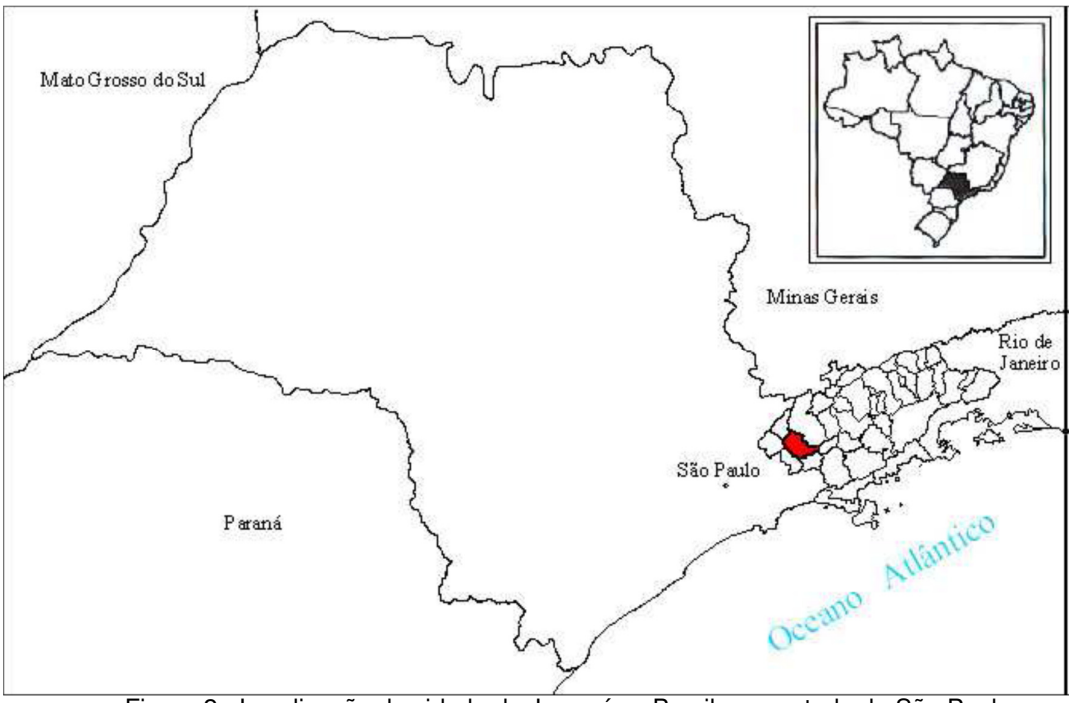

Figura 2 - Localização da cidade de Jacareí no Brasil e no estado de São Paulo.
Fonte: JACAREÍ (2005)

A figura 2 mostra a localização da cidade no Brasil e no estado de São Paulo e a figura 3 mostra os municípios que fazem fronteira com a cidade de Jacareí (SP).

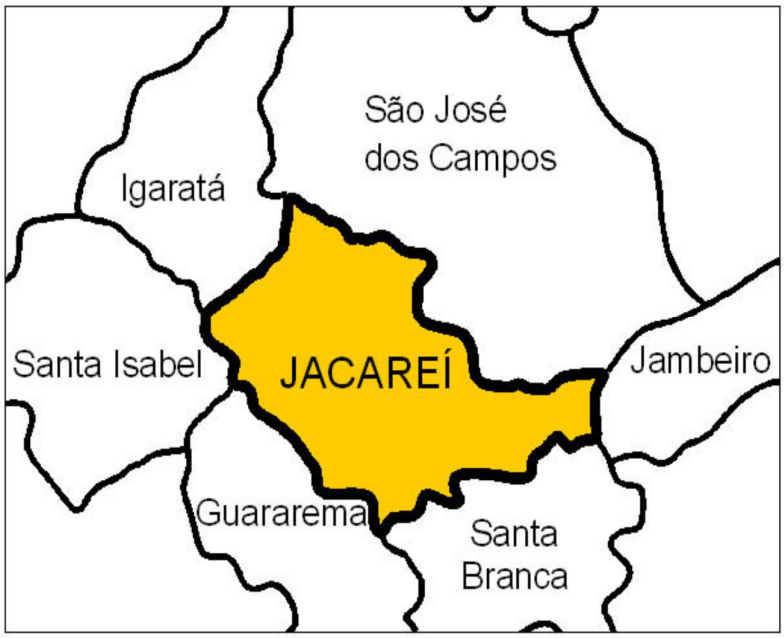

Figura 3 - Municípios que fazem fronteira com Jacareí – SP
Fonte: JACAREÍ (2005)

O início do povoamento do município se deu em 1652, em 1653 ele foi elevado à categoria de vila e foi reconhecido como cidade em 03 de abril de 1849. A população do município cresceu muito desde 1940 até hoje, como pode ser visto na tabela 1. A população atual do município é de 211.214 habitantes.

Tabela 1: *Evolução da população do município de Jacareí (1940 a 2010)*

Ano	População Urbana (habitantes)	População Rural (habitantes)	População Total (habitantes)
1940	11.797	11.872	23.669
1950	15.251	12.310	27.561
1960	28.131	7.259	35.390
1970	48.546	12.670	61.216
1980	107.854	7.878	115.732
1990	157.026	6.843	163.869
2000	183.377	7.914	191.291
2010	208.297	2.917	211.214

Fonte: IBGE

O desenvolvimento da cidade se deu em três fases. A primeira foi a época da agricultura da cana-de-açúcar, entre os séculos XVII e XVIII, quando a cidade foi

local para descanso dos viajantes. Na segunda fase, no século XIX, houve o fortalecimento da agropecuária com a cultura do café, do fumo, do algodão e foi inaugurada a estrada de ferro. A terceira fase, já no século XX, foi marcada pela inauguração em 1928 da Rodovia SP 66 que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, pela chegada das indústrias de grande porte em 1950 e pela construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951. Na década de 1990, foi inaugurada a Rodovia Carvalho Pinto.

A ocupação do município se deu de maneira perpendicular ao rio, e não em torno dele, o que se deve em parte à construção da SP 66. Ela ocorreu também às margens da Rodovia Presidente Dutra, sendo que alguns bairros da cidade (Parque Meia Lua, Lagoa Azul, dentre outros) localizam-se do outro lado da rodovia. Isso traz dificuldades de transporte, pois é necessário transpor a rodovia para ter acesso, a partir destas regiões, ao restante da cidade.

O relevo da região é favorável à ocupação urbana, embora existam muitas áreas de várzea com ocupação difícil devido aos riscos de inundações. O crescimento urbano ocorreu de forma espraiada criando vazios urbanos e encarecendo a implantação de infraestrutura: redes de água, esgoto e sistema viário. A malha viária é descontínua resultando em uma desintegração física e social, e o plano municipal de ciclovias previsto no plano diretor ainda não foi elaborado.

Há no município um grande número de aglomerados subnormais (ocupações irregulares) nas fronteiras com as cidades de Santa Izabel, Igaratá e São José dos Campos: Mississipi, Jardim do Vale, Bananal, Rio Comprido, Lagoa Azul, Bairro do Poço. Primeiro de Maio, Veraneio Ijal, Bairrinho/Pinheirinho, Chácaras Reunidas Bela Vista I, Chácaras Reunidas Bela Vista II e Conjunto Vinte e Dois de Abril.

No meio rural, encontra-se 4% da população da cidade, sendo a maioria das propriedades constituída por minifúndios agropecuários exercendo atividades de produção animal (bovina, equina, suína, ovinos, caprinos), floricultura, horticultura e fruticultura, piscicultura e produção de eucalipto para celulose.

Os principais problemas encontrados no que tange à questão ambiental são o desrespeito às Áreas de Preservação Permanentes (APP) e a escassez de investimentos na área rural. Há um viveiro municipal, localizado em uma APP, abarcando 8% da Mata Atlântica, mas poucas são as áreas de vegetação mais densa.

O índice de alfabetização do município é alto, atingindo hoje 94% da população. A rede de ensino conta com 52 estabelecimentos municipais, incluindo creches, Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) atendendo 13.920 alunos; 35 estabelecimentos estaduais atendendo 33.066 alunos; e 69 escolas particulares atendendo 10.078 alunos.

2.2.3 O Distrito Parque Meia Lua

O Parque Meia Lua foi formado por imigrantes que vieram para a região norte de Jacareí e construíram acampamentos para trabalhar na construção da Rodovia Presidente Dutra. Após a construção da rodovia, muitas pessoas permaneceram ali e foram construindo suas casas e ampliando suas famílias.

> Assim surge o bairro Parque Meia Lua e as adjacências, que é a Lagoa Azul. Sujeito 1

O Parque Meia Lua é um distrito, e foi anexado ao município de Jacareí em dezembro de 1981. Constitui-se de dois aglomerados urbanos: um loteamento regular (loteamento Parque Meira Lua) e uma ocupação irregular (Lagoa Azul) - local de moradia de um grupo de pessoas, que não atende às normas e legislação existentes, que não é reconhecida pela administração municipal e é inexistente para o cartório de registro de imóveis (Sasaki, 2003). No Parque Meia Lua, cerca de 40% das ruas principais são pavimentadas com asfalto e no loteamento Lagoa Azul, aproximadamente 80% das ruas são estreitas, sem calçadas e feitas com blocos sextavados.

O distrito está delimitado ao Norte e Oeste, pelo Vale do Parateí; ao sul, pelo município de Jacareí e a leste pelo município de São José dos Campos. Possui uma extensão de aproximadamente 775 hectares compreende parte da várzea do Rio Paraíba do Sul. O Parque Meia Lua localiza-se na região norte (figura 4) do aglomerado urbano principal do município de Jacareí, entre a rodovia Presidente Dutra e o Rio Paraíba do Sul. Além disso, faz divisa com o município de São José dos Campos e fica a aproximadamente 2,5 km da área central da cidade de Jacareí.

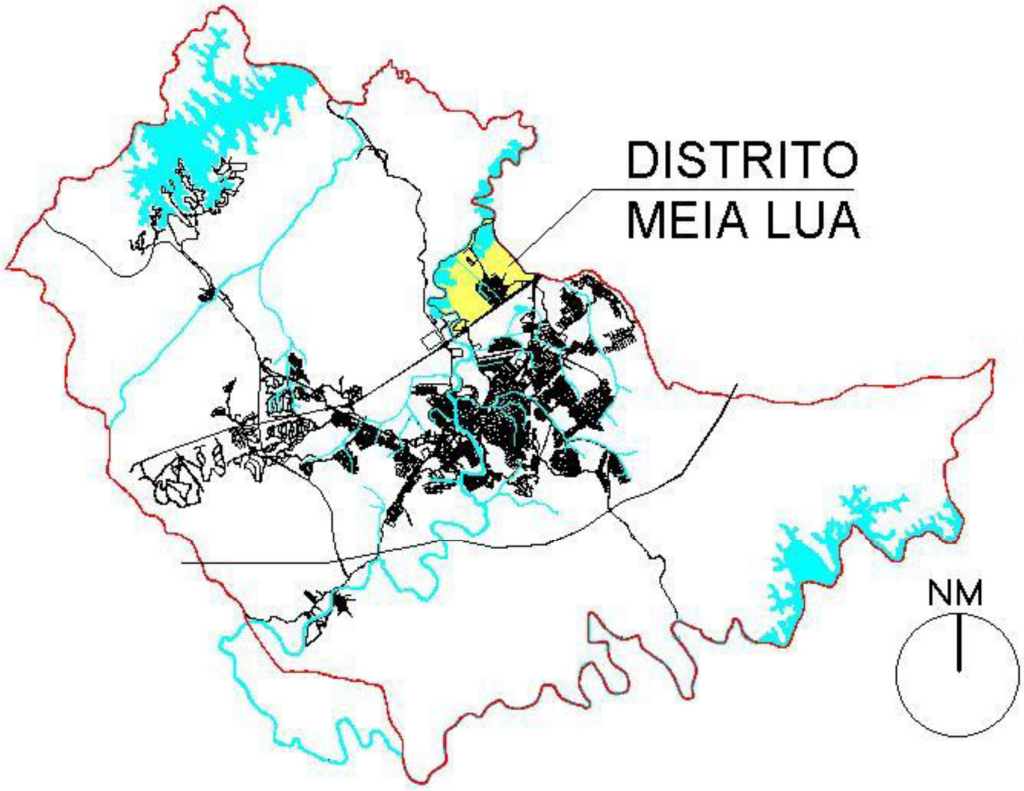

Figura 4 - Localização do distrito Parque Meia Lua no município de Jacareí
Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí (2000)

A região norte de Jacareí é constituída pelos seguintes bairros: Parque Meia Lua, Lagoa Azul, Pagador de Andrade, Região Nova Urbanova, Pinheirinho, Cepinho, Ressaca, Jardim Santa Maria, Prolongamento Chácaras Rurais Santa Maria, Parque Brasil, Terras de Santa Clara, Chácaras Rurais Santa Maria, Avareí, Parque dos Sinos. Os sete primeiros bairros da lista localizam-se do lado da Rodovia Presidente Dutra oposto ao bloco central da cidade.

Os principais acessos para o Parque Meia Lua são feitos pelas seguintes vias: Rodovia Presidente Dutra – BR 116; Estrada do Pagador de Andrade; Estrada do Limoeiro; Estrada do Poço; Avenida Dr. Romeu Carlos Pirelli – Marginal Paralela à Rodovia Presidente Dutra.

Em 1960, o distrito possuía mineração de argila às margens do Rio Paraíba do Sul (em duas propriedades), uma indústria, duas áreas com vegetação mais densa, pastagem e culturas agrícolas anuais. A exploração de areia estava restrita às margens do Rio Paraíba do Sul.

Na década de 1970, parte do loteamento do Parque Meia Lua já estava implantada. O local era isolado do núcleo urbano principal e seu único acesso era pela rodovia Presidente Dutra.

Em 1981, o deputado Malek Assad elaborou um projeto de Lei, criando o distrito Parque Meia Lua. A partir daí o local passou a ter uma subprefeitura, a administração municipal implantou infraestrutura no local com a instalação de um poço subterrâneo profundo para o abastecimento de água, escolas, unidade de saúde, campo de futebol, quadra de esportes, pavimentação em algumas ruas, coleta de esgoto e lixo.

Em 1990, o Parque Meia Lua possuía uma Unidade Básica de Saúde (UBS), na qual atuavam um clínico geral, um ginecologista, um pediatra, um dentista, um assistente social e um psicólogo. Em 1998 foi implantada a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas e o quadro de especialistas foi ampliado para atendimentos ambulatoriais. Hoje, a unidade conta com especialistas em urologia e oftalmologia que atendem pacientes de todo o município.

Além da UBS, os moradores da região norte têm à sua disposição um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS Norte), escolas estaduais (E.E Prof.ª Olivia do Amaral Santos Canettieri, E.T.E Cônego José Bento, E.E Felicioano Ferreira da Silva, E.E Teixeira Vasques e E.E Prof. Maria Aparecida Rico) e escolas municipais (E.M Prof.ª Ottilia Arouca, E.M Silvio Silveira Mello Filho, E.M Prof.ª Beatriz Junqueira da Silveira) (figura 5).

Na condição de distrito, os dados levantados pelo IBGE para essa área são publicados separadamente dos dados do restante da área urbana, possibilitando obter as informações demográficas do distrito desde 1991. De acordo com o censo de 2010, a população residente no bairro é de 11.300 pessoas, sendo que apenas 0,26% deste total residem na área rural. Da população total, 2.771 são jovens, com idades entre 12 e 24 anos. Grande parte da população é constituída por migrantes de outros estados, tais como Paraná e Minas Gerais, além de haver muitos imigrantes oriundos da região Nordeste do Brasil.

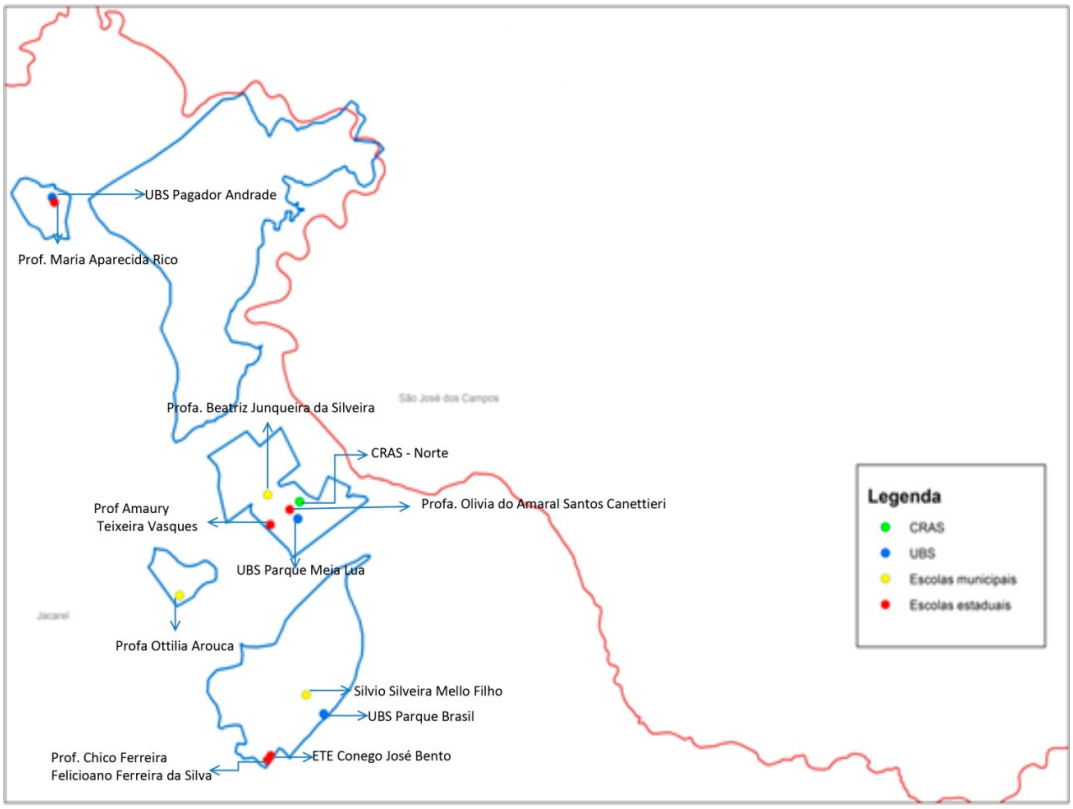

Figura 5 - Mapa da região norte com equipamentos no município de Jacareí
Fonte: Dados do IBGE – Senso 2010

De acordo com os dados do último censo, há no distrito 3.114 domicílios particulares permanentes – domicílio sendo definido, na data do recenseamento, como uma unidade cuja finalidade é servir de moradia a uma ou mais pessoas –, sendo que 297 domicílios pertencem ao loteamento Lagoa Azul. O número médio de moradores em domicílios particulares ocupados no distrito na época era de 3,63 pessoas por domicílio.

O local tem como principal atividade econômica a extração de areia, mas também possui algumas indústrias, comércio de autopeças para caminhões e atividades agropecuárias, tais como a plantação de arroz, milho, feijão, hortaliças e flores, além da criação de gado.

Com relação à renda média domiciliar, em 38% dos domicílios a renda é de no máximo dois salários mínimos, sendo que, em 12,6% deles, a renda é menor ou igual a um salário mínimo.

A rede de esgoto do distrito começou a ser implantada em 1989 e atualmente, 99,26% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgoto. O esgoto recolhido

é encaminhado para uma estação elevatória, seguindo para o canal do Meia Lua, e depois é despejado sem tratamento no Rio Paraíba do Sul.

A energia elétrica é oferecida para 88,47% das residências e a coleta de lixo é realizada em 88,28% delas. O abastecimento de água começou a ser realizado por meio de um poço profundo, em 1981, e hoje há dois poços em funcionamento, atendendo 88,12% das residências.

Segundo depoimentos, a questão da violência, das drogas e do tráfico está muito presente no território.

> *Tem que ter muito cuidado aqui no território, por conta disso, porque a questão da violência aqui é grande, bastante... O uso de droga... Adolescentes grávidas... É muito grande o índice aqui! Sujeito 7*
>
> *Ali no Meia Lua, a gente vê a diferença muito forte dessa questão do tráfico, né? Então, a gente vê que o jovem sempre tem esse papo, essa fala da questão do tráfico. Sujeito 14*
>
> *Aqui no território, até pela questão que a gente percebe, que é gritante, do tráfico, né? E, em função disso, a violência [...]. Sujeito 15*

Para atividades de lazer, a população conta com apenas dois campos de futebol, uma quadra e algumas praças, faltando infraestrutura para atendê-los de forma adequada. Segundo um dos depoentes, o que há são ações isoladas que não dão conta de atender à demanda da população, principalmente dos adolescentes.

> *Aqui não se tem nada pro adolescente fazer. [...] eu acho que o esporte é um meio pra você chegar no adolescente, é um atrativo, né? E daí a gente acha realmente uma pena, porque você tem uma quadra... Agora, parece que tem um professor que tá dando aula, mas eu acho que a coisa precisava ser mais organizada, entendeu? Eu acho que, assim, dentro da própria prefeitura, acho que se tinha que conversar mais as secretarias, pra conversar o que a gente. Poder fazer, articular junto. Sujeito S7*
>
> *Fazendo uma análise da questão urbana, as coisa acontecem, geralmente no Centro, toda cidade é assim. Então as regiões periféricas acabam ficando realmente excluídas, porque tem pouquíssimas opções. Aí fica difícil você falar que lá tem muita violência... Mas não tem outras possibilidades, não tem o que a molecada possa fazer. Sujeito 15*

O Parque Meia Lua é considerado pelos depoentes um bairro de vulnerabilidade, tanto que foi justificou sua escolha para a instalação do CRAS Norte.

> *O CRAS da região norte, ele está dentro do Parque Meia Lua, que é o bairro principal ali da região norte, e o de maior vulnerabilidade social, vulnerabilidade e risco. Lá tem uma questão muito forte de trafico e uso de drogas, muitos adolescentes envolvidos. Sujeito 1*

> *A gente já achou que tem um aumento no número de adolescentes grávidas e a gente percebe que tem a ver com o território também. A gente detectou o maior número no Parque Meia Lua e Igarapés, que são comunidades realmente mais, que tem mais situações de vulnerabilidades. Lá já percebe mesmo uma característica mais assim... de... dos adolescentes também com envolvimento com droga, né? Outras questões que a gente sabe daquelas comunidades que acho que torna aquelas meninas mais vulneráveis. Sujeito 12*

Investigando o tema vulnerabilidade foi possível perceber que outros temas relevantes, frequentemente associados a este pelos depoentes, pelas políticas públicas e no meio acadêmico, precisam ser estudados, o que será feito no próximo capítulo. Afinal, como afirma Morin (2003, p.61), “nada é isolável: não há um fato puro totalmente isolável”.

3 Interlocução entre a vulnerabilidade e outros temas

3.1 Vulnerabilidade e modernidade

Embora a palavra vulnerabilidade tenha raízes antigas, foi na modernidade que seu uso se difundiu e se tornou recorrente. No decorrer do século XX, os modos de comportamento estabelecidos na Europa com a decadência do feudalismo se estenderam por todo o planeta.

> O mundo mudou ao longo do século XX. Não é mais uma coleção de países agrários ou industrializados, pobres ou ricos, colônias ou metrópoles, dependentes ou dominantes. A partir da Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se um amplo processo de mundialização das relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração (Ianni, 2011, p. 35-36).

O mundo moderno é extremamente dinâmico e "não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude e a profundidade* com que ela afeta as práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores" (Giddens, 2002, p. 22). As mudanças são resultado da interação entre o progresso tecnológico, as transformações nos ambientes institucionais e as novas maneiras de relacionamento entre capital e trabalho (Castells, 1999).

Um impacto importante da modernidade na vida das pessoas relaciona-se à estrutura ocupacional da sociedade. Há muito barulho na cidade, o que poderia dar a impressão de uma coletividade, porém, há um sentimento crescente de solidão. "O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações" (Sennet, 2010, p. 360).

A cidade moderna é um ambiente construído pela lógica do capital, de forma subjugadora e não participativa, o que faz com que as pessoas vivam alienadas dos espaços que elas mesmas constroem e habitam e não se sintam no direito de usar os lugares que são públicos, bem como não participem das decisões relacionadas à construção e manutenção da cidade.

Hoje as relações estão reduzidas, são padronizadas e há uma acentuação e uma generalização das condições de solidão: o indivíduo sente-se só mesmo no meio de muitos.

> Todos os ruídos têm um sentido, todos são ritmados, fundem-se numa espécie de grande respiração do trabalho comum no qual é inebriante tomar-se parte. Tão mais inebriante quanto mais inalterado é o sentimento de solidão. [...] Fica-se perdido neste grande rumor [...]. (Weil, 1996, p.156)

Outra questão característica da cidade moderna é a segregação social, "um processo segundo o qual, diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole" (Villaça, 2001, p.142). Ela surge como consequência da alta concentração na distribuição de renda nas mãos de poucos privilegiados, e "envolve, entre outros aspectos, a formação do preço do solo urbano e a consequente geração fundiária urbana" (Caiado, 2001 *apud* Cunha e cols., 2004, p. 3).

Nas metrópoles brasileiras a segregação espacial é muito grande e pode-se constatar uma grande diferenciação entre os bairros, referente ao perfil da população, às características urbanísticas, à infraestrutura e também à conservação dos equipamentos e espaços públicos. As camadas mais pobres da população, frequentemente residem em bairros mais afastados e, por isso, gastam mais com o transporte diário, têm mais problemas de saúde devido às condições precárias de suas moradias e são penalizadas por escolas de baixa qualidade.

Em decorrência disso, forma-se um grande "contingente populacional que, longe de estar fora da sociedade, é parte integrante dela, produto histórico da lógica perversa através da qual a sociedade produz e distribui suas riquezas" (Levisky, 2000, p. 65). Essa nova forma de ocupar o território e a consequente segregação espacial resultam em diferentes formas de exclusão que condenam

> a sobreviver no nível da necessidade e do imediato, extensas parcelas da população, desprovendo-as das condições materiais básicas de existência e consequentemente, apartando-as do acesso aos bens culturais. A isso acrescem o não reconhecimento da cidadania de milhares destas pessoas e a rejeição social de que são alvo (Levisky, 2000, p. 65).

A produção de desigualdades não se dá apenas no nível social e econômico, mas atinge também o acesso à tecnologia e à informação.

> [...] a sociedade em rede se constituiu como um sistema global, prenunciando a nova forma de globalização característica do nosso tempo. No entanto, embora tudo e todos no planeta sentissem os efeitos daquela nova estrutura social, as redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluíam outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica (Castells, 1999, p. II).

Essa grande transformação das tecnologias de informação têm um importante impacto na intimidade das pessoas. “Na alta modernidade, a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum” (Giddens, 2002, p. 12). A visibilidade dos modelos e das experiências transmitidas pelas mídia influencia diretamente a constituição da autoidentidade e das relações sociais.

> A mídia oferece acesso a ambientes com os quais o indivíduo pode nunca vir a entrar em contato; [...] nos torna audiências ’diretas’ de performances, especialmente a eletrônica, altera a “geografia situacional” da vida social (Giddens, 2002, p. 82-83).

Outro fator de impacto da modernidade na vida das pessoas reside em sua relação com o território. Hoje, segundo alguns autores, o *lugar* se tornou pouco significativo como referente externo para as pessoas, que escolhem onde viver de acordo com o planejamento e a organização da própria vida. A vida social não é mais organizada pela tradição e pelo hábito rotineiro, uma vez que as conexões entre a vida individual e o intercâmbio das gerações foram rompidas. Os laços sociais estão cada vez mais fluidos e a vida é organizada em torno da necessidade de enfrentar e resolver crises em períodos de transição.

Na modernidade, a forma de as pessoas se relacionarem com o corpo também mudou. Ele se tornou parte da reflexividade do eu. As pessoas se deparam com a necessidade de atenção reflexiva contínua e com pluralidade de escolhas quando buscam seus estilos de vida, regimes corporais, organizar a sensualidade e planejar a própria vida. “O corpo estritamente controlado é um emblema de uma existência segura num ambiente social aberto.” (Giddens, 2002, p. 103). Isso implica que o corpo passa a ser alvo do controle individual. “Tornamo-nos responsáveis pelo desenho de nossos próprios corpos, e em certo sentido, [...] somos forçados a fazê-lo [...]” (Giddens, 2002, p. 98).

Todos são afetados pelas influências globalizantes e vivem situações permeadas pelos componentes institucionais da modernidade, desde os mais

pobres até os mais privilegiados. A modernidade impõe a todos a necessidade de definição de um novo sentido de identidade - um processo de 'encontrar-se a si mesmo' que exige intervenção, transformação ativas e necessidade de realizar escolhas. Porém, quando se fala em uma multiplicidade de escolhas não é possível supor que "todas as escolhas estão abertas para todos, ou que as pessoas tomam todas as decisões sobre as opções com pleno conhecimento da gama de alternativas possíveis" (Giddens, 2002, p.80).

3.2 Vulnerabilidade e pobreza

Por muito tempo a situação socioeconômica precária foi considerada o principal condicionante de vulnerabilidade. Estudos dentro dessa abordagem adotam um ponto de vista estático e tomam características de grupos, tais como, renda salarial, escolaridade, condições de moradia, acesso a bens e serviços (educação, lazer e saúde) etc. para traçar índices de vulnerabilidade socioeconômicos. Carências de todas as ordens são associadas a uma questão mais ampla, a do desenvolvimento econômico e da pobreza.

Isso pode favorecer a apropriação ideológica do termo, na medida em que, ao classificar um grupo como vulnerável – os pobres – corre-se o risco de alimentar a crença de que todas as pessoas desta camada social são vulneráveis e/ou de que a vulnerabilidade não está presente na vida das pessoas de classes socioeconômicas mais elevadas. Além disso, as potencialidades dos grupos categorizados como vulneráveis são desconsideradas na análise.

Porém, as concepções sobre vulnerabilidade bem como as próprias concepções sobre pobreza mudaram. Hoje, não é mais suficiente alimentar a crença de que a simples ampliação da capacidade de consumo das pessoas seria suficiente para reduzir a vulnerabilidade.

Bronzo (2005 *apud* Coelho, 2010) construiu uma linha do tempo mostrando a transformação da concepção de pobreza no decorrer do século XX. Antes da década de 1970 a renda e o consumo de indivíduos eram as principais informações utilizadas para a definição e mensuração da pobreza. Eram consideradas pobres as pessoas que não possuíam recursos financeiros suficientes para a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Na década de 1970, o uso da insuficiência financeira como foco para a caracterização da pobreza foi criticado e os níveis de carência que a condicionam passaram a ser considerados na definição de pobreza. A noção de necessidades básicas foi ampliada e passaram a ser considerados pobres aqueles que não tinham "acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte)", mas também os privados de "participação, autoestima, autonomia, capacidades etc." (Bronzo, 2005, p. 41 *apud* Coelho, 2010, p. 23).

A partir dos anos 1980 "a concepção de exclusão social emerge trazendo outro olhar sobre a pobreza, a qual ressalta a presença de aspectos subjetivos, relativos a valores, identidade, crenças e comportamentos, apontando a dimensão relacional presente na produção e reprodução de pobreza" (Bronzo, 2005, p. 41 *apud* Coelho, 2010, p.44). O conceito de exclusão sinaliza a presença de desigualdade e desintegração social além da destituição da democracia. Cresce "a percepção de que a pobreza é relativa e conectada com dimensões políticas, morais e culturais de cada sociedade" (Bronzo, 2005, p. 36 *apud* Coelho, 2010, p. 22).

Nas ciências sociais, os estudos sobre a pobreza passaram a ser vistos em seu caráter multidimensional, relacionada ao contexto, e incluem hoje os conceitos de "exclusão/inclusão, marginalidade, apartheid, periferização, segregação, dependência, entre outros" (Hogan & Marandola Jr., 2005 *apud* Marandola Jr. & Hogan, 2006, p. 35).

3.3 Vulnerabilidade e risco

"A vulnerabilidade teve suas primeiras aparições sob a ótica do risco em uma dimensão ambiental" (Hogan & Marandola Jr., 2005 *apud* Coelho, 2010, p.18) tomada de uma maneira probabilística: o risco de certa população ser atingida por determinado fator ambiental. Na década de 1980 a área da saúde começou a usar os termos vulnerabilidade e risco nos estudos sobre HIV e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS (Ayres, 1996). Da década de 1990 em diante, com a noção de risco, ativos e empoderamento, começaram a serem realizadas reflexões mais amplas sobre a vulnerabilidade (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002).

De acordo com o dicionário Houaiss (2009, p. 1671), risco significa "probabilidade de perigo, com ameaça física para o homem e/ ou para o meio

ambiente"; "probabilidade de insucesso de determinado empreendimento, em função de acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados".

> A palavra risco, como uma forma de se relacionar com o futuro, surge na pré-modernidade, na passagem da sociedade feudal para as novas formas de territorialidade que originaram os Estados-nação. Embora a humanidade sempre tenha enfrentado perigos, tanto involuntários, como aqueles decorrentes de catástrofes naturais, guerras ou vicissitudes cotidianas, como voluntários, decorrentes do que hoje denominamos de 'estilo de vida', a palavra risco não estava disponível no léxico existente, sendo estes eventos definidos como perigos, fatalidades ou dificuldades (Spink, 2001 *apud* Hillesheim & Cruz, 2008, p. 192).

Segundo Hillesheim e Cruz (2008), a palavra risco emergiu no século XIV, no catalão, nas línguas latinas no século XVI e nas anglo-saxônicas no século XVII, referindo-se à possibilidade de se prever a ocorrência de eventos futuros para tentar ter controle sobre eles. Neste século, surgiu a noção moderna de risco, com os jogos de azar, e esta foi incorporada posteriormente nos contextos do seguro marítimo (século XVIII). A partir da Segunda Guerra Mundial o conceito de risco consolidou-se nas áreas da economia e da medicina, principalmente nos estudos epidemiológicos.

Segundo Giddens, "o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante" (Giddens, 1991, p.16). Por outro lado, novas situações de risco foram introduzidas na vida das pessoas, resultantes do caráter dinâmico e de alcance mundial alcançado pelas instituições modernas, fazendo com que as localidades fossem invadidas por influências sociais bem distantes dali (separação tempo-espaço) e gerando descolamento das relações sociais de contextos locais de interação (mecanismos de desencaixe).

Há uma forte relação entre risco e modernidade e "o conceito de risco se torna fundamental para a maneira como, tanto os leigos quanto os especialistas organizam o mundo social" (Giddens, 2002, p. 11). Porém, a sociedade moderna, caracterizada pelo declínio da tradição e pelo crescente domínio do progresso científico sobre a vida das pessoas, reduziu o risco geral em certas áreas e modos de vida, ao mesmo tempo em que introduziu um novo perfil de riscos, os humanamente criados (Giddens, 1991; Giddens, 2002).

> O indivíduo se sente ‘exposto’ a ‘novos’ perigos que não são concebidos como simples fruto de uma distinção da modernidade, mas, ao contrário, são o próprio resultado de sua realização. Na modernidade, há riscos constantes ligados a efeitos colaterais impossíveis de serem eliminados. O indivíduo sente-se ameaçado por riscos econômicos (quedas das bolsas, inflação, desemprego), tecnológicos (centrais nucleares), sanitários (novas doenças) [...] atribuídos às consequências das decisões (Martuccelli, 1999, p. 160).

A percepção que as pessoas têm do risco também mudou. O risco tornou-se uma espécie de fenômeno social, uma vez que há ideia generalizada de risco e as pessoas têm consciência de que o conhecimento religioso ou mágico não pode converter os riscos em certezas; elas sabem que o conhecimento perito tem seus limites e não pode dar conta de todos os riscos. A percepção de perigo iminente tornou-se inerente à racionalidade da própria atividade e este tem caráter aleatório.

> [...] muitas formas de risco não admitem uma estimativa clara, devido ao ambiente de conhecimento em transformação que as emoldura; e até a estimativa de risco em situações relativamente fechadas muitas vezes só é válida ‘até *segunda ordem* (Giddens, 2002, p. 36).

Inicialmente o conceito de risco denotava um sentido de incerteza diante da possibilidade de ocorrência de resultados desfavoráveis e os perigos estavam relacionados com a domesticação do futuro. Na modernidade, o conceito de risco opõe-se ao de fatalidade e de destino e passa a denotar um sentido de imprevisibilidade do futuro.

Portanto, sob essa visão moderna, vulnerabilidade e risco não são a mesma coisa. O risco é uma noção probabilística que alerta para a possibilidade de ocorrência de um perigo e demanda uma ação. A vulnerabilidade vem associada à existência de um risco e à incapacidade ou inabilidade de um sujeito ou população de adaptarem-se ao perigo.

A palavra vulnerabilidade relaciona-se ao ser humano, e por isso deve estar relacionada a fenômenos que atingem diretamente a vida humana como, por exemplo, a violência, outro tema recorrente na atualidade, cujo conceito também vem sofrendo importantes transformações.

3.4 Vulnerabilidade e violência

Apesar de o termo violência ser usado mais frequentemente para "denominar os atos intencionais que se caracterizam pelo uso da força, pela transgressão às leis que visam o bem comum e o predomínio da crueldade sobre a solidariedade no convívio humano" (Trassi, 2004, p. 208), na presente discussão esse fenômeno precisa ser abordado de forma crítica, considerando-se toda a sua complexidade.

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle trouxe uma mudança significativa no conceito de violência. Segundo Deleuze (1990), nos séculos XVIII, XIX e início do século XX estavam em vigência as sociedades disciplinares, descritas por Foucault, e nelas, os indivíduos passavam a vida de um espaço de confinamento – família, escola, fábrica e, eventualmente, hospital – a outro, sempre sujeitos à vigilância e à punição. Após a Segunda Guerra Mundial, esse tipo de sociedade começou a declinar e dar espaço à sociedade de controle – nome atribuído por Deleuze –, a qual opera ao "ar livre" e não mais em espaços fechados, controlando as pessoas à distância.

> Na representação que tende a se tornar dominante na modernidade, o primado quase exclusivo da informação tende a reforçar um modelo institucional que preconiza a existência de indivíduos autônomos, senhores de si mesmos, e capazes, graças à sua correta interiorização das normas, de se autocontrolar (Matuccelli, 1999, p. 173).

Com a implantação progressiva e dispersa desse novo regime de dominação – a sociedade de controle – a violência adquiriu uma nova configuração. Antes ela era compreendida como um resíduo estrutural constante, resultante de um estado histórico de relações sociais de dominação e possuía um sentido positivo como expressão da luta de classes, estando ligada às lutas por reformas sociais ou transformação de regimes políticos ilegítimos e sendo considerada pelos marxistas a parteira da história.

Hoje, por outro lado, ela "aparece como sendo puramente negativa e sob a forma de riscos que a sociedade se mostra incapaz de controlar" (Martuccelli, 1999, p. 160). Ela está adquirindo uma natureza 'subjetiva' e apresentando-se como uma "maneira de 'ter experiência' do mundo exterior, de ser ou de se sentir exposto a ele" (Martuccelli, 1999, p.159).

Na visão de Sorel (1992), a violência tem um importante papel nas relações entre as classes e no desenvolvimento histórico, e deve ser analisada sob a ótica de uma justiça mais elevada, partindo não dos resultados imediatos que ela possa produzir, mas dos ganhos coletivos que sua introdução possa trazer. Para fazer sua análise, Sorel coloca a greve geral como um mito capaz de manter o espírito revolucionário e trazer avanços na história.

> É aqui que o papel da violência nos aparece como singularmente grande na história, pois ela pode agir, de maneira indireta, sobre os burgueses, para chamá-los aos sentimentos da sua classe. [...] A violência proletária não só pode garantir a revolução futura, como parece ser também o único meio de que dispõem as nações europeias, embrutecidas pelo humanitarismo, para reencontrar sua energia. Essa violência força o capitalismo a se preocupar unicamente com seu papel material [...] (Sorel, 1992, p. 102-103).

Sorel (1992, p. 110-111) preconiza que "a violência proletária, exercida como uma manifestação pura e simples do sentimento de luta de classe, aparece assim como algo belo e heroico. Ela está a serviço dos interesses primordiais da civilização [...] pode salvar o mundo da barbárie".

Ele diferencia os termos força e violência, afirmando que se deve reservar o termo força quando se refere a atos da autoridade usados com o objetivo de "impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa" em busca de uma obediência automática (Sorel, 1992, p.195) e o termo violência quando se trata de atos de revolta que visam destruir essa autoridade.

Esse pensamento marxista da violência como parteira da história é criticado por Hanna Arendt. Ela afirma que Sorel fez uma política da violência ao propor o mito da greve geral – forma de ação considerada por ela como pertencente ao arsenal da política da violência (Arendt, 2011). Uma apologia da violência tende a ocorrer quando se considera a história como um processo cronológico contínuo, cujo progresso é inevitável e se vê o exercício da violência como a possibilidade de alcançar a vitória e interromper os processos automáticos presentes nas questões da dominação humana.

Arendt faz uma referência ao mito de Aquiles mostrado no livro de Fanón e aponta sua relação com a mesma contradição presente na proposta de Sorel: usar violência para combater violência. Segundo a narrativa, a lança de Aquiles causou uma ferida em Télefo, mas este foi curado quando Aquiles usou novamente a lança

sobre a ferida. Dessa maneira, dizer que a mesma lança que fere deve ser usada para trazer a cura é semelhante a usar violência para combater violência.

Buscando explicar o que é a violência, Arendt realizou uma série de delimitações conceituais, diferenciando-a dos termos poder, potência, força e autoridade. Segundo a autora, essas palavras não usadas como sinônimos em consequência de uma cegueira diante da realidade e, provavelmente, porque possuem a mesma função - são meios através dos quais o homem domina outro(s) homem(s). No entanto, esse uso traz o risco de que novas definições sejam introduzidas e de que haja um uso indevido desses termos.

Poder corresponde para Arendt à capacidade humana para atuar acertadamente. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas pertence a um grupo. Ele existe enquanto o grupo permanece unido. Quando se diz que alguém está no poder, significa que ele tem poder diante de certo número de pessoas que irão atuar em seu nome.

Potência designa algo ou uma entidade particular ou individual. É uma propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter. Pode mostrar-se em relação com outras coisas ou pessoas, mas é essencialmente independente delas.

A *força*, geralmente é empregada como sinônimo da violência, principalmente se a violência serve como meio de coação. Mas o termo força deveria ser reservado para referir-se às forças da natureza ou à força das circunstâncias, isto é, para indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.

A *autoridade* pode ser atribuída às pessoas com as quais se tem autoridade pessoal, por exemplo, a relação professor-aluno. Sua principal característica é o indiscutível reconhecimento dessa autoridade por aqueles que obedecem, sem precisar de coação nem de persuasão.

A *violência* distingue-se da força, do poder, da potência e da autoridade. Ela está próxima da potência, porque os instrumentos usados pela violência são concebidos e empregados para multiplicar a potência natural. A violência é considerada por muitos como um pré-requisito do poder, como um último recurso para tentar manter intacta a estrutura de poder frente à possibilidade de seu enfraquecimento. Violência e poder são opostos e onde um domina está presente, o outro está ausente. Porém,

> nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo (Arendt, 2011, p. 103)

A *violência* caracteriza-se por seu caráter instrumental e não promove nem a história, nem o progresso, nem a revolução. A violência é mediática e detentora de uma racionalidade, na medida em que tenta alcançar o fim que deve justificá-la, mas nunca alcança legitimação de poder.

> Além do mais, o perigo da violência, mesmo se ela se mova conscientemente dentro de uma estrutura extremista de objetivos de curto prazo, sempre será de que os meios se sobrepõem ao fim. [...] A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento (Arendt, 2011, p. 100).

Arendt (2011) critica a justificação biológica da violência e propõe uma desnaturalização do fenômeno, afirmando que a manifestação da violência, assim como do poder, pertence ao âmbito político, garantido pelas faculdades de ação do ser humano. Para ela, grande parte da glorificação da violência seria provocada por uma diminuição da capacidade de ação do ser humano no mundo moderno.

Outro teórico que fez uma crítica da violência foi Benjamin. Ele apontou as relações da violência com o direito e com a justiça, mostrando os usos legais da violência.

Segundo Benjamin, o direito natural considera a violência como “um produto da natureza semelhante a uma matéria-prima, cuja utilização não está sujeita a nenhuma problemática, a não ser que se abuse da violência visando fins injustos” (Benjamin, 2011, p. 123). Já o direito positivo busca “’garantir’ a justiça dos fins pela ‘justificação’ dos meios” (p. 124) e as pessoas abrem mão de todo o seu poder em favor do Estado, autorizando-o a usar a violência para fins justos.

A violência exercida pelo direito positivo é inteiramente fundamentada e há um interesse do direito de monopolizar a violência em suas próprias mãos para garantir que ele não seja derrubado. “[...] o direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz de solapar a ordenação de direito [...] não seria a violência em si que é condenada, mas apenas aquela que é orientada para fins contrários aos de direito” (Benjamin, 2011, p. 127).

O Estado reage com violência aos grevistas, apesar de existir o direito de greve, acusando-os de praticantes da violência, quando estes se recusam a retomar a ação suspensa sem que determinadas condições se modifiquem, porque teme é que a greve seja instauradora de um novo direito.

Na guerra, a violência é apenas um meio, uma maneira de atingir alguns fins de maneira totalmente imediata e enquanto violência predatória. No entanto, quando a vitória é sancionada, o Estado é obrigado a reconhecer a guerra como instauradora do direito quando potências estrangeiras o forçam a isso.

O militarismo também usa a violência como meio de manutenção do Estado, ao instituir o serviço militar obrigatório. Mas é na instituição policial que o uso da violência para instauração e manutenção do direito fica mais evidente, uma vez que ela pode usar legalmente a violência sem estar circunscrita a qualquer lei, segundo Benjamin.

Essa violência instauradora do direito, alimentada pelo dogma “fins justos podem ser alcançados por meios justificados, meios justificados podem ser aplicados para fins justos” (Benjamin, 2011, 146), se manifesta de maneira idêntica à violência mítica, por seu aspecto ameaçador e sangrento e por ser exercida em favor próprio e atuar contra a vida. Em oposição à violência mítica há uma violência que é pura, traz a expiação da culpa e se exerce a favor da vida: a violência divina, que segundo Benjamin é soberana e se mostra totalmente alheia à dialética entre meios e fins.

Sob o ponto de vista benjaminiano, “uma resolução de conflitos não-violenta jamais pode desembocar num contrato de direito” (Benjamin, 2011, p.136), pois a existência do contrato abre espaço para o uso da violência e gera contradições.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948, com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão resultante da Revolução Francesa em 1789. Seu primeiro artigo afirma "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

No entanto, “as declarações dos direitos devem ser vistas como o local em que se efetua a passagem da soberania régia de origem divina à soberania nacional” (Agamben, 2010, p.125).

> Um simples exame no texto da declaração de 1789 mostra, de fato, que é justamente a vida nua natural, ou seja, o puro fato do nascimento, a apresentar-se aqui como fonte e portador de direito. [...] Por outro lado, porém, a vida natural que, inaugurando a biopolítica da modernidade, é assim posta à base do ordenamento, dissipa-se imediatamente na figura do cidadão, no qual os direitos são conservados (Agamben, 2010, p.124).

Sob esse ponto de vista, a definição de direitos humanos cuja função seria garantir proteção legal para as pessoas também pode implicar a instituição de indivíduos fora – além e aquém – de toda a proteção legal, uma vez que o funcionamento da sociedade não é do direito, mas do estado de exceção, no qual se estabelecem atos institucionais que determinam a suspensão de direitos e o funcionamento da sociedade através do uso de um poder soberano, deixando as pessoas sob uma ameaça de abandono.

> A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma de suspensão. *A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta* (Agamben, 2010, p. 24).

Nos estados totalitários e nas sociedades de massa de hoje impera uma lei sem significado e "a vida sob uma lei que vigora sem significar assemelha-se à vida no estado de exceção, no qual o gesto mais inocente ou o menor esquecimento pode ter conseqüências mais extremas" (Agamben, 2010, p. 58). "O próprio estado de exceção, como estrutura política fundamental, em nosso tempo, emerge sempre mais ao primeiro plano e tende, por fim, a tornar-se a regra" (p. 26).

Há uma violência exercida no estado de exceção que conserva e instaura o direito, excetuando-se dele, a violência soberana, a qual, "abre uma zona de indistinção entre lei e natureza, externo e interno, violência e direito; não obstante, o soberano é precisamente aquele que mantém a possibilidade de decidi-los na mesma medida em que os confunde" (Agamben, 2010, p.69).

No entanto, a violência soberana se diferencia da violência divina enunciada por Benjamin (2011). "A violência, que Benjamin diz divina, situa-se, em vez disto, em uma zona na qual não é mais possível distinguir entre exceção e regra" (Agamben, 2010, p. 69).

Agamben aponta que, embora a violência soberana e o estado de exceção que ela instaura não apareçam no ensaio de Benjamin, este texto é muito importante para o estudo da soberania.

> Haver exposto, sem reservas, o nexo irredutível que une violência e direito faz da *Crítica* benjaminiana a premissa necessária, e ainda hoje insuperada, de todo estudo sobre a soberania. Na análise de Benjamin, este nexo se mostra como uma oscilação dialética entre violência que põe o direito e violência que o conserva (Agamben, 2010, p. 68).

Derrida (2010) foi outro autor que tratou das relações entre o direito e violência. Sobre o ensaio de Benjamin (2011), ele inicia apontando que discorda da tradução da palavra *Gewalt,* encontrada no título original do livro – "Critique of Violence" – como violência. Para ele *Gewalt* seria "ao mesmo tempo a violência e o poder legítimo, a autoridade justificada" (Derrida, 2010, p. 10).

Derrida fazendo uma leitura deste texto de Benjamin, afirmou que "o direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada, mesmo que essa justificação possa ser julgada, por outro lado, injusta ou injustificável. Não há direito sem força [...]" (Derrida, 2010, p.8). "A justiça exige, enquanto justiça, o recurso à força. A necessidade da força está pois implicada no justo da justiça" (p. 19).

> O próprio surgimento da justiça e do direito, o momento instituidor, fundador e justificante do direito, implica uma força performativa, isto é, sempre uma força interpretadora e um apelo à crença [...] o direito estaria a serviço da *força,* instrumento dócil, servil e portanto exterior do poder dominante, mas no sentido de que ele manteria, com aquilo que chamamos força, poder ou violência, uma relação mais interna e complexa (Derrida, 2010, p. 24).

"Mas, se o ato consiste simplesmente em aplicar uma regra, desenvolver um programa ou efetuar um cálculo, ele será talvez legal, conforme ao direito, e talvez, por metáfora, justo, mas não poderemos dizer que a decisão foi justa" (Derrida, 2010, p. 43), uma vez que, "a dimensão de justiça nos enunciados performativos [...] nunca deixa de ter certa dessimetria e certa qualidade de violência" (p. 53).

"No lugar de 'justo', podemos dizer legal ou legítimo, em conformidade com um direito, regras ou convenções autorizando um cálculo" (Derrida, 2010, p. 45). Sendo que, *legítimo é* um termo técnico do vocabulário sociológico e é "legítima uma instituição, ou uma acção, ou um uso que é dominante e desconhecido como tal, quer dizer tacitamente reconhecido" (Bourdieu, 2003, p. 116).

"A violência aparece como tanto mais aceitável quanto se apresente sob uma face 'asséptica', quanto ela mesma participe deste trabalho de redefinição das fronteiras do 'real' e de recalcamento da energia, pela via da informação" (Martuccelli, 1999, p. 164).

As vivências e atitudes diante da violência podem ser opostas, dependendo do grau de domínio simbólico e da classe social dos indivíduos.

> No alto da hierarquia social encontram-se aqueles que habitam efetivamente num mundo cada vez mais desmaterializado fisicamente falando, mas que, ao mesmo tempo, guardam o monopólio da definição socialmente legítima do "real". [...] eles estão conectados a redes abstratas, que lhes permitem agir instantaneamente à distância [...] e se desconectar de qualquer enraizamento estritamente local (Martuccelli, 1999, p. 165).

O estilo de vida desses habitantes se impõe e passa a definir normativamente a realidade, por meio de um jogo da dominação simbólica sustentada por um conjunto de elementos que assegura a dominação, monopolizando a definição legítima da 'realidade'. Essas pessoas vivem

> num mundo no qual sua segurança, individual e social, é fortemente garantida por relações sociais altamente abstratas e impessoais. [...] o risco, e sobretudo o risco físico direto, é limitado. [...] A violência é aqui, então, o sentimento de um perigo virtual, de uma "penetração" de um elemento ativo e energético estranho no seio desse universo regulado objetivamente por símbolos de informação. Para esses atores a violência é uma "contingência" mais ou menos longínqua [...] sempre fruto de um "acidente" (Martuccelli, 1999, p.165-166).

Na outra ponta da escala social vivem aqueles que, embora tenham mais contato com a materialidade do mundo, são, paradoxalmente, incapazes de definir socialmente o "real". A violência para eles surge como tentativa de romper com a dominação de um mundo social imposto, porém sem conseguir atingir um sentido histórico positivo, como tinha antes.

Há ainda as situações nas quais os indivíduos estão pouco integrados aos sistemas abstratos e, por isso, sofrem cotidianamente com a desvalorização. "A penetração geral dos sistemas abstratos na vida cotidiana cria riscos que o indivíduo não se encontra nas melhores condições para enfrentar" (Giddens, 2002, p. 128). Dentre os sistemas abstratos estão as fichas simbólicas, que são meios de intercâmbio que podem circular - como é o caso do dinheiro – e os sistemas peritos ou especialistas – cujo conhecimento especializado é constantemente consultado e considerado para a tomada de decisão das pessoas e, após ser divulgado, passa muitas vezes a fazer parte do senso comum.

A partir de uma análise das transformações sofridas na configuração da violência, observa-se que há uma forma de violência profundamente moderna, cujo caráter é cada vez mais imaterial, decorrente da capacidade mediatizada do uso dos

sistemas peritos, da possibilidade de manipulação da opinião pública, do uso da violência justificada e da força de lei, do abandono produzido pelo estado de exceção. Com base na revisão de literatura apresentada acima é possível pensar que os grupos chamados de vulneráveis seriam aqueles submetidos a essa violência.

3.5 Vulnerabilidade e adolescência

3.5.1 A construção da adolescência

Segundo Sposito (2009), adolescência e juventude são categorias ainda em processo de definição e sua utilização depende do contexto. O termo *adolescência* é mais utilizado no campo de estudo da Psicologia, e o termo *juventude* aparece mais nas Ciências Sociais, particularmente na Sociologia, na Antropologia, na História, na Educação e na Comunicação. No entanto, em geral, ambos são usados sem distinção para referir-se à fase da vida localizada entre a infância e a vida adulta, o que será feito na presente investigação.

Embora haja uma tendência à universalização quando se fala sobre adolescência, é preciso olhar para essa fase da vida em toda a sua complexidade "levando-se em conta o ambiente social e de interação dos adolescentes na família, no bairro, nas amizades e nos mais variados contextos de desenvolvimento" (Santos, 2005, p. 31). A adolescência "deve ser compreendida também como uma variante da condição social de classe. Isto é, sua duração e vivências ocorrem diferentemente dependendo da origem social dos sujeitos" (Trassi, 2006, p.213).

Até o século XVII a adolescência era confundida com a infância e as palavras em latim *puer* e *adolescens* eram empregadas indistintamente. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos de dependência (Ariès, 1981, p. 11). Ainda hoje há controvérsias na definição da faixa etária que recebe a denominação de adolescência.

A Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, afirma que as pessoas com idades entre 15 e 29 anos são jovens e as com idades entre 12 e 18 anos (incompletos) são adolescentes (Brasil, 2007).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como adolescentes os indivíduos com idades entre 12 e 18 anos, diferentemente da Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera que a adolescência abrange “as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos)” (Waiselfisz, 1998 *apud* Santos, 2005, p.32).

Em 1898 o psicólogo G. Stanley Hall denominou como *adolescência*, o período da vida entre 14 e 24 anos, segundo ele, um estado intermediário, não só determinado biologicamente, mas socialmente construído (Savage, 2009).

A sociedade moderna, com os avanços tecnológicos e a ampliação da liberdade social, tem contribuído para o prolongamento da adolescência, e favorecido “a ambivalência, as cisões, a tendência à passagem ao ato e baixos teores de responsabilidade” (Levisky, 2000, p.21) nos adolescentes.

Atuando como “construtora e propagadora de imaginários, a mídia serve de referencial para a produção das identidades” (Gomes, 2001, p. 194). Porém, os modelos difundidos são, em geral, idealizados, e não podem ser alcançados, o que se torna motivo de frustração para os adolescentes que vivenciam uma fase importante de construção da identidade.

De acordo com Savage (2009), a *juventude* foi “criada” ou construída por meio de um processo ocorrido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

“Nas metrópoles, no fim do século XIX, muitas crianças e adolescentes eram deixados à própria sorte. Na falta de uma estrutura imposta por adultos, eles se organizavam em gangues que mal podiam ser controladas” (Savage, 2009. p. 50). Nesta época, a delinquência juvenil cresceu, juntamente com a permissividade sexual e a prostituição, gerando graves problemas sociais em todo o mundo. Ocorreu também um aumento no consumo de drogas, cujo “uso exagerado encurtava as vidas dos jovens gângsteres, já reduzida pela pobreza e o perigo inerente ao seu estilo de vida” (Savage, 2009, p. 76).

A mídia produzia reportagens sensacionalistas e “encorajava o pensamento a curto prazo, a concentração no instantâneo e as soluções fantásticas atribuídas na época às crianças e jovens na puberdade, ao mesmo tempo que excitavam os impulsos humanos fundamentais” (Savage, 2009, p.77).

Diante desse quadro, surgiu a necessidade de regulamentar o tratamento e o controle dessa faixa etária. Foi decretada, em 1899, nos Estados Unidos da

América, a Lei do Juizado de Menores que autorizava a instituição de um tribunal juvenil para tratar de assuntos como delinquência, dependência e negligência: “um passo crucial para a construção da adolescência como um estágio de vida distinto” (Savage, 2009, p. 80).

Em 1914, com o desemprego crescente e o início da Primeira Guerra Mundial, a vida militar se tornou atrativa, principalmente na Europa – França, Alemanha e Grã- Bretanha – e nos Estados Unidos da América, havendo uma pressão social, alimentada pelo mito do sacrifício, para que o jovem se alistasse. Após a guerra “a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente” (Ariès, 1981, p. 15).

> A grande Guerra destruiu para sempre a obediência automática que os mais velhos esperavam de seus filhos. [...] Obrigados prematuramente a enfrentar responsabilidades adultas, eles não iriam retornar ao seu estado invisível de antes. A guerra criou e brutalizou a nova sociedade de massa da juventude (Savage, 2009, p. 173).

Em 1919 a juventude estava em alta e a busca pela universidade foi duplicada, já que essa era a possibilidade de se fazer carreira e ingressar na nova elite.

No final de 1937, com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, os jovens do sexo masculino ficaram entre o mundo do trabalho e o das forças armadas. A iniciação sexual – para homens e mulheres – começou a acontecer cada vez mais cedo e houve um expressivo aumento da delinquência juvenil.

Com o fim da guerra, em 1944, os adolescentes passaram a ser vistos como consumidores em potencial e os americanos criaram o termo *teenager* para fazer referência aos jovens, com idades entre 14 e 18 anos, “um termo de marketing usado por publicitários e fabricantes que refletia o poder de consumo recentemente visível dos adolescentes” (Savage, 2009, p.11).

A partir dos anos 1950 o jovem ganhou cada vez mais autonomia, culminando com a expansão do movimento hippie na década de 1960, visto por alguns como momentos de extrema de liberdade da juventude e por outros como uma ameaça à ordem social. Foi a época da liberação sexual, da difusão do uso das drogas e das bandas de rock.

Atualmente, “a adolescência é vivida sob forma de intensa contradição e ambiguidade” (Bock, 2007, p. 65), o que se reflete na visão que a sociedade tem dessa fase da vida. Por um lado o jovem é abordado como um problema social,

sendo associado à prática da violência, ao consumo de drogas e à vivência de uma sexualidade irresponsável, e por outro, “é foco de fascinação e desejo dos adultos, e símbolo de esperança e futuro” (Magro, 2002, p. 66).

“Os sentimentos ambivalentes diante da adolescência produzem uma certa dificuldade de se considerar os adolescentes como capazes de construir ações significativas no campo social e contribuir ativamente para a solução dos problemas sociais” (Magro, 2002, p. 66). No entanto, é preciso considerar que “a adolescência ‘difícil’ esconde outra face, que é da sociedade difícil, hostil para com o adolescente que quer ser ativo no mundo” (Trassi, 2006, p.215).

A juventude se depara com a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, além das restritas perspectivas de mobilidade social. Há pouco ou nenhum acesso a atividades de lazer e a equipamentos culturais. Observa-se uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos e muitos jovens abandonam a escola para trabalhar, o que compromete seu processo de formação e capacitação profissional (Abramovay et. al., 2002).

> Condições de vida material, dificuldades de acesso a oportunidades sociais e culturais, e fatores motivados pelo imaginário social, como a discriminação e o medo, deixam segmentos da juventude efetivamente mais expostos aos riscos das grandes cidades e da violência estimulada, sobretudo, pela desigualdade social do Brasil (Castro & Abramovay, 2004 *apud* Malvasi, 2008, p. 607).

O jovem encontra-se submetido a muitas exigências de adaptação – para se inserir na vida adulta ele precisa encontrar maneiras de se encarregar de seu próprio destino –, num momento em que vivencia intensas mudanças biológicas. Além disso, em suas “relações familiares, nas escolas, nas ruas, nos meios de comunicação, nas filas, nas relações institucionais, no lazer” (Levisky, 2000, p. 19), ele vivencia uma violência digna do homem primitivo, apesar de todo o avanço tecnológico já alcançado.

> A violência, tomada como um fenômeno isolado da desigualdade de oportunidades sociais vivenciadas pelos jovens e adolescentes, tem servido para construir a imagem dos adolescentes da periferia como simples autores dos atos infracionais, sem considerar as condições socioespaciais como componente da violência urbana, tornando esses sujeitos também vítimas desse processo (Chimin Jr, 2009, p. 45).

3.5.2 Violência e adolescência: a Legislação Brasileira

No Código Criminal de 1830 foram definidas sanções, de caráter penalista e criminal, que deveriam ser aplicadas aos “menores de idade” que cometessem crimes. O termo “menor” surgiu no Brasil Império associado a essas leis e, ao final do Século XIX, acabou sendo absorvido no discurso social para designar as crianças nascidas das camadas sociais baixas. “[...] a expressão “menor” preencheu a necessidade de diferenciar entre os bem-nascidos e os potencialmente perigosos para a sociedade, introduzindo um traço diferencial que, num trajeto que vai do social ao jurídico, culminou com a formação de subjetividades” (Santos, 2004, p.206).

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, determinando a libertação dos filhos dos escravos, a infância passou a ser alvo de novas preocupações do controle social e o conceito de “menor” extrapolou a esfera jurídica e penetrou no campo social. Após a proclamação da República foi efetuada uma ampla reformulação jurídica e elaborada uma legislação especial para os menores de idade. Diversas instituições estatais foram criadas visando abrigar os ‘menores carentes’ retirados das ruas e internar os ‘menores infratores’ em reformatórios.

> A temática da infância passa a ser tratada num duplo registro: de um lado, a defesa do “menor abandonado” – defesa do abandono e da pobreza aos quais foi lançado – e de outro a defesa da sociedade contra o “menor criminoso ou delinqüente”, portador de uma ameaça potencial à coletividade (Santos, 2004, p. 217).

Na medida em que o capitalismo foi se propagando, a necessidade de preservar a mão-de-obra juvenil tornou-se cada vez maior e os documentos políticos e jurídicos começaram a defender a intimidação da ociosidade e a punição dos “menores perambulantes” nas ruas. A permanência nas ruas foi sendo associada à pobreza, desqualificação e vadiagem e as crianças começaram a ser recolhidas em locais especializados nos casos de pobreza, abandono e falta de assistência familiar (Santos, 2004).

A psicologia começou a atuar, juntamente com a medicina e a pedagogia, gerando conceitos de normalidade e anormalidade e definindo formas de funcionamento esperadas para os indivíduos, bem como as condutas consideradas boas e saudáveis na vida familiar. Inicia-se o movimento higienista no Brasil, o qual

favorecia uma atitude intervencionista do Estado sobre as famílias e é instituída a Doutrina da Situação Irregular, a qual embasou dois Códigos de Menores brasileiros, o de 1927 e o de 1979. Ambos "caracterizavam-se por partilhar o entendimento de que apenas os "menores" em situação irregular – o que na prática elegia os menores "abandonados, delinqüentes, pervertidos ou *em perigo de ser"* – seriam alvo da tutela do Estado" (Santos, 2004, p. 210-211).

O Código de Menores de 1927 - Código Mello Mattos - destinava-se a legislar sobre menores de 0 a 18 anos em estado de abandono, ou seja, aqueles que não possuíssem moradia certa, tivessem pais falecidos, fossem declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem classificados como vagabundos, mendigos ou de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, fossem prostitutos ou economicamente improdutivos.

> Neste momento de nossa história, existiam duas categorias de crianças e adolescentes: pobres/abandonadas e delinqüentes. Infância e juventude desamparada que inspiravam pena, dó, e a perigosa, delinqüente, que inspirava medo. Para os primeiros – objeto de compaixão -, a proposta era a militarização e a profissionalização como perspectiva de inclusão social. Para os outros – objeto de repressão -, a proposta era o cárcere (Trassi, 2006, p.220).

Na década de 1930, foi criado o Laboratório de Biologia Infantil, com o objetivo de "estabelecer as bases científicas para a destinação asilar e para o tratamento dos menores qualificados como 'em situação irregular' e submetidos à tutela estatal" (Santos, 2004, p.221). O discurso científico foi apropriado em prol do controle e o termo "menor" passou a ser associado a desvio, patologia, irregularidade e anormalidade. Visava-se "investigar e classificar social, médica, pedagógica e psiquicamente o 'menor', como meio de promover o 'resgate do desviante, enquadrando-o à normatividade dos registros de mão-de-obra infanto-juvenil'" (Oliveira, 2001, p. 240 *apud* Santos, 2004, p.222).

Nas décadas seguintes instalou-se uma crise nos modelos de ação propostos pelo Código de Menores de 1927, a qual "tinha raízes tanto na crítica contundente dos parâmetros de exclusão e repressão que imperavam nas políticas para a infância, quanto na necessidade de desonerar um sistema que se havia agigantado" (Santos, 2004, p.222). Surgiram defensores da manutenção dos menores junto a seus familiares, da adoção dessas crianças e da necessidade de considerar a internação como último recurso.

Em 1979 foi promulgado o segundo Código de Menores “Código Alyrio Cavallieri), porém ainda mantinha o “menor” como objeto de medidas judiciais.

> O Código de 1979 abria mão da classificação da infância em “abandonada” ou “delinqüente”, mas disfarçava a categoria “abandonado” na análise das condições sociais e econômicas da família, defendendo o abandono material como argumento jurídico válido para intervenção estatal na família e para a cassação – temporária ou definitiva – do pátrio poder (Santos, 2004, p.224).

Este código considerava a questão do “menor” como um problema de segurança nacional e as crianças e adolescentes encontrados pelas ruas eram considerados ‘irregulares’ e levados para as instituições, sem qualquer preocupação com os direitos fundamentais ou com a proteção dos mesmos. “Em nome da segurança, o regime militar proclamava que os grupos de menores, circulando livremente pelas vias públicas, colocavam em risco a segurança coletiva [...] e por isso deviam ser controlados” (Santos, 2004, p. 223).

O código de 1979 e as práticas adotadas na época foram criticados por vários movimentos sociais, dentre eles, a Pastoral da Criança e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Uma das críticas referia-se ao fato de se privar a criança e o adolescente da liberdade a partir da simples suspeita de infração à lei. Outra crítica relacionava-se ao uso preconceituoso do termo ‘situação irregular’ de ‘menor’, o qual denotava “a culpabilização e o estigma construído pela classe hegemônica sobre a criança e o adolescente das classes populares, para desviar a atenção dos fatores que impulsionavam a ‘situação irregular’ desses meninos e meninas [...] a desigualdade social e econômica” (Cirqueira, 2007, p. 18).

Com a abertura política no país, a mídia começou a divulgar a violência praticada contra as crianças e adolescentes institucionalizados, justificada pela necessidade de eliminar os maus-hábitos dos mesmos. Além disso,

> As entidades nacionais e internacionais, que desenvolviam trabalho com crianças e adolescentes em “situação irregular”, denunciavam a intervenção paternalista do Estado pela PNBM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) e financiavam os movimentos em defesa da infância e da adolescência brasileira. Dentre essas entidades estavam o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência), a própria FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e a SAS (Secretaria de Assistência Social) (Cirqueira, 2007, p.18).

O MNMMR, juntamente com dez entidades não governamentais que combatiam a violência contra criança e o adolescente criou em 1988 o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), com o objetivo de ser o mediador entre as entidades e a Assembléia Constituinte.

O resultado desses diversos movimentos sociais, em meio a um cenário de abertura política e de reformas constitucionais foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 o qual representa uma conquista histórica do exercício da cidadania brasileira, ao propor que Estado e sociedade se responsabilizem por oferecer condições adequadas para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, diferentemente dos dispositivos legais anteriores. Além disso, o termo estigmatizante "menor" foi substituído pelas expressões criança e adolescente.

> Reconhece-se logicamente que a simples mudança na nomenclatura por termos politicamente mais corretos não é suficiente para transformar a realidade institucional, mas se revela um primeiro passo na conscientização crítica dos preconceitos que subjazem às formas que escolhemos para nomear e significar o universo social de que participamos (Santos, 2004, p. 227).

"Os novos textos instituíram, ao menos na letra da lei, a igualdade entre as crianças e os adolescentes brasileiros" (p.226-227). A principal inovação foi a criação da Doutrina de Proteção Integral que garante em lei a concepção de que todas as crianças e adolescentes brasileiros gozam de todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano – à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária -, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar esses direitos.

> Da doutrina da *situação irregular*, do antigo Código de Menores (1979), que pressupunha os "menores em abandono material e moral" (ou seja, a infância pobre, e "potencialmente" em infração) como "objeto de intervenção"; à doutrina de *proteção integral* do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que instituiu uma concepção universal de infância, "pressupondo a noção de sujeito de direito" infanto-juvenil (Silva, 2005, p. 116)

O ECA é composto de duas partes principais. A primeira denominada Parte Geral apresenta crianças e adolescentes como sujeitos da lei e trata dos direitos fundamentais dos mesmos. A segunda, nomeada Parte Especial determina que "a

política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios." (Brasil, 1990, p. 31). Aborda ainda "as medidas protetivas e socioeducativas aplicáveis à criança e ao adolescente; as medidas aplicáveis aos pais ou responsável; o papel e definição dos Conselhos Tutelares; da Justiça da Infância e Juventude; dentre outros títulos." (Santos, 2004, p. 228)

As funções de promoção e fiscalização dos direitos da criança e do adolescente, por meio da formulação de políticas públicas foram atribuídas ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares - Nacional, Estaduais e Municipais. A Justiça da Infância e da Juventude continuaram com poderes de intervenção junto à família e à criança em casos típicos como: guarda, tutela, adoção, investigação de paternidade e de maus-tratos.

Foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal com função deliberativa e controladora das ações da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Com relação às questões da violência, uma mudança importante ocorreu: "o estatuto trouxe a obrigatoriedade da denúncia pelas pessoas que tenham conhecimento de crianças e adolescentes vitimizados e, no caso de não cumprimento desta obrigatoriedade, estarão sujeitos à pena de três a vinte salários mínimos." (Cirqueira, 2007, p.21).

O ECA foi promulgado através da Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Nesse texto não há uma referência sequer às palavras vulnerabilidade, vulnerável ou similar, possivelmente porque essa legislação é anterior à nova política de assistência social, a qual utiliza recorrentemente estes termos. As palavras citadas no ECA que hoje aparecem relacionadas à vulnerabilidade são: violência (5 referências), negligência (2 referências), maus-tratos (5 referências) e ato infracional / infração/ infrator (52 referências).

4 Perspectivas sobre a vulnerabilidade

A política pública de assistência social no Brasil preconiza os seguintes indicadores de vulnerabilidade social: insuficiência de renda; precariedade dos serviços públicos – saúde, educação, transporte, lazer; a presença de crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência em famílias com renda de até meio salário mínimo; analfabetismo ou a baixa escolaridade dos responsáveis pelos domicílios; famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge; desemprego de chefes de famílias; situações de trabalho infantil; e crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola (Brasil, 2005).

Com o objetivo de conhecer a visão que os agentes sociais têm sobre a vulnerabilidade, foram realizadas dezesseis entrevistas com agentes sociais do município de Jacareí (SP), as quais tiveram duração variável – a mais curta durou vinte e três minutos e a mais longa uma hora e cinquenta e nove minutos. As entrevistas foram agendadas previamente com cada sujeito e realizadas em salas reservadas nas instituições onde os agentes sociais atuam – CRAS, CREAS, Abrigo de adolescentes e CAIA. Procurou-se dar ao entrevistado total liberdade para organizar seu depoimento e fazer complementações, se ele desejasse. Quando o depoente não mencionava a palavra vulnerabilidade, era solicitado que ele falasse o que pensa sobre o tema, conforme previsto no roteiro (anexo B). A maioria dos peritos fez referência à palavra vulnerabilidade, mas não é possível saber se foi porque esta palavra está muito presente no cotidiano deles, ou pelo fato de eles terem sido informados a priori que este é o tema desta pesquisa.

Com base nas considerações feitas pelos peritos, espontâneas ou disparadas por essa solicitação, e nos indicadores de vulnerabilidade apontados pelas políticas públicas foram estabelecidos os seguintes eixos temáticos: vulnerabilidade e ausência de renda; vulnerabilidade e precariedade da rede de serviços; vulnerabilidade e risco; vulnerabilidade e família; vulnerabilidade e ciclo de vida; vulnerabilidade e modernidade; vulnerabilidade, território e violência.

4.1 Vulnerabilidade e ausência de renda

A ausência de renda ou a precariedade das condições financeiras é frequentemente apontada como condicionante da vulnerabilidade, provavelmente como uma herança do antigo modelo de assistência social baseado no assistencialismo. Segundo os peritos,

> *Vulnerabilidade é a ausência de renda. Sujeito 2*
>
> *Uma das vulnerabilidades é a vulnerabilidade de renda, naquele momento ela não tem como dar conta daquela família financeiramente [...]. Sujeito 1*
>
> *Se a família apresenta vulnerabilidade de renda, podemos encaminhá-la para os Programas de Transferência de Renda, do Governo Federal ou Estadual. Além da possibilidade de inclusão da família nos programas sociais, existem outras ofertas materiais no CRAS. Sujeito 7*

No entanto, os técnicos dizem que vulnerabilidade é mais do que uma questão da renda e é possível falar em "vulnerabilidades", corroborando a ideia de Marandola Jr. e Hogan (2009).

> *São vários tipos de vulnerabilidades que a pessoa pode apresentar e não necessariamente tá ligado com a questão de renda.*
> *Sujeito 1*
>
> *Vulnerabilidade são "n" coisas, não é só pobreza, falta de dinheiro, né? Tem outras faltas que vão acarretar essa vulnerabilidade.*
> *Sujeito 3*
>
> *Então tem vários tipos, várias áreas da vulnerabilidade.*
> *Sujeito 13*
>
> *Vulnerabilidade é uma questão muito ampla, não dá pra você focar essa vulnerabilidade a uma situação que você está. É a situação que você está que te leva a algo. Sujeito 4*

Essas referências às diferentes vulnerabilidades parecem estar relacionadas com a diversidade de situações nas quais um indivíduo ou um grupo vive uma condição de fragilidade e fica impedido de responder a ela com seus próprios recursos.

> *A própria fragilidade já é uma vulnerabilidade. Seja a renda, seja a fragilidade, seja o ciclo de vida, eu acho que é tudo. Acho que é quando a gente não consegue... Que você tá naquela condição que não consegue sair. Sujeito 9*

> *Meu entendimento é que são aspectos frágeis, são portas de entrada pra perigos, na esfera econômica, na esfera social, mas também na esfera afetiva. Sujeito 13*

Um especialista levantou a necessidade de considerar também as questões afetivas e emocionais nas análises sobre a vulnerabilidade.

> *Me parece que, na assistência, quando se fala em vulnerabilidade, se espera que sempre se tenha um olhar pra vulnerabilidade econômica e social, mas eu acho que a afetiva, emocional é também uma área de muita vulnerabilidade. Sujeito 13*

Porém, nota-se que a grande maioria dos peritos adota uma perspectiva sobre a temática vulnerabilidade que reflete a visão das políticas públicas, a qual aponta como condicionantes da vulnerabilidade a questão da renda, a precariedade de serviços de educação, saúde, lazer e habitação, além da situação das pessoas que vivenciam determinadas fases da vida e estão sujeitas ao que a assistência social denomina como vulnerabilidade do ciclo de vida, a qual será abordada posteriormente como um eixo temático específico.

> *São vários tipos de vulnerabilidades [...] Vulnerabilidade é a ausência de renda; está relacionada aos ciclos de vida: crianças, idosos, gestantes; pessoas portadoras de deficiências; pessoas que têm faltas e necessidades nas áreas da saúde, social, habitacional e de educação. Sujeito 2*
>
> *[...] a vulnerabilidade social ela não se dá só pela questão da renda, ela tem, por exemplo, ciclo de vida. Então, a criança, o adolescente, o idoso são pessoas que estão... Que têm a vulnerabilidade no ciclo de vida, porque são idades que a pessoa... Que essas pessoas, né, elas não conseguem dar conta de si sozinha [...]. Sujeito 1*
>
> *Eu acho que a vulnerabilidade além da questão da renda existe todo um ciclo que você vivencia, que seja a questão de você estar vulnerável por sua idade, você estar vulnerável porque você está numa condição de gestante - ai você não consegue emprego. [...] Quando você fala em vulnerabilidade é uma questão muito ampla [...] é uma situação que você está que te leva a algo, né? Sujeito 4*
>
> *Vulnerabilidades são todas as situações que as famílias apresentam, seja de renda, conflitos familiares, ou dificuldade de acessar bens e serviços a que tem direito, e que ainda não apresenta sinais de risco para seu convívio familiar/comunitário. Sujeito 7*

O fato de os pais precisarem trabalhar para garantir a renda familiar e não terem com quem deixar seus filhos foi mencionado por um depoente como indicador de vulnerabilidade para crianças e adolescentes. Nem sempre alternativas como levar as crianças para creches e proporcionar atividades de cultura e lazer no contra

turno escolar estão disponíveis para essas famílias e as crianças e os adolescentes acabam ficando nas ruas durante o dia, sem ter o que fazer, muitas vezes expostos a perigos. O tempo livre nas ruas, não monitorado por adultos responsáveis, pode favorecer a participação em atividades que tragam riscos para eles, tais como o agrupamento dos adolescentes em gangues que pratiquem atos ilícitos ou violentos, a exploração sexual, o consumo de drogas e o aliciamento das crianças e jovens para o tráfico de drogas.

> *Passa pela questão da renda, dos pais terem que ir trabalhar, de deixar essas crianças sozinhas e isso vai implicando as crianças ficarem na rua e acabarem ficando em outras companhias.*
> *Sujeito 4*

Embora para a maioria dos peritos a pobreza esteja associada à vulnerabilidade, um dos especialistas mostrou uma visão diferenciada. Segundo ele, o fato de uma pessoa ser considerada pobre não implica que ela necessite do atendimento da assistência social e que, portanto, sob o ponto de vista da política pública ela seja vulnerável.

> *Ela é pobre, então ela tem que ser atendida pelo CRAS, ela tem que participar de programas e nem sempre isso é real. Não é porque a pessoa é pobre que ela tem que estar tendo assistência dentro da política de assistência. Isso ainda é muito forte. Sujeito 4*

Esse ponto de vista é interessante, uma vez que, na análise da vulnerabilidade é preciso considerar que, geralmente, as potencialidades dos grupos categorizados como vulneráveis são desconsideradas. Além disso, ao se afirmar que um grupo – os pobres – é vulnerável, corre-se o risco de reforçar a convicção de que todas as pessoas desta camada social sejam vulneráveis.

4.2 Vulnerabilidade e precariedade da rede de serviços

No contexto da assistência social fatores relacionados à falta ou à precariedade dos serviços, em especial de educação e de saúde, são frequentemente associados à vulnerabilidade.

É possível pensar em diferentes questões implicadas na relação entre vulnerabilidade e educação. Uma delas refere-se ao fato de a formação educacional

no Brasil não favorecer o desenvolvimento de uma capacidade crítica e reflexiva dos alunos, o que contribui para manter os jovens alienados e incapazes de formular questões relevantes sobre os problemas da sociedade em que vivem, e menos ainda de exercerem ações significativas para transformar o campo social. Diante disso, ao se depararem com condições adversas, muitas vezes denominadas de vulnerabilidade, eles terão dificuldades para tomar decisões e para agir.

A educação deveria ser implantada de maneira diferente do que ocorre atualmente, não mais tendo sua função reduzida à de transmissão de conteúdos e à adaptação dos educandos às normas sociais e aos meios de produção econômicos. Somente uma educação que possibilite aos adolescentes perceberem o mundo com todas as suas contradições e reconhecerem-se pertencentes a ele, não apenas sendo construídos, mas também atuando como construtores dele permitirá que os adolescentes assumam a responsabilidade que lhes cabe e lutem para transformar a realidade ao seu redor.

É possível ainda assinalar que a formação escolar no Brasil, que deveria ser a porta de entrada para a profissionalização e para entrada do jovem no mercado de trabalho, deixa muito a desejar. Há casos de estudantes que concluem o ensino médio sem sequer saber ler e escrever. Uma grande quantidade de estudantes conclui o ensino médio sem condições para dar continuidade à sua formação, por não terem renda que lhes permita frequentar uma universidade particular, por terem poucas possibilidades de disputar vagas em universidades públicas ou ainda por precisarem trabalhar para ajudar suas famílias. Somem-se a isso, os altos índices de evasão escolar, sendo que um em cada dez alunos do ensino médio, com idades entre 15 e 17 anos, deixa de estudar, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais divulgada em 2010 pelo IBGE.

Por último, o sistema de progressão continuada adotado no ensino público fundamental é considerado por um perito como prejudicial para as crianças.

> *E eu vejo também uma mudança que ocorreu em relação à educação. Eu acho que isso prejudicou muito, essa forma de a criança não repetir.*
> *Sujeito 3*

Cabe aqui uma explicação: a progressão continuada é uma das alternativas do ensino fundamental a qual adota um sistema de ciclos, mais longos que um ano ou uma série, determinando as competências e habilidades que as crianças devem

adquirir em cada ciclo. Dessa forma, não se aplica a reprovação dos alunos, mas se propõe a recuperação deles por meio de aulas de reforço. Objetiva-se que os alunos tenham acesso ao ensino, sem repetências ou interrupções, evitando a desmotivação. No entanto, esse tema é polêmico e muitas pessoas o associam à aprovação automática, que poderia implicar vulnerabilidade por resultar em uma baixa qualidade de ensino. Porém, escapa ao escopo deste trabalho entrar em mais detalhes sobre esta questão.

Com relação aos serviços de saúde no Brasil, podem-se levantar algumas questões que possibilitam relacionar saúde e vulnerabilidade: a falta de Unidades Básicas de Saúde no território de residência da família, o fato de os equipamentos de saúde não darem conta de atender à demanda do território, a superlotação dos serviços resultando em demora no atendimento, e os casos em que um paciente precisa esperar às vezes meses e até anos para conseguir atendimento com especialistas. Embora a situação dos serviços de saúde no município de Jacareí também não tenha sido objeto deste estudo, as questões levantadas acima são frequentemente citadas pelas mídias quando se referem aos problemas que a população brasileira enfrenta na área da saúde.

A falta de cobertura para todas as rotas ou a insuficiência do número de ônibus para atender determinada localidade também foi citada como condicionadora de vulnerabilidade para as pessoas. Se o transporte coletivo é precário ou inexistente, as pessoas ficam isoladas, havendo dificuldades para elas se locomoverem até seus locais de trabalho – frequentemente distantes de seus locais de residência, para ter acesso à rede de serviços às vezes fora do território e para participar das atividades do município uma vez que a maioria das atividades de lazer ocorre no centro da cidade. Além disso, as pessoas muitas vezes correm riscos de serem assaltadas ou atropeladas quando precisam percorrer longas distâncias a pé.

> *Acaba sendo uma vulnerabilidade, porque, se não tem a frota, não tem número de ônibus suficiente, e acaba vindo... Muitas vezes você acaba vindo à pé com a criança. Porque aquela estrada é perigosa, aquela estrada de Santa Branca é um risco. Acabam colocando em risco, na verdade, essa comunidade, essa população que foi pra lá. Sujeito 4*

4.3 Vulnerabilidade e risco

Os temas risco e vulnerabilidade foram abordados no capítulo 3, e, de acordo com a visão atual de inúmeros teóricos, embora haja uma evidente relação entre eles, vulnerabilidade e risco não são a mesma coisa.

Observando os depoimentos dos especialistas da assistência social, percebe-se que eles também reconhecem a existência de uma relação entre vulnerabilidade e risco.

> *A maior vulnerabilidade dele é estar em risco por conta dessa questão mesmo de família, ele não é acolhido nessa família, né? Sujeito 9*
>
> *Vulnerabilidade? Eu acho que é aquilo que expõe você a uma situação inadequada, expõe numa situação de risco, uma situação que não é ideal pra sua sobrevivência. Sujeito 4*

O SUAS preconiza que a Proteção Social Especial – de responsabilidade do CREAS – tem por objetivo oferecer serviços protetivos às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, cujos direitos foram violados – situações de negligência ou abandono, de maus tratos (físicos e psicológicos), de abuso/exploração sexual, situação de rua e de trabalho infantil, e ainda o envolvimento em atos infracionais com aplicação de medidas socioeducativas.

Já a Proteção Social Básica – oferecida pelo CRAS - visa à prevenção de situações de risco e à superação das condições de vulnerabilidade das famílias, decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, acesso aos serviços públicos precários ou sem acesso), fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social.

Nas palavras dos peritos,

> *O CRAS, Centro de Referência de Assistência Social, vem nessa nova política atender as famílias que apresentam vulnerabilidades sociais. O CRAS atua numa linha preventiva, ao contrário do CREAS, que atende famílias em situações de risco. Então, quando detectamos algumas situações com riscos já instalados encaminhamos para o CREAS, que é o Centro Especializado de Assistência Social. Sujeito 7*
>
> *As situações graves mesmo, elas param assim, principalmente no CREAS [...] que é um setor especializado, que é realmente área de risco. Sujeito 15*
>
> *Entendemos que vulnerabilidades são todas as situações que as famílias apresentam, seja de renda, conflitos familiares, ou dificuldade de acessar bens e serviços a que tem direito, e que ainda não apresenta sinais de risco para seu convívio familiar/comunitário. Sujeito 7*

A forma como os peritos utilizam o termo risco é ambígua. Eles definem como situações de risco tanto os casos de pessoas que já sofreram algum tipo de violência ou de violação de direitos, quanto os casos de pessoas que estão em situação de rua. Quando a legislação ou os especialistas dizem que o CREAS atende as pessoas que já estão em risco e definem como seus usuários as pessoas que tiveram seus direitos violados, fica subentendido que o risco vem depois da violação de direitos, depois que o abuso, a exploração sexual ou a violência já ocorreu.

> *É um pouco complicado, porque, assim... Uma vez que tá no CREAS, já passou da questão da vulnerabilidade, já entrou no risco mesmo. Então, assim... Uma dificuldade no começo do trabalho era como trabalhar o risco, uma vez que a situação já tava instalada, né?. Sujeito 15*
>
> *A proteção especial atua com as famílias/pessoas que já estão no risco, sofrendo maus tratos e abandono. Sujeito 2*

De acordo com Houaiss e Villar (2009, p.1671), risco significa a "probabilidade de perigo, com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente", portanto, se uma pessoa já que teve seus direitos violados – por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso ou exploração sexual, pelo uso de substâncias psicoativas, por vivenciar situação de rua ou trabalho infantil, dentre outras – ela já passou por uma situação de risco, experimentando uma ameaça, da qual ela foi incapaz de se defender.

Levanta-se aqui a necessidade de se encontrar outro termo para nomear os casos em que já a pessoa não foi capaz de adaptar-se ou livrar-se do perigo e teve seus direitos violados. Uma possibilidade seria substituir essa expressão "estar no risco" por "estar necessitando de atendimento especializado". Dessa maneira, ficaria mais claro dizer que o CRAS oferece atendimento para os usuários que se encontram em situação de risco e que, portanto, estariam vulneráveis a um perigo e o CREAS atende as pessoas que não foram capazes de lidar com as situações de risco e, por isso, precisam de atendimento especializado.

Outra contradição pode ser detectada quando a legislação e os peritos abordam a relação entre vulnerabilidade e risco e preconizam que a vulnerabilidade vem antes do risco.

> *A vulnerabilidade a gente entende que são todas as situações que a família não caiu no risco mais grave ainda. Se ela tem alguma dificuldade em relação à renda, principalmente em questão de alimentação, ela não vai avançar em outros riscos uma vez que no atendimento você passa o recurso pra ela. [...] Porque dependendo dessa vulnerabilidade que a família tem, a gente consegue fazer algum trabalho né, pra ela se manter ali e não cair realmente num risco. Sujeito 7*

Considerando que o risco é a probabilidade de ocorrência de um perigo demandando uma ação e que a vulnerabilidade está associada à existência de um risco e à incapacidade ou inabilidade de uma pessoa ou um grupo de adaptar-se ao perigo, uma pessoa ou grupo está em situação de vulnerabilidade quando corre risco de que um agravo aconteça. Portanto, o risco está presente antes que a situação de vulnerabilidade seja vivenciada, ou seja, a vulnerabilidade viria antes da situação de risco.

Ainda dentro da temática vulnerabilidade e risco, percebe-se que, algumas vezes, a legislação que deveria proteger o usuário acaba deixando-o desamparado, na medida em que define condicionalidades que algumas vezes resultam numa interrupção do atendimento. Esse desamparo ocorre quando o usuário é encaminhado de um serviço para o outro sem que haja possibilidade de realização de um trabalho continuado. É necessário que haja uma maior integração entre os serviços, uma vez que a linha que separa a vulnerabilidade e o risco – no sentido utilizado pela assistência social – é muito tênue.

Outras situações de abandono ao usuário ocorrem no momento em que os serviços entram em recesso no período de férias escolares, época que os adolescentes têm muito tempo livre e poucas opções de lazer e cultura. Em Jacareí os serviços entram em recesso em meados de dezembro e as inscrições para as atividades do ano seguinte só voltam a ser oferecidas no mês de fevereiro.

> *[...] começo de fevereiro a gente abre as inscrições, então o jovem vem, ele é atendido aqui, de 14 até 24 anos. Ele tem essa... esse é o critério. Ele vem e faz a inscrição em fevereiro, então, por exemplo, ele fez o curso este ano, acabou o ano encerrou [...]. Sujeito 13*

Em uma conversa informal com um perito, ele relatou que no final de 2012, às vésperas do período de férias do equipamento público no qual ele desenvolve um trabalho com adolescentes, uma jovem o procurou e contou que foi convidada por um traficante para trabalhar para ele por R$1.300,00. Ela disse que estava decidida a aceitar.

> *Pior que agora estamos entrando em recesso e tudo fica parado de dezembro até o início de março. É a época em que o jovem não tem atividades escolares e precisam de apoio, de atividades de lazer. O trabalho deveria ser intensificado nessa época de férias... Perdemos muitos jovens... Eles não voltam. Pelo menos, com a administração atual, na verdade desde os últimos dois mandatos, o trabalho tem tido continuidade na gestão seguinte. Antes, a cada quatro anos tudo mudava. Sujeito 14*

4.4 Vulnerabilidade e família

Petrini (2003 *apud* Gomes e Pereira, 2005, p. 360) afirma que, quando "a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos".

Especialistas disseram que a estrutura familiar precária, os casos de famílias chefiadas por mulheres e falta de apoio para as famílias colocam as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A precariedade da estrutura familiar, caracterizada pela ocorrência frequente de conflitos entre seus membros (fragilidade dos vínculos) ou pela falta de cuidados ou negligência com os filhos, dificulta que a família cumpra o papel de socialização primária das crianças e adolescentes.

> *[...] acho que a questão da vulnerabilidade é a falta da família mesmo, que eu acho que o adolescente sente muita falta da família, eles gritam o tempo todo isso pra gente, né, em comportamento [...].. Sujeito 10*

> *Às vezes a própria família é muito conflitante entre seus membros, isso traz vulnerabilidade. Aí já entra a questão: esse adolescente está dentro de uma família extremamente conflituosa e isso traz aquela instabilidade pra criança, para o adolescente e, certamente, é onde eles vão buscar "outros carinhos" na rua. Sujeito 1*

Se a família não favorecer a criação e a manutenção de vínculos entre seus membros, as crianças e adolescentes poderão ficar suscetíveis às influências das pessoas que eles encontram nas ruas, havendo maior probabilidade de que eles se envolvam com o tráfico – acreditando nas promessas de ganho financeiro fácil, sejam vítimas de abusos ou exploração sexual ou cometam atos infracionais.

> *Pensando na questão de todas as vulnerabilidades que ele está, eu acho que a maior vulnerabilidade desse adolescente é não ter uma referência de família, não ser acolhido na família e, por conta disso, estar vulnerável na*

> *rua, ter todos os problemas que ele tem, com o uso da droga, com o tráfico, com a questão do furto, né? Ele está em risco. Sujeito 9*

Muitas vezes os pais são acusados de não cumprirem seus papéis deixando de cuidar das crianças e protegê-las e aos adolescentes, porém, não é incomum que esses pais também tenham tido seus direitos violados em algum momento. Alguns especialistas abordaram essa questão da falta de apoio para as famílias e da culpabilização dos seus membros quando um adolescente encontra-se em situação de vulnerabilidade.

> *Eu acho que a vulnerabilidade do adolescente [...] tem muito a ver com a vulnerabilidade da família do adolescente [...] eu vejo a família precisando de apoio, eu acho que um apoio mais coeso, talvez assim... eu acho que ainda existe culpabilização da família. Sujeito 12*
>
> *E essa família, por outro lado, ela também foi violada em algum momento nos direitos dela, que ela também não soube resolver. Sujeito 9*

A família chefiada pela mulher, que precisa ser a provedora financeira porque não tem um companheiro ou porque ele está preso, é considerada pelos peritos como vulnerável, pois, pelo fato de as mães terem que sair para trabalhar e não terem com quem deixar seus filhos, eles ficam em casa sozinhos ou nas ruas.

> *Famílias que mães chefiam. São esses pra gente tá inserindo a gente observa essas questões, tal criança que de repente surge, a família chefiada por mãe, essa mãe sai pra trabalhar e deixa os seus filhos sozinhos. Então, entra aquela coisa do cuidado mesmo... Pais que estão detidos. Sujeito 4*
>
> *O que a gente discute muito é essa fragilidade da família [...] a mulher, ela cuida dos seus filhos, às vezes busca um parceiro ideal e vai carregando esses filhos. Sujeito 3*
> *[...] temos grande preocupação com os adolescentes que muitas vezes tornam-se presas fáceis para o tráfico de drogas. O adolescente acaba sendo atraído, é uma forma de ganhar "dinheiro fácil ", você entendeu né! E muitas vezes a família não percebe, pois muitas delas têm a mulher como chefe de família e precisa sair para trabalhar e os filhos ficam a mercê da sorte! Sujeito 7*

Além de citarem as dificuldades que a família tem para cumprir seu papel na formação e educação das crianças e adolescentes, depoentes apontaram que há um jogo de culpabilização entre a escola e a família: a família culpa a escola por não cumprir seu papel, e vice-versa, o que deixa as crianças e adolescentes sem referências e sem cuidados.

> *Falta a presença de adultos na vida dos adolescentes. A família culpa a escola e a escola culpa a família. É preciso ver o adolescente e a família como um todo. Hoje a função da família se perdeu, não se trabalha temas como sexualidade, convivência familiar. Sujeito 2*

Uma das consequências dessa falta de cuidados, de acordo com um perito, é a dependência química do adolescente.

> *Na minha opinião muito pessoal, é a questão da dependência química, que isso aparece no concreto, mas eu acho que é muito reflexo da falta de referência materno e paterna. Sujeito 8*

4.5 Vulnerabilidade e ciclo de vida

Sob o ponto de vista das políticas públicas, reproduzido no discurso dos agentes sociais, em alguns segmentos da população a pessoa pode vivenciar situações nas quais não tem condições de se cuidar sozinha, caracterizando o que os técnicos denominam de "vulnerabilidades do ciclo de vida". Nessa categoria estão incluídos as crianças, os adolescentes e os idosos, porque eles podem apresentar dificuldades para se cuidarem sozinhos. As gestantes também são encaixadas nesta categoria, segundo os técnicos, devido às dificuldades para conseguirem empregos nessa fase da vida.

> *[...] tem a vulnerabilidade no ciclo de vida, porque são idades que a pessoa, que essas pessoas né, não conseguem dar conta de si sozinhas, sem o apoio da família. Então, assim, ela também está num estado de vulnerabilidade. Sujeito 1*
>
> *[...] existe todo um ciclo de vida que você vivencia, quer seja a questão de você estar vulnerável por sua idade, você estar vulnerável porque você está numa condição de gestante e aí você não consegue um emprego. Sujeito 4*
>
> *[...] está relacionada aos ciclos de vida: criança, idoso, gestantes, pessoas portadoras de deficiências. Sujeito 2*

A ideia de que alguns segmentos da população são mais vulneráveis do que outros, possivelmente está por trás da existência dos diversos estatutos legais brasileiros que visam à garantia de direitos para determinados grupos, e dos programas de intervenção propostos por iniciativas públicas e privadas, em especial para as crianças e os adolescentes.

> Desde a conceitualização da infância e da juventude como processos historicamente construídos e socialmente vividos e convencionados,

> diversos órgãos internacionais assumiram a luta para colocar a infância e a adolescência como processos humanos prioritários, enfatizando a necessidade de estímulo, acompanhamento e proteção dessas populações em suas dimensões orgânicas, cognitivas, sociais e emocionais (Ariés, 1981; Biscoli-Alves, 2001; Bronfenbrenner, 1974 *apud* Fukuda, Brasil & Alves, 2009). Nesse contexto, além da compreensão das especificidades do desenvolvimento de crianças e adolescentes de uma maneira geral (desenvolvimento no ciclo vital), as questões que envolvem políticas públicas para promoção e proteção dessas populações assumem importância crucial, tanto na perspectiva científica como também na perspectiva de sustentação de programas de intervenção efetivos (Fukuda, Brasil & Alves, 2009, p. 107-108).

A juventude é um dos alvos preferenciais das políticas públicas e das ações sociais relacionadas à temática vulnerabilidade e tem sido vista como um problema social. Estudos alertam para o grande número de mortes violentas (por acidentes, homicídios, envolvimento com drogas ou criminalidade), para a vivência irresponsável da sexualidade e o abandono da escola por parte dos adolescentes, o que faz com que a ela seja associada a rebeldia e a irresponsabilidade.

Um depoente disse que a vulnerabilidade é inerente à juventude, que ela "está no jovem", independentemente da sua classe social. Isso ocorre pelo fato de o jovem se deparar com muitas exigências para se inserir na vida adulta: ele precisa escolher uma profissão, tornar-se independente, tomar posse da sua sexualidade, construir família etc., e para isso precisa tomar muitas decisões, o que pode gerar dúvidas e sentimentos de estar sem saída.

> *Vulnerabilidade é a dúvida, é não ter opção, não poder contar com a ajuda de alguém. No jovem, eu vejo a vulnerabilidade como a dúvida. Ele tem que dar conta de muita coisa: é estudo, é família, trabalho, drogas, amor. E a vulnerabilidade não tem a ver com classe social não. Ela está no jovem. Sujeito 14*

O fato de a vulnerabilidade fazer parte do "ser adolescente" foi abordado por outro perito, mas sob outra perspectiva. De acordo com seu depoimento, todo adolescente está de alguma forma à mercê de alguns perigos devido à vivência precoce da sexualidade, ao fato de o jovem ser muitas vezes influenciável pelos companheiros de grupo e também porque, na atualidade, o contato com as pessoas está prejudicado devido ao uso exacerbado das tecnologias.

> *Eu percebo que os perigos que eles correm são os perigos que todo adolescente está à mercê, que é assim, a influência massiva da... A influência do grupo que eles frequentam, a sexualidade precoce sem esse corpo e essa mente estarem prontos pra tudo isso e a exacerbação do uso*

> *das tecnologias, em detrimento do contato com o outro [...] Isso pra mim são fatores de risco. Sujeito 13*

A atribuição de vulnerabilidade ao jovem também pode ser justificada pelo fato de ele ter que fazer muitas escolhas num momento em que vivencia intensas mudanças biológicas em seu corpo. Aberastury e Knobel (1981) propõem o termo "síndrome da adolescência normal" para explicar essas transformações. Segundo eles,

> O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas [...] períodos de elação, de introversão, alternando audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas [...] condutas sexuais dirigidas para o heteroerotismo e até a homossexualidade ocasional (p. 28).

Os jovens se deparam ainda com a necessidade de definir um novo sentido de identidade e de planejar a própria vida fazendo escolhas diante de uma pluralidade de alternativas. Em muitos casos, as decisões acabam sendo tomadas sem pleno conhecimento da gama de alternativas disponíveis e em outros, nem sempre essas opções são acessíveis em decorrência dos processos de exclusão e de segregação social.

A questão de o jovem ter a percepção de que ele está sozinho para tomar decisões e agir pode ser justificado pela existência de um sentimento crescente de solidão característico da modernidade (Sennet, 2010) e pelo fato de os laços sociais hoje serem muito fluidos.

Ainda relacionado ao tema escolhas, um perito disse que a vulnerabilidade é uma questão de escolha do indivíduo ou da família, uma vez que ela atinge as pessoas que não assumem as responsabilidades que lhe cabem perante a vida. Muitas pessoas preferem viver dependentes dos outros a serem protagonistas com possibilidades de interferir de forma ativa e construtiva para transformar suas vidas e o meio ao seu redor.

> *As pessoas querem receber e não querem se apropriar das suas responsabilidades. Muitos preferem o bolsa família do que adquirir uma casa. Penso que a vulnerabilidade é também uma questão de escolha da pessoa e da família. Sujeito 2*

A vulnerabilidade do jovem foi também associada pelos peritos à falta de atividades de lazer e de programas voltados para a juventude nos territórios onde eles vivem, o que vem de encontro aos estudos realizados por Abramovay et al.

(2002), os quais apontam a carência de oportunidades culturais e sociais que com as quais os jovens se deparam como condicionadores de vulnerabilidade para eles.

> *Nessa questão dos adolescentes, a vulnerabilidade vem quando eles não têm nenhuma atividade pra fazer dentro do território, né? Ele tá vulnerável, né? Vulnerável na questão da droga, vulnerável na questão da violência. [...] Acho que a falta de programas voltados realmente a essa faixa de adolescência... atividade e lazer, coisas que os ocupe. Sujeito 4*

A defasagem no sistema de educação e o alto índice de evasão escolar discutidos anteriormente também foram citados como indicadores de vulnerabilidade. Sem educação de qualidade os jovens encontram dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho e atender às novas demandas, e acabam submetendo-se a trabalhos com baixa remuneração.

4.6 Vulnerabilidade e modernidade

Algumas questões apontadas pelos especialistas como vulnerabilizantes são vistas por eles como peculiares à modernidade e por isso foram agrupadas neste item: o alto grau de exigência que a sociedade impõe às pessoas, o avanço das tecnologias com impacto na vida das pessoas e o consumismo.

Segundo um especialista, a vulnerabilidade está relacionada com a impossibilidade de o sujeito atender às demandas da sociedade.

> *Eu acho que vulnerabilidade, pra mim, é quando você não consegue dar resposta, assim, àquelas necessidades que são imediatamente estabelecidas, sabe, assim, pela sociedade. [...] Você não tem um mínimo pra atingir aquilo que sua sociedade estabelece. Sujeito 5*

Este sujeito não especificou quais seriam essas demandas, mas, quando se pensa nas necessidades estabelecidas na modernidade, embora se perceba que cada sociedade ou cultura possui demandas específicas, há necessidades introduzidas pela globalização e pelo capitalismo comuns à maioria das culturas.

Nesse sentido podem ser apontadas as mudanças tecnológicas interferindo nos ambientes institucionais e nas relações entre capital e trabalho, demandando cada vez mais esforços das pessoas para se adaptarem às exigências do mercado de trabalho e da vida em sociedade. A alta competitividade do mercado de trabalho deixa muitas pessoas impossibilitadas de exercerem atividades gratificantes e que

ofereçam remuneração digna. Especialmente para o jovem, ainda atualmente é muito difícil encontrar um emprego.

Por outro lado ele também quer ser consumidor,

> *Ele quer ter, ele quer consumir. E pra ser igual lá fora, então, ele acaba fazendo... Ele segue alguns caminhos pra poder ter. Quer o tênis que todo mundo usa, a bermuda que todo mundo usa. E esse adolescente tá muito vulnerável nessa sociedade do ter, né? Sujeito 9*

Diante disso, o adolescente torna-se presa fácil dos traficantes que prometem um lucro imediato e aparentemente fácil.

> *Ele acaba sendo uma presa muito fácil na porta da escola, porque, o que tá na moda hoje? Celular, entendeu? Essas roupas de marca... Então o adolescente, ele fica atiçado por essas coisas e muitas vezes a família não tem como prover isso. Então ele fica presa fácil, né, se é fácil ganhar dinheiro assim, então por que não? Sujeito 7*

O avanço tecnológico vem como um fator a mais de exclusão social, na medida em que nem todas as pessoas têm acesso a esses bens e serviços.

> *Pra mim a mídia tá aí e vem favorecer o que? Você vai entrar no mundo dessa tecnologia, porque hoje você precisa... se não tiver um computador, se não tiver um celular de última geração, eu tô fora, né? Sujeito 13*

Além disso, os avanços nas tecnologias de informação favorecem o aumento na difusão de modelos e de experiências pelas mídia, o que influencia diretamente a constituição das identidades das pessoas e suas relações sociais. Esta questão também poderia ser apontada como condicionadora de vulnerabilidade para os jovens, uma vez que os modelos propagados são idealizados e difíceis de serem atingidos, o que pode gerar insatisfação e frustração para os adolescentes que se encontram numa fase importante da construção de suas identidades. Não houve menção destes aspectos da influência do avanço tecnológico pelos peritos.

4.7 Vulnerabilidade, território e violência

> *O trabalho no território é isso, ver de perto os problemas enfrentados pela comunidade. Sujeito 7*

Se a vulnerabilidade for entendida como a incapacidade (de um indivíduo, família ou grupo) para enfrentar os riscos existentes no seu entorno, resultando em perda do seu bem-estar, considerando como fatores de risco a ausência ou precariedade de serviços básicos de saúde, educação, transporte e lazer, pode-se estabelecer uma relação entre o território e a vulnerabilidade.

> As características do local de residência implicam importantes variações em relação às oportunidades econômicas e sociais e podem conduzir a processos de exclusão. Em muitos casos, o local de residência pode significar uma barreira de acesso aos serviços (educação, saúde, transportes, etc.) e ao mercado de trabalho, além de não permitir o acesso a redes sociais válidas que incrementam esse acesso (Fundação Seade, 2000, p.11).

É possível pensar na relação entre vulnerabilidade e território quando se observa a estrutura ocupacional atual da sociedade, segundo a qual as pessoas vivem alienadas dos espaços que elas mesmas constroem e habitam, não se sentem no direito de usar os lugares que são públicos e não participam das decisões relacionadas à construção e manutenção da cidade.

Como consequência da alta concentração na distribuição de renda nas mãos de poucos privilegiados, há uma evidente segregação social resultando numa grande diferenciação entre os bairros, referente ao perfil da população, às características urbanísticas, à infraestrutura e também à conservação dos equipamentos e espaços públicos.

As camadas mais pobres da população, frequentemente residem em bairros mais afastados e, por isso, gastam mais com o transporte diário, têm mais problemas de saúde devido às condições precárias de suas moradias e são penalizadas por escolas de baixa qualidade. Em decorrência disso, grande parte da população fica sujeita a diferentes formas de exclusão e sobrevivem no nível da necessidade e do imediato, desprovidas das condições materiais básicas de existência e apartadas do acesso aos bens culturais.

Alguns peritos apontaram em seus depoimentos que determinados territórios em Jacareí são considerados de maior vulnerabilidade. Dentre eles foram citados o Conjunto 22 de Abril (loteamento irregular) e o Distrito Parque Meia Lua, localizados na região Norte, o Bairro Igarapés, localizado na região Oeste e o Rio Comprido – loteamento irregular localizado na região leste da cidade.

> *O Conjunto 22 de abril é um bairro altamente vulnerável, talvez um dos maiores, de maior vulnerabilidade [...] os serviços não conseguem chegar por causa de todo esse loteamento irregular [...] tem um aumento no número de adolescentes grávidas e a gente percebe que tem a ver com o território também. A gente detectou que o maior número era no Parque Meia Lua e no Igarapés, que são comunidades realmente mais... que têm mais situações de vulnerabilidade. Sujeito 12*

> *O Rio Comprido foi um dos bairros eleitos como local de vulnerabilidade. Então, é onde a equipe vai até lá e realiza trabalhos com aquela comunidade, com aquelas famílias. Então, duas vezes por semana pelo menos a equipe tá indo pra lá. Sujeito 1*

O Bairro Santo Antônio da Boa Vista, localizado na região Sul, também foi apontado como de grande vulnerabilidade.

> *No Santo Antônio da Boa Vista (região Sul), ele já era um bairro de certa forma vulnerável. [...] com a construção dos predinhos (Programa Minha, Casa Minha Vida) a gente percebe que foi um volume muito grande de usuários, uma população muito vulnerável e que não encontrou de imediato uma estrutura. Então, a UBS é pequenininha, não dá conta disso. Tem uma única creche no local que tá lotada. As escolas também estão lotadas. Foi um, dois, três, quatro conjuntos habitacionais pra lá e não se construiu nada além dos serviços públicos que já tinham. Sujeito 4*

Os peritos relataram que o Parque Meia Lua oferece poucas opções culturais e de lazer para os adolescentes.

> *Nesse território, a questão da violência é muito presente, dessa forma temos grande preocupação com os adolescentes que muitas vezes tornam-se presas fáceis para o tráfico de drogas. Aqui não existe nenhuma atividade inversa ao período escolar para essa faixa etária(12 a 24 anos) o adolescente acaba sendo atraído, é uma forma de ganhar "dinheiro fácil ", você entendeu né! [...] O esporte é um meio de atrair os adolescentes porque essa idade a energia está a flor da pele e por que eles gostam, mas não pode só ficar no esporte [...] Tem de ter algo atrativo. Sujeito 7*

Contaram que está prevista a construção de uma Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) no bairro. Na praça deverão ser integrados atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, atividades de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Serão construídos: uma praça para lazer, a nova sede do CRAS, salas multiuso, uma biblioteca, um cineteatro/auditório com 60 lugares, uma quadra poliesportiva coberta, uma pista de skate, equipamentos de ginástica, playground e pista para caminhada.

Parece que a ausência ou insuficiência de serviços públicos que atendam à demanda da população são considerados fatores de vulnerabilidade para as pessoas. Mas, em alguns casos, são os próprios moradores que desvalorizam ou depredam o território onde vivem.

> *No Jardim Planalto, praticamente eles mesmos acabaram com o salão de festas deles, quebraram os vidros, tiraram a pia. Então, não tem nada lá. Então não tem estrutura pra gente fazer alguma atividade, você entendeu? Sujeito 4*
>
> *[...] o pessoal que morava na favela, "sem teto", foram contemplados com programa Habitacional da Prefeitura. A gente começou a trabalhar com as lideranças lá, só que ficou muito difícil [...] a gente não pode usar o espaço comunitário, porque já ocuparam todo o lugar, entendeu? Sujeito 7*

No entanto, a análise da relação entre vulnerabilidade e território precisa ser feita de uma maneira mais ampla. É possível pensar em um potencial para o risco e para a vulnerabilidade que se configuraria num conjunto de indicadores presentes no território. A violência é um dos temas que precisam ser considerados nessas análises.

Resultados de um estudo realizado na cidade de Brasília (DF) por Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008, p.1) apontam que existe uma "ligação da violência com o território da cidade tendo-se detectado verdadeiros 'territórios da violência' no espaço urbano da capital planejada - espaços de grande vulnerabilidade [...]".

Segundo os autores,

> [...] a vulnerabilidade se desenvolve num processo, cujo primeiro momento se constitui no risco latente, quando as condições do lugar não propiciam nem favorecem a mobilidade social nem o desenvolvimento dos potenciais da população. Os ativos sociais permanecem imobilizados e a população mais vulnerável. No segundo momento, o risco se instala e a população se submete a ele pela incapacidade de enfrentá-lo, como no caso do crime organizado. No terceiro momento, a população sofre as conseqüências do risco que aumenta a vulnerabilidade, impede a mobilidade social e expõe à morte por homicídio (Ferreira, Vasconcelos & Penna, 2008, p. 16-17).

A principal questão apontada pelos técnicos quando se fala em vulnerabilidade no Parque Meia Lua é o tráfico de drogas.

> *O CRAS da região norte ele está dentro do Parque Meia Lua, que é o bairro principal ali da região norte e o de maior vulnerabilidade social, vulnerabilidade e risco. Lá tem uma questão muito forte de tráfico e uso de drogas, muitos adolescentes envolvidos. Sujeito 1*
>
> *Vulnerável na questão da droga, vulnerável na questão da violência. Sujeito 4*

Percebe-se, por meio dos depoimentos dos peritos e das observações realizadas no município, que há em Jacareí uma concentração de risco em determinados territórios, decorrente da violência. É o caso do Parque Meia Lua, que recebe a denominação de “bairro violento” pela população e também pela imprensa da região, a qual divulga frequentemente notícias sobre “a violência no Parque Meia Lua em Jacareí”.

No período de coleta de dados desta pesquisa foram propagadas diversas notícias desse tipo. Uma delas relatava um toque de recolher decretado por criminosos que foi anunciado no bairro em novembro de 2012. Segundo a imprensa, a polícia informou que tudo não passou de boatos, e que nenhum incidente no bairro foi registrado, porém, a sensação nas ruas do bairro era de insegurança, a direção da escola estadual suspendeu as aulas, os pais foram buscar seus filhos mais cedo nas escolas e funcionários foram dispensados do trabalho. Neste dia eu estava fazendo uma entrevista no CRAS e pude observar o medo nas pessoas ali.

Neste mesmo mês as mídia anunciaram alguns crimes no bairro sob a denominação de atos de violência: uma lotérica e um posto de gasolina que fica às margens da Rodovia Presidente Dutra foram assaltados por bandidos armados.

Em fevereiro de 2013, foi anunciada a prisão de três pessoas, dentre eles um adolescente de 16 anos, com os quais foram encontrados com um tijolo e 43 “buchas de maconha”, 22 recipientes com cocaína, dois celulares e R$ 1,7 mil. De acordo com a notícia, a Polícia Civil informou que o trio seria responsável pela venda de drogas no local.

Em maio de 2013, a imprensa anunciou que três homens suspeitos de terem realizado cerca de 20 roubos no comércio do bairro e 30 assaltos em ônibus que transportam pessoas do Parque Meia Lua para o centro da cidade, e vice-versa, também foram presos.

Os técnicos do CRAS também fizeram referência aos assaltos no bairro:

> *A agência bancária aqui da esquina, que é a da subprefeitura foi implodida, a lotérica vive sempre assaltada. A cabeleireira aqui da esquina também já foi assaltada várias vezes. Sujeito 16*

> *Temos dificuldades de fazer visitas domiciliares num bairro, os próprios moradores que acessam o serviço pedem para ficarmos atentas quando vem aqui. A gente não vai, porque as meninas já foram assaltadas.*
> *Sujeito 7*

Cabe aqui lembrar o episódio do assalto em frente ao CRAS relatado no capítulo 1, que deixou os peritos amedrontados. Retomando o mito, parece que sempre há um calcanhar de Aquiles, um local onde a flecha envenenada poderá atingir de surpresa uma pessoa, mesmo que ela acredite ser "invulnerável". O assalto vem como uma flecha, simbolizando as contingências negativas que podem atingir o indivíduo a qualquer momento, ferindo-o, sem que ele possa ter controle sobre a situação.

O episódio do assalto pode ser tomado como a síntese da palavra vulnerabilidade e, consequentemente da palavra violência, vocábulo que emerge para caracterizar o clima do Parque Meia Lua, embora de uma maneira muito difusa.

Nas falas dos agentes sociais também foram mencionados outros atos violentos, tais como assassinatos, abusos e suicídios:

> *Ainda me choca muito ver tantas vezes que um jovem é assassinado. Teve um jovem essa semana que pulou no rio, aqui na cidade e tem violência que acontece dentro de casa, né? Se pegarmos ali no CAIA, ainda tem muitos casos de abuso, né? Abuso do irmão, dos pais. Sujeito 14*

> *A violência contra a criança e adolescente, tanto a violência doméstica, dos próprios pais e [...] a violência na própria rua [...] além da violência do tráfico, né? Sujeito 1*

Tem ainda a presença do crime organizado no bairro e nas escolas:

> *Muitas vezes temos que repensar em algumas ações do nosso trabalho por conta do tráfico, as vezes temos que dar uma recuada, o CRAS atua como porta de entrada ,é único serviço do território que atende a família entendeu! Ficamos sabendo que alguns funcionários da escola já foram ameaçados, então é muito complicado, tem que ter muito cuidado aqui no território, por conta disso. Sujeito 7*

A violência decorrente do tráfico causa medo nas mães dos adolescentes e elas muitas vezes sentem-se impotentes diante da autoridade dos traficantes.

> *A gente tem identificado muito aqui, que muitas mães tem medo do que pode acontecer com seus filhos, porque o tráfico impera aqui no território. Eu acho que o adolescente fica muito vulnerável. Sujeito 7*

> *A gente já detectou de, às vezes, eles terem um domínio maior nos adolescentes do que a própria família [...] um exemplo, da mãe não poder... deles não deixarem o adolescente subir porque não era a hora. Eles estavam com o pessoal do tráfico. Sujeito 5*

> *A violência é muito grande. Hoje você tá com esse menino e amanhã ele tá morto, entendeu? É uma violência urbana mesmo, criada por uma condição de tráfico que exige desse menino o cumprimento... e que se ele não cumpre ele paga com a vida. Então é assim, uma coisa muito violenta. Sujeito 1*

Os especialistas encaram o prazer proporcionado pelo uso de drogas e o ganho financeiro oferecido pelo traficante como concorrentes quando se diz respeito a atrair a atenção dos adolescentes.

> *O que é mais difícil hoje é concorrer com a droga. [...] você tem que ser muito mais forte do que a rua. Então, o que nós vamos oferecer pra eles? [...] Quando eles ajudam os traficantes a repassar essa droga, eles ganham muito. Então, assim... O que você vai oferecer pra ele que vai ser mais do que isso? Sujeito 1*

> *É uma concorrência desleal, porque é o concreto. O que a gente proporciona é muito subjetivo e a longo prazo, né? Sujeito 9*

Essa impossibilidade de concorrer com os traficantes decorre de vários fatores. Um deles é a dificuldade de favorecer um ganho financeiro "fácil" –quando não se leva em conta os riscos que se corre - semelhante ao que o tráfico de drogas oferece por meio de programas de auxílio financeiro, no caso dos jovens os programas PROJOVEM e Ação Jovem.

> *Com tudo isso vai havendo uma perda, uma troca de valores, o estar satisfeito, a satisfação imediata, porque o dinheiro tá na mão eu corro ali, vou lá, compro o que eu quiser e acabou. Agora eu tô lá naquele programa que tem uma bolsa de oitenta reais, o que eu faço com oitenta reais? Oitenta reais eu ganho em meia hora. Sujeito 1*

Especialistas reconhecem que não é possível mesmo concorrer com os traficantes com os programas voltados para adolescentes disponibilizados pelo poder público.

> *É preciso oferecer uma outra coisa de geração de renda pra esses meninos, principalmente os de 16, 17, [...] que têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho por conta da escolaridade. E muitos dos nossos meninos não sabem ler e escrever [...] a gente precisa pensar. Como a gente vai concorrer, vamos assim dizer, com o tráfico. Os programas que a gente tem, eu acredito que não dão conta e daí deixa os adolescentes mais vulneráveis. Sujeito 12*

> *A droga, o prazer, o risco que ele tá correndo, pra ele isso é, ele não consegue ter esse entendimento do risco agora. [...] além de todo o prazer que a droga gera, tem a questão do imediatismo e todas as questões da adolescência, essa efervescência dos hormônios, a questão de não ter o medo, de se colocar em risco o tempo todo, a adrenalina, então ele quer, é o quer muito rápido e a gente não tem pra proporcionar pra ele isso imediato. Sujeito 9*

Pode-se mencionar ainda o lucro imediato disponibilizado pelo tráfico e que não pode ser proporcionado quando se trabalha com a formação profissional e os programas de geração de renda.

> *Porque na rua ele tem a facilidade do dinheiro, e isso complica muito, é como os adolescentes né, que hoje é muito difícil, porque eles têm a facilidade do dinheiro. Quando eles ajudam os traficantes a repassarem essa droga, eles ganham muito. Então, assim, o que você vai oferecer pra ele que vai ser mais do que isso? Sujeito 1*

O estudo de Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008) também explica o poder que o tráfico e o crime organizado exercem sobre os jovens.

> Quando o crime organizado penetra nesses locais, tornando-os seus territórios, o risco se instala. A população é obrigada a se relacionar com o poder do crime organizado. O risco surge, especialmente, quando a oportunidade de trabalho vem com a ilegalidade, com o trabalho para a organização criminosa. Os jovens desempregados ou inativos que não são estudantes, e os trabalhadores com baixa remuneração e sem perspectivas de melhorar de vida são os mais expostos e tornam-se presas fáceis das organizações criminosas. O crime arma esses jovens para servirem à organização, submete-os às suas regras e os descarta, quando não servem (p. 15).

Peritos mencionaram que o uso de drogas precisa ser encarado de uma maneira mais ampla. Não basta afirmar que o adolescente está vulnerável devido ao fato de ele ser usuário de drogas, é preciso olhar para o adolescente e o contexto em que ele vive de uma maneira a considerar “outras vulnerabilidades”, as quais muitas vezes são causadoras da dependência química.

> *Na verdade, o que deixa ele vulnerável ao uso de droga, é toda a situação que ele tem em volta. Sujeito 9*
>
> *O adolescente não vai usar droga e ficar dependente se ele não tiver uma outra vulnerabilidade, né? [...] a gente tem o olhar limitado em relação a isto, e daí eu acho que isso deixa o adolescente vulnerável, a nossa falta de olhar pra isso, né? Porque daí, você só enxerga a droga que ele usa e daí, eu acho que ele fica mais vulnerável ainda. Sujeito 12*

Ainda relacionado ao tema território, foi observado que os moradores de determinadas localidades, incluindo os do Parque Meia Lua, procuram esconder o nome do local onde eles vivem, por terem medo do que as pessoas irão pensar se souberem onde eles moram.

> *A gente tem muitos adolescentes que tem, eh... Eles tinham dificuldades em dizer que moravam em determinado local, porque aquele território era tão violento, tão estigmatizado. Ele acaba não dizendo onde morava, até um*

> *dia, que ele tinha um pouco mais de afinidade com a gente, ou mais confiança ele dizia: "Eu tenho vergonha de dizer que eu moro lá, porque as pessoas, quando a gente fala que mora em determinado lugar, elas pensam nossa naquele lugar... Tipo, então você também é um daqueles que moram lá." Então é uma coisa meio que de preconceito. Sujeito 1*

Devido a esse preconceito, muitas pessoas são retiradas do meio urbano na tentativa de esconder o problema e isso é também um tipo de violência.

> *Às vezes reúne um grupo grande de adolescentes por motivações de grupo deles mesmo. Você vê que eles são chutados daquele local, as pessoas não querem. Já vi isso no shopping mesmo, quando eles se reúnem assim em shopping, por exemplo, rapidamente a polícia se aparelha toda pra olhar eles de perto. Sujeito 4*

> *E tem a violência na própria rua, porque é uma população que é estigmatizada, ela é... Tem que tirar das vistas, das portas das lojas, da praça [...]. Sujeito 1.*

Sobre essa questão de retirar as pessoas das ruas e das praças, um dos peritos contou que era costume dos jovens se reunirem numa praça do Parque Meia Lua, com os porta-malas dos carros abertos e munidos de alto-falantes para ouvirem funk e dançarem nos finais de semana.

> *Ali no Meia Lua, a gente vê a diferença muito forte dessa questão do tráfico, né, então a gente vê que o jovem sempre tem esse papo, essa fala da questão do tráfico, lá a questão do Funk é muito forte, porque no final de semana eles simplesmente fecham a praça, dez, vinte carros tocando Funk é... Até deu um problema no ano passado porque eles tocam Funk e tá tendo missa (risos). Daí não teve jeito, o padre teve que se adaptar, né, porque é bem em frente à igreja, né?. Sujeito 14*

Durante um encontro com os adolescentes, eles relataram que foram colocados brinquedos na praça e que a polícia está fiscalizando para que os jovens não se reúnam mais lá para ouvir funk.

> *É assim: todo domingo, domingo é dia de funk ali. Eles colocam som e vai muita gente dançá. Só que agora os policiais não deixam mais. Falaram que a praça é pro lazer da criança. Agora tá tendo pula-pula lá. Adolescente*

Os peritos, assim, entendem que o local onde as pessoas moram gera uma marca negativa em sua identidade social. Morar nesse território, naquela área ou naquela cidade poderia ser tomado como um símbolo de estigma.

A partir da leitura dos depoimentos dos peritos e de uma análise dos usos que eles fazem do termo vulnerabilidade foi possível perceber que, embora a maioria dos

peritos faça uma associação entre pobreza e vulnerabilidade, provavelmente porque reproduz o que está na política pública, no entanto muitos deles têm a compreensão de que há outros diferentes fatores associados à vulnerabilidade, dentre eles a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação e lazer, questões familiares, características do território onde a pessoa mora. Há ainda que afirme que ser pobre não implica vulnerabilidade e necessidade de ser atendido pela assistência social.

Foi possível perceber ainda, com bastante evidência, que os peritos fazem um uso equivocado dos vocábulos risco e vulnerabilidade. Risco é a probabilidade de ocorrência de um perigo e vulnerabilidade é o estado de uma pessoa que, diante de uma situação de risco, sente-se fragilizado e não tem condições de sair desta situação sozinha.

Após esta análise sobre a vulnerabilidade e a relação com outros temas, tanto do ponto de vista de autores que se dedicaram a este tema, como mostrado no capítulo 3, quanto do ponto de vista dos especialistas, mostrado acima, serão descritas e analisadas as ações propostas e desenvolvidas pelos peritos, as quais se apoiam nessas perspectivas.

5 Vulnerabilidade, adolescência e a prática dos agentes sociais

5.1 Ações sociais no município de Jacareí

Por meio de um mapeamento realizado no município de Jacareí foram detectadas diferentes frentes de trabalho com adolescentes, aqui organizadas como: Grupos de discussão, ação e fiscalização, Organizações não governamentais (ONGs) e Serviços públicos.

Foram denominados Grupos de discussão, ação e fiscalização as iniciativas desenvolvidas por representantes do poder público em parceria com representantes da sociedade civil os quais se reúnem periodicamente com o objetivo de refletir sobre questões relacionadas à juventude do município, propor e articular ações e fiscalizar organizações que atuam junto a esse setor da população. Estão incluídos nessa categoria os Conselhos Municipais, o Grupo de Trabalho da Juventude (GT) – decorrente de iniciativa da prefeitura – o Comitê de Desenvolvimento Comunitário (CDC) e o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), os dois últimos resultantes do investimento de empresas da região em atuações consideradas como responsabilidade social.

Entre os conselhos municipais que abordam as questões da infância e juventude estão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar (CT) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O CMDCA é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. Delibera, formula e controla as políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei nº 4.231 de 29/11 de 1990. Também tem como atribuição manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos, zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Funciona através das assembleias regulares, abertas à participação pública ou através das Câmaras Técnicas que são Grupos de Trabalho que analisam os temas para posterior deliberação da plenária.

O Conselho Tutelar tem a função de fazer valer os princípios estabelecidos no ECA, referentes à garantia de direitos de crianças e adolescentes, fiscalizando a ação dos entes do Estado, da sociedade e da família. É composto por cinco

membros eleitos pela sociedade civil, os quais recebem denúncias e fazem o acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes cujos direitos foram violados, decidindo qual é a medida de proteção aplicável em cada caso.

O CMAS é uma instância colegiada de caráter permanente entre Governo e Sociedade Civil e é responsável por definir, controlar e avaliar a política municipal de Assistência Social, inscrevendo e fiscalizando entidades e organizações de assistência no município.

Além dos conselhos outros grupos se reúnem no município, constituídos por membros do governo e da sociedade civil, alguns deles de iniciativa de empresas privadas com sede na cidade, com objetivos de fortalecer e ampliar as políticas públicas para a infância e a juventude: O Grupo de Trabalho da Juventude (GT), o Comitê de Desenvolvimento Comunitário (CDC) e o Núcleo de Educação Ambiental (NEA).

O GT é resultado de um projeto criado pela Prefeitura Municipal de Jacareí em 2009 e tem como objetivo fortalecer as políticas para a juventude. Realiza reuniões mensais para compartilhar, gerenciar e propor novas ações. É constituído por coordenadores de projetos que englobam as secretarias de Esportes e Recreação, Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança e Defesa do Cidadão, e visa integrar as ações dos vários grupos que reúnem adolescentes e jovens com idades entre 12 e 24 anos.

Durante a coleta de dados desta pesquisa participei de uma das reuniões do grupo realizada em setembro de 2012, nas dependências do Centro de Atenção Integral ao Adolescente (CAIA). Os participantes da reunião contaram que estão elaborando um projeto visando conseguir um financiamento da Fundação Telefônica para realizar um trabalho com adolescentes em Jacareí. Um dos membros do GT contou que,

> *Jacareí é uma das poucas cidades do Vale que conseguiu chegar na etapa em que estamos no Projeto Fundação Telefônica. Foi necessário apresentar dados, estatísticas de adolescentes em conflito com a lei.*
> *(Sem registro do sujeito)*

A região Leste de Jacareí foi selecionada para a implantação do projeto, a partir de um diagnóstico realizado junto a algumas instituições do município que atendem adolescentes, e de dados levantados no Conselho Tutelar e no CREAS.

> *Elegemos a região leste a região de maior vulnerabilidade em relação a trafico, a droga e tudo mais, pra poder tá implantando um projeto pra trabalhar com esse adolescente. Sujeito 1*

> *Foi feito um diagnóstico, na verdade, que apontou maior incidência de ato infracional naquela região, na leste, e a gente aplicou os questionários com os serviços indiretos e Fundação Casa, CREAS, o próprio Ministério Público é... Que mais? E às entidades JAM, ASPAD, CECAP. Ai apareceu a maior incidência lá, de adolescentes naquela região, eh... Mesmo aqui também, nas nossas medidas (CREAS), a gente tem um número bastante grande daquela região, do ato infracional. E apareceu na região oeste com relação às violências né? Só que o ato infracional foi o que apareceu com maior incidência, por isso que a gente optou por trabalhar com essa situação. Sujeito 8*

Parece que os membros do GT associam envolvimento em atos infracionais e violência à vulnerabilidade. Um especialista disse que

> *Os adolescentes a serem atendidos serão aqueles alunos que estão em vulnerabilidade, né? (Sem registro do sujeito)*

Se o financiamento for aprovado, o Projeto Tocando o Futuro – que será descrito posteriormente – receberá uma verba que possibilitará a ampliação de sua sede e de suas atividades, de forma a atender 100 adolescentes. Contaram que o trabalho será de cunho socioeducativo e deverá oferecer atividades que venham de encontro às necessidades dos usuários e possibilitem a elaboração de projetos de vida.

A duração prevista para a realização do projeto é de doze meses, incluindo o tempo necessário para a ampliação da sede, seleção de profissionais e preparação das atividades a serem realizadas. A proposta é oferecer atividades culturais (*hip hop)* e também cursos profissionalizantes, tais como: formação de DJs, garçons, recepcionistas, camareiras, ajudantes de cozinha etc. Há intenção de se fazer uma parceria com o sindicato dos hotéis da região, visando encaminhar os jovens para o mercado de trabalho após os cursos, e também com o SENAC, para o oferecimento dos cursos profissionalizantes.

Os recursos humanos a serem utilizados para o projeto serão a equipe da Guarda Civil – que já atua no projeto Tocando o Futuro, um professor de nível técnico (monitor ou educador) e um profissional de nível superior (assistente Social, psicólogo ou terapeuta ocupacional) que deverá acompanhar as atividades e dar o suporte necessário para os adolescentes. Um dos membros do GT comentou:

> *É um projeto... um desafio. É preciso selecionar profissionais com experiência em trabalhos com adolescentes. (Sem registro do sujeito)*

Será estabelecida uma cota para cada serviço que atende adolescentes residentes na região Leste e o GT fará uma triagem a partir dos encaminhamentos recebidos. Terão prioridade no atendimento: os adolescentes evadidos das escolas, aqueles que não aderem aos serviços da rede municipal e os que estiverem cumprindo medida socioeducativa.

O grupo levantou a questão da alimentação desses adolescentes durante o período de atividades no projeto. Segundo um participante,

> *Há muitos adolescentes da região envolvidos em atos infracionais, mas há outras vulnerabilidades nos adolescentes e é importante que eles possam se alimentar bem. (Sem registro do sujeito)*
>
> *A comida também será um atrativo a mais para ajudar a formar o vínculo com os adolescentes. (Sem registro do sujeito)*

Foi comentado que em Jacareí faltam atividades para os adolescentes e os participantes acreditam que o projeto irá atender parte dessa demanda.

> *As pessoas têm que ter opção. Há aqueles que não estão em risco, mas também gostariam de participar. Pelo que vimos na reunião passada, as escolas não oferecem muitas atividades para os adolescentes.*
> *(Sem registro do sujeito)*
>
> *Penso que o projeto ajudará muito... os pais sempre perguntam para onde eles poderão encaminhar seus filhos adolescentes. (Sem registro do sujeito)*

Outra questão abordada pelo grupo foi o fato de as pessoas desconhecerem as atividades realizadas com os adolescentes no município, fato apontado por diferentes especialistas em outros momentos desta pesquisa.

> *Como é que a gente fica sabendo o que está sendo oferecido? As mães perguntam e nós do Conselho Tutelar não sabemos. É preciso divulgar mais. Muitos pais não sabem. (Sem registro do sujeito)*
>
> *Podemos enviar um ofício para a Secretaria da Educação, para a Diretora de Ensino, solicitando informações: como está organizado, se atinge os alunos. (Sem registro do sujeito)*
>
> *Precisamos conhecer para ventilar isso. (Sem registro do sujeito)*
>
> *Devíamos ter nas escolas um trabalho mais ligado às famílias que, muitas vezes estão distanciadas das escolas. Seria bom se, nas sextas-feiras fossem oferecidas atividades esportivas opcionais nas escolas, além das oficinas culturais, profissionalizantes.*
> *(Sem registro do sujeito)*

Durante a coleta de dados desta pesquisa, foi constatada essa dificuldade de saber quais instituições em Jacareí atendem adolescentes e que tipos de atividades são oferecidos por elas, tendo sido trabalhosa a realização do mapeamento das ações aqui descritas.

Outro grupo de discussão, ação e fiscalização que atua em Jacareí é o CDC, criado em 2010 pelo Instituto Camargo Corrêa (ICC). Ele conta com a adesão de conselhos municipais (CMDCA, CT e CMAS), de organizações governamentais (Acolhimento Institucional para Adolescentes, CAIA, SAJ, CREAS, CRAS e Secretaria de Segurança e Defesa do Cidadão – SSDC) e de organizações não governamentais (ASPAD, ONG Guri na Roça, a CEPAC, Comunidade de Ação Social Fanuel, JAM e Obra Social, dentre outras).

O CDC atua em três frentes de trabalho: educação, saúde e assistência social. No eixo da educação há o projeto Portal do Saber, cujas ações são desenvolvidas junto às creches municipais com o objetivo de ampliar o número de vagas, oferecer mobiliário adequado para os atendimentos e capacitar os educadores.

No eixo da saúde foi criado o projeto de Vida Família, que atua visando favorecer a integração das famílias, investindo na formação/capacitação de profissionais que atuam nos equipamentos que atendem adolescentes – dos setores público e privado – e realizando um trabalho de prevenção à gravidez na adolescência, denominado Projeto Jovens Multiplicadores. Nesse projeto, adolescentes com idades entre 12 e 18 anos se reúnem semanalmente na sede do CAIA e participam de um processo de formação para atuarem como agentes de prevenção à gravidez na adolescência. O foco gravidez na adolescência foi selecionado a partir de indicadores de natalidade disponibilizados pela Secretaria da Saúde, segundo os quais 20% das gestantes do município têm menos de 19 anos.

No eixo da assistência social foi implementada em junho de 2011 uma Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Jacareí, a Redesol, cujo objetivo é favorecer uma maior integração entre as entidades, lideranças e serviços oferecidos para crianças e adolescentes no município. Um projeto piloto está funcionando na Região Oeste de Jacareí, o qual resultou na construção e manutenção de uma ferramenta *online* que informa sobre os serviços disponíveis na região.

As reuniões do CDC acontecem uma vez por mês em uma das instituições participantes. Pude participar de uma delas e em outubro de 2012, na qual estavam presentes cerca de 20 pessoas. A coordenadora abriu a reunião pedindo que eu me apresentasse e contasse um pouco sobre esta pesquisa e, em seguida, cada membro do grupo se identificou e disse o nome da instituição que ele representa.

O principal objetivo do encontro neste dia foi a troca de informações sobre os trabalhos em andamento e o planejamento de novas ações. Contaram que está sendo elaborado um boletim destinado aos agentes que atendem crianças e adolescentes, visando favorecer a integração dos diferentes serviços. Os participantes apontaram que a forma de trabalho atual ainda é fragmentada e que os grandes desafios hoje são aumentar a integração entre os serviços e ampliar a participação das pessoas, tanto do governo quanto da sociedade civil.

> *Hoje há maior concentração das pessoas no trabalho cotidiano, no atendimento diário, e é necessário olhar também o que está por trás das demandas e dos serviços. (Sem registro do sujeito)*

Segundo os participantes, há poucas entidades em Jacareí que trabalham com crianças e adolescentes e a maioria delas é da área governamental. Já foram realizadas diversas tentativas visando reunir representantes dos diferentes serviços – saúde, educação e assistência – com o objetivo de ampliar o diálogo entre eles. Porém, eles disseram que isso é complicado, devido à grande rotatividade das pessoas nos diferentes serviços e também ao que eles denominaram de “crise de responsabilidade” das pessoas.

> *As pessoas participam de algumas reuniões e depois não comparecem mais, não dão continuidade ao trabalho. As pessoas representam os serviços, mas se envolvem pouco, e esse envolvimento depende do grau de importância que os serviços dão e do envolvimento de cada pessoa.*
> *(Sem registro do sujeito)*

Alguns membros do grupo apontaram que é necessário fazer uma gestão mais integradora.

> *É necessário que se conheça os diferentes serviços dentro do território... às vezes o próprio usuário vai num serviço e diz que foi encaminhado por outro, o que nem sempre é verdade. (Sem registro do sujeito)*

Um terceiro grupo de ação, discussão e fiscalização é o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), localizado na Região Oeste, no Distrito São Silvestre. Ele realiza

atividades educativas formais e informais, relacionadas a temas ambientais, visando favorecer a integração entre as comunidades locais e a aproximação entre empresa e sociedade. O NEA oferece cursos gratuitos de inclusão digital, empreendedorismo, futsal, *hip hop* e teatro, para jovens com idades entre 14 e 24 anos, em parceria com o Serviço de Atenção à Juventude (SAJ). Este grupo não foi alvo de observação nesta pesquisa.

Em Jacareí, algumas ONGs atuam com adolescentes realizando diferentes tipos de atividades: preparação de crianças e adolescentes de baixa renda para a inserção social e profissional (Associação Educacional e Assistencial Guri – Guri na Roça), trabalhos socioeducativos e profissionalizantes para pessoas que apresentam deficiência cognitiva (Jacareí Ampara Menores - JAM), assistência a pessoas com deficiência neurológicas e atividades de leitura e recreação para crianças e adolescentes (Associação "Criança Especial" de Pais Companheiros - CEPAC), assistência a gestantes de baixa renda (Batuíra Projeto Renascer - BPR), atendimento especializado a pessoas com Síndrome de Down (Associação de Pais e Amigos do Down - ASPAD) e atendimento a dependentes de substâncias psicoativas (Comunidade de Ação Social Fanuel). Uma caracterização básica dessas organizações está disponível no anexo C.

Há também iniciativas de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, desenvolvidas por meio das secretarias: Secretaria da Saúde (SS), Secretaria de Segurança e Defesa do Cidadão (SSDC) e Secretaria de Assistência Social, dentre outras.

A Secretaria da Saúde conta com um serviço específico para os adolescentes no Centro de Atendimento integral ao Adolescente (CAIA), um serviço de referência para atendimentos de saúde mais especializados e orientação à família, que prioriza o atendimento a casos de violência cometida contra o adolescente – violência social e sexual – e a situações de atos infracionais dos adolescentes.

> *O CAIA é um serviço dentro da Secretaria da Saúde [...] pra atender realmente os adolescentes que já tem alguma situação de violência doméstica, sejam vítimas ou autores de violência e a gente atende também os adolescentes em medida socioeducativa [...]. A maioria dos meninos em medida, também tem um histórico de violência, no mínimo uma negligência dos pais ou coisa assim. Sujeito 12*

O adolescente é encaminhado ao CAIA pelas Unidades Básicas de Saúde, pelo CREAS, pelo Conselho Tutelar e pelo Poder Judiciário. Quando ele chega ao

centro, ele passa por um primeiro atendimento realizado por um dos profissionais do plantão durante o qual ele é acolhido e ouvido. As informações coletadas são levadas para reuniões de equipe com objetivo de elaborar um projeto terapêutico individualizado para esse adolescente, definindo se ele receberá atendimento individual ou irá participar das atividades em grupo (oficinas). Informaram que esse projeto é apresentado e discutido com o adolescente, num esforço de encontrar atividades que sejam mais interessantes para ele, visando uma maior adesão ao trabalho.

> *[...] nos casos menos complicados a gente deixa na oficina, porque é mais pra gente ficar acompanhando. Daí a gente coloca todas as oficinas que a gente tem pra ele escolher, no que ele quer e se interessa, pra tá um pouco dentro do que ele gosta, senão não vai funcionar. Sujeito 12*

Cada adolescente é acompanhado por um técnico de referência e pela equipe como um todo.

> *[...] daí um técnico fica de referência pro adolescente e outro fica acompanhando a mãe [...] Porque realmente se não mudar lá na casa dele né, não vai adiantar muito [...] se percebe que é uma questão de droga mesmo, que aí tá ficando muito comprometido, aumento do uso, aí a gente encaminha pro CAPS-AD pra entrar com uma medicação. Sujeito 12*

Periodicamente é feita uma avaliação do atendimento e são realizadas mudanças no projeto terapêutico se isso for necessário.

> *A cada tempo a gente vai avaliando, de acordo com o que o adolescente vai trazendo, a gente vai avaliando se tá sendo eficaz pra ele, se a gente acha que tá funcionando. Às vezes, no meio do caminho, a gente vê que não tá dando certo. Foi para aquele grupo, lá não deu certo, se juntou com o outro, né, que tá mais complicando... Daí a gente senta e conversa com o adolescente, propõe uma outra coisa e muda de oficina, muda de grupo. Sujeito 12*

O CAIA também é responsável pela orientação, formação e capacitação de profissionais das equipes de saúde de toda a secretaria, referentes ao atendimento de adolescentes.

> *Então, a gente tá indo em algumas unidades a gente tá, capacitando os profissionais da unidade pra eles trabalhar em grupos de adolescentes da unidade, em algumas outras a gente tá indo, como algumas unidades já tem o trabalho com a escola, a gente tá indo junto com eles pra escola, pra fazer um trabalho de sexualidade, que a gente tá usando esse jogo aqui, que é o Vale Sonhar [...] a gente começou a levar pras unidades, levamos pros CRAS também, com parceria na Assistência, com o CREAS, pra capacitar*

> *as equipes pra eles trabalharem juntos, então algumas escolas nós capacitamos os professores pra eles trabalharem. Sujeito 12*

Os peritos relataram como principais dificuldades para o desenvolvimento de suas ações a falta de integração entre os diferentes equipamentos e serviços da rede e a escassez de recursos humanos.

> *[...] o desafio hoje é que o adolescente tenha um espaço maior dentro da unidade básica de saúde, né? Que a gente não tem muito espaço pra fazer prevenção. Sujeito 12*
>
> *[...] acho que falta a gente trabalhar mais integrado mesmo, às vezes fica muito cada um no seu quadrado. Sujeito 12*
>
> *[...] na área de criança e adolescente [...] são as mesmas pessoas há muito tempo, sabe? Sujeito 12*

O CAIA atua em parceria com a ONG Guri na Roça, no Projeto Jovens Multiplicadores, e com o BPR, para onde encaminha adolescentes grávidas para a inserção no Curso de Orientação Maternal.

Outro trabalho desenvolvido com o público adolescente é realizado pela SSDC que oferece atividades, no contraturno escolar, para estudantes de instituições de ensino de Jacareí, por meio de dois projetos: Semeadores da Paz e Tocando o Futuro.

O Projeto Semeadores da Paz visa à prevenção da violência e à promoção de uma cultura de paz, desenvolvendo atividades em parceria com a Secretaria de Esportes e Recreação. Suas ações incluem a realização de palestras nas escolas abordando o tema violência e a oferta de atividades de recreações e lazer para crianças e adolescentes com idades entre 9 e 18 anos (oficinas de capoeira e tae-kwon-do, aulas de vôlei e de futsal). Essas atividades são oferecidas em quadras esportivas localizadas na região leste e na região centro-sul do município.

O projeto Tocando o Futuro – citado acima como possibilidade de ser a sede do Projeto Ação Telefônica – foi criado há oito anos e visa promover a inclusão social de crianças e adolescentes, com idades entre 9 e 14 anos. As atividades incluem a oferta de cursos de iniciação musical (flauta doce, percussão, teclado e violão) em duas unidades, uma localizada na região leste e outra na região centro-sul da cidade, nos períodos da manhã e da tarde.

A Secretaria de Assistência Social também desenvolve atividades específicas com adolescentes, as quais serão descritas a seguir.

5.2 A Secretaria da Assistência Social e a adolescência

5.2.1 A Proteção Social Especial

Como foi dito no capítulo 1, a Proteção Social Especial está organizada em média e alta complexidade. As ações de média complexidade são de responsabilidade do CREAS cujos trabalhos são frequentemente realizados em grupos, destinados a famílias, crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, e adolescentes cumprindo medida socioeducativa.

> *[...] é uma situação da família, e dentro desse grupo familiar, dentro dessa composição familiar, a gente identificou essa adolescente ou aquele adolescente que hoje participa. Às vezes a mãe tá num outro grupo, às vezes os irmãos estão num outro grupo. Sujeito 8*

> *Tem os atendimentos individuais, tem os atendimentos de grupo, grupos socioeducativos, tem o grupo de pré-adolescentes que são de 10, 11, 12 anos, menorzinhos assim, tem o grupo socioeducativo de adolescente de medida, tem o grupo socioeducativo de adolescentes meninas. [...] E tem o grupo dos adultos né, que são os pais desses adolescentes, que é um grupo de vivência, que a gente chama. Tem o grupo das mulheres em situação de violência que a gente trabalha o gênero. Sujeito 8*

Os adolescentes são encaminhados ao CREAS por vários equipamentos: Conselho Tutelar, Vara da Infância, Vara da Família ou Delegacia de Defesa da Mulher.

> *Aqui no CREAS a gente recebe encaminhamento do Conselho Tutelar [...] criança e adolescente a gente tem duas frentes [...] crianças e adolescentes que sofrem violência física, psicológica, abuso, abandono, essas situações, e a frente das medidas, que são os adolescentes envolvidos em atos infracionais. Sujeito 8*

As medidas socioeducativas resultam de um encaminhamento do poder judiciário tanto para os casos de liberdade assistida quanto para os de prestação de serviços comunitários, conforme preconiza o ECA. O adolescente infrator precisa comparecer ao CREAS para atendimento em grupo ou individual, frequentar o ensino regular ou curso profissionalizante e, quando determinado, comparecer ao local definido para a prestação do serviço comunitário. Os peritos acompanham cada caso e informaram que, em muitos há evasão escolar, além do envolvimento com drogas. No último caso o adolescente é encaminhado também para

atendimento especializado junto ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS/AD).

> *Mais complicado é seguir os encaminhamentos... Então, precisa ir pra tratamento de Dependência Química no CAPS, aí eles vão, mas não vão. Nas próprias acolhedoras pra prestar serviço, aí vão, ficam um pouquinho, deu dor de cabeça, deu preguiça e vão embora. Na escola também começam, quando é esse período do ano, já evadiu todo mundo. Isso é mais difícil pra eles. Agora vir aqui não, porque aqui a gente tem um monte de coisa de atrativos, e eles já se identificam. Sujeito 8*

As medidas socioeducativas são cumpridas em instituições acolhedoras,

> *[...] serviços da educação, escolas que recebem... As EMEF's, EMEI's, as Escolas Estaduais recebem, durante a semana ou pra prestar algum serviço na secretaria, alguma parte administrativa, ou nos finais de semana. Como são meninos que trabalham, eles tem que cumprir nos finais de semana e aí eles ficam na Escola da Família [...]. Tem também nos abrigos de idosos. Sujeito 8*

Os agentes sociais são responsáveis por verificar se os adolescentes estão frequentando o local e se o que foi determinado pelo juiz está sendo cumprido, tanto por parte dos jovens quanto por parte das instituições acolhedoras que,

> *às vezes, passam umas coisas que não têm caráter socioeducativo. Sujeito 15*

O CREAS estabelece parcerias com instituições públicas e privadas a fim de desenvolver um trabalho em rede para melhor atender seus usuários. Um desses parceiros é o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), o setor de infectologia, ligado à Secretaria da Saúde, que realiza ações de diagnóstico e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de hepatite dos tipos B e C. Profissionais desse centro ministram palestras no CREAS, visando orientação e prevenção de novos casos de doenças.

Outros parceiros do CREAS são o CAIA, o CAPS, o BPR, a Fanuel e a JAM. Peritos disseram que

> *Jacareí é bem empobrecida de entidades. O que a gente trabalha em parceria, que o nosso adolescente acaba estando em tudo é: o Centro da Juventude e o CAIA. O CAIA tem muito troca aqui, principalmente os que são vítimas de violência, abuso, tudo é referência lá. O CAPS tem algumas situações que os meninos aderem lá... e a Fanuel, uma entidade que em algumas situações, que os meninos não se identificam no Caps, mas se identificam na Fanuel e preferem lá, porque tem uma base religiosa [...] O Batuíra (BPR) é uma entidade super parceira, porque eles têm uma acolhida assim diferenciada pra essas meninas adolescentes gestantes [...]*

> *o Jovem Aprendiz da JAM, que, enfim, acaba não tendo muito perfil, porque tem que ter a escolaridade certinha. Sujeito 8*

Os peritos do CREAS realizam um trabalho em grupo com adolescentes do sexo feminino, com idades entre 12 e 17 anos, membros das famílias atendidas pelo Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A maioria das participantes desse grupo foi vítima de abuso ou de exploração sexual e esse trabalho visa romper com o ciclo de violência contra a mulher, preparando as adolescentes para a defesa de seus direitos.

> *A maior taxa de prevalência na questão da violência e do risco acaba sendo do gênero feminino. E a gente já tem um grupo de mulheres [...] que são vitimas de uma violência intensa e corriqueira, né? [...] a gente quer, de uma certa forma, romper com esse ciclo. Sujeito 15*

> *São meninas que têm a sexualidade muito aflorada e a gente queria trabalhar um pouquinho com elas a questão da valorização do gênero feminino. Sujeito 15*

Sobre os resultados deste trabalho, os peritos relataram que

> *[...] o grupo fortalece as meninas, fortalece as adolescentes a terem esse movimento de mudança e também a encorajá-las a romper com situações. Sujeito 15*

> *[...] eu tenho até exemplos de meninas que começaram no grupo, que tinham essa situação de exploração e hoje ela vem com esse movimento de mudança, de me procurar pra realizar cursos para poder se ingressar no mercado de trabalho. [...] Ela já tá procurando outras alternativas pra vida dela. Sujeito 15*

O CREAS oferece ainda um atendimento específico para pré-adolescentes e adolescentes com idades entre 11 e 15 anos os quais, de acordo com os peritos, apresentam comportamentos imaturos com relação a direitos e deveres, regras e limites, denominado Grupo Socioeducativo Cidadania.

A proteção especial de alta complexidade em Jacareí, engloba o atendimento em caráter provisório, de crianças com idades entre 0 e 12 anos que se encontram em situações de desabrigamento. Isso é oferecido por meio do Acolhimento Institucional de Criança (GEIA) e pela Mantenedora Vicente Decária. O Acolhimento Institucional para os adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 12 e 18 anos incompletos, é oferecido no abrigo para adolescentes.

> *[...] o abrigo de crianças e de adolescentes, é um grande desafio né, porque você tá trabalhando com uma medida de alta complexidade, que a criança ou adolescente é retirada dessa família por uma medida de proteção e ela precisa dessa proteção do Estado nesse momento. Sujeito 9*

As crianças e os adolescentes são encaminhados às entidades de acolhimento por meio de medida protetiva de abrigamento aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou pelo Conselho Tutelar.

> *[...] aqui não existe procura espontânea, né? A determinação aqui é sempre judicial ou pelo Conselho Tutelar. Sujeito 9*

> *Os adolescentes vêm pra cá por vínculos rompidos, por violência ou por abandono. [...] outros por negligência, mas uma negligência que gerou um risco [...] ou pela questão do... das questões sociais mesmo, não a pobreza, mas essa família que acaba não dando conta desse adolescente, pelo uso da droga, pelos atos infracionais e acabam por abandonar este adolescente. Aí gera os conflitos familiares, nesses conflitos familiares geram outros tipos de risco e violência que, ou as equipes dos outros serviços ou o próprio Conselho Tutelar entendem que ele deve estar aqui, numa medida protetiva. Sujeito 9*

Quando o adolescente chega à instituição de abrigamento ele é acolhido e os técnicos elaboram um Plano Individual de Atendimento (PIA), com o objetivo de oferecer-lhe um atendimento integral.

> *[...] a gente tenta acolher eles da melhor forma possível, tentando deixar mais a vontade possível, como se aqui fosse a casa deles [...] a gente tenta deixar eles mais normal possível, levando pra escola, atendimento de lazer, médico, cultura, os passeios né? E a questão também do acompanhamento com o judiciário. A gente, a equipe técnica [...] eles acompanham, fazem toda a busca familiar, dos meninos. Sujeito 10*

O ECA determina que o abrigamento tenha um caráter provisório e dure no máximo dois anos, espaço de tempo em que a família de origem deve receber orientações visando prepará-la para receber a criança ou o adolescente de volta.

> *A equipe técnica, ela tem esse trabalho de fazer a busca familiar. Trabalhar essa família e tentar estreitar os vínculos novamente com esse adolescente, trabalhar essa família pra que ela receba esse adolescente de volta em casa. Família estendida é difícil e adoção muito mais. Sujeito 9*

Se a família mostrar falta de interesse em visitar a criança, não se mobilizar para reverter sua rotina de vida, não promover melhorias em sua vida profissional, persistir com o consumo de drogas, ou se for detectado um real risco de se reproduzir a violência sobre a criança, o juiz poderá decretar a perda do Poder

Familiar. Nesses casos, a criança ou o adolescente precisará ser integrado a uma família substituta, sob guarda ou adoção. Porém, segundo um perito, existem muitas dificuldades para se implantar estas determinações.

> *Pra criança a gente sempre diz que existe uma esperança [...]. O adolescente é mais difícil. Primeiro porque já existem conflitos familiares. A equipe técnica, ela tem esse trabalho de [...] trabalhar essa família e tentar estreitar os vínculos novamente com esse adolescente. Trabalhar essa família, pra que ela receba ele de volta em casa. Família extensa é difícil e adoção muito mais. Sujeito 9*

O desabrigamento da criança ou do adolescente ocorrerá por determinação da autoridade competente, e nesses casos, deverá ser feito um acompanhamento do desenvolvimento dela e da situação da sua família. No entanto, há casos em que o limite máximo de dois anos de abrigamento é ultrapassado, conforme declarou um especialista:

> *[...] nós temos adolescentes que já estão há mais de 2 anos, quando ultrapassa o prazo de 2 anos a juíza, ela tem de justificar porque o adolescente ainda não saiu daqui, né? E a justificativa vai ser essa: ou porque não se tem uma família natural ou extensa, ou que estão na fila da adoção, mas não tem famílias adotantes interessadas. Sujeito 9*

Se o adolescente completar 18 anos e ainda estiver abrigado, ele obrigatoriamente deverá sair de lá.

> *[...] quando completa 18 anos, passados alguns dias, chega uma determinação judicial para o desabrigo. Sujeito 9*

Algumas contradições puderam ser observadas no atendimento oferecido aos adolescentes abrigados. O abrigamento é uma medida que tem objetivo de acolher e proteger crianças e adolescentes vítimas de abandono e violência, mas acaba reproduzindo essa mesma violência e abandono. Isso pode ser identificado, por exemplo, quando o adolescente fica sem acompanhamento após o desabrigamento.

> *[...] não existe por parte do abrigo um acompanhamento após o desabrigamento. Sujeito 9*

Outra contradição apontada por um perito decorre do fato de o adolescente se sentir privado de sua liberdade enquanto está abrigado. O adolescente que já teve

seus direitos violados na família acaba percebendo o abrigamento como mais uma punição.

> *Por mais que você diga pra ele os motivos de ele estar aqui, que não é uma punição, mas uma proteção, ele não aceita essa proteção. [...] Então isso também gera outras violências, né, gera outras frustrações. Então ao mesmo tempo é contraditório: ao mesmo tempo que abriga pra proteger, você acaba violentando, porque foi ele que saiu da família, foi ele que foi retirado. Sujeito 9*

Para compreender melhor essa afirmação de que abrigar é ao mesmo tempo uma medida protetiva e uma violência, recorre-se aqui à definição de violência de Marilena Chauí.

> Etimologicamente, violência vem do latim *vis,* força, e significa: tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (Chauí, 1988, p. 2).

O abrigamento pode ser considerado um ato de força contra a espontaneidade dos adolescentes, uma vez que eles são retirados de seus lares e do convívio familiar, mesmo como justificativa de protegê-los das transgressões, brutalidades, abusos físicos e/ou psíquicos cometidos por seus familiares.

Outra situação que se configura como violência é o fato de o adolescente, ao completar 18 anos em situação de abrigamento precisar deixar o abrigo, sob ordem judicial. Na maioria das vezes, esse adolescente ainda não tem uma formação profissional, ele não tem condições de se manter financeiramente e seus vínculos afetivos são frágeis. Isso pode ser considerado como uma transgressão, um abandono ou uma negligência, por parte do Estado, e, portanto, configurar uma violência, sob o ponto de vista de Chauí (1988).

Na perspectiva da assistência social, ele continuará sendo considerado vulnerável e permanecerá transitando entre os serviços públicos.

> *Então, nosso trabalho é fazer de tudo para esse adolescente retornar pra família de origem ou ir para uma família extensa antes de completar os 18 anos. Quando isso não é possível, a gente trabalha esse adolescente na sua autonomia, na profissionalização, na sua autoestima, pra que ele possa sobreviver sozinho [...] se for necessário, a assistência também vai tentar uma parceria com a Pró-Lar, pra conseguir um aluguel social ou inclusão da Minha Casa, Minha Vida, pra que esse adolescente após os 18 anos possa estar vivendo sozinho lá fora. Sujeito 9*

5.2.2 A Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica atua por meio dos CRAS e da rede de serviços socioeducativos direcionados para determinados grupos, dentre eles os centros de convivência para crianças, jovens e idosos. Em Jacareí, especificamente para adolescentes, as atividades são planejadas e desenvolvidas pelo Serviço de Atenção à Juventude (SAJ) e pelo CRAS Norte – único centro de referência que desenvolve atividades específicas com adolescentes.

O SAJ possui três frentes de ação: o Centro da Juventude (CEJU), o Programa Ação Jovem e o Programa PROJOVEM. O CEJU visa oferecer qualificação profissional para os adolescentes por meio da realização de oficinas, em parceria com o governo federal. O Programa Ação Jovem é um programa de transferência de renda do governo estadual, cujo objetivo é estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho. O público alvo são os estudantes de 15 a 24 anos, com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa. Os jovens recebem uma bolsa auxílio mensal no valor de R$ 80,00 durante 12 meses. O PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)

> busca assegurar direitos e gerar oportunidades para jovens entre 15 e 29 anos, articulando ações entre os setores de assistência social, educação, trabalho e juventude, direitos humanos, saúde, meio ambiente, esporte, lazer e cultura. Tem como eixos estruturantes a elevação da escolaridade, qualificação profissional e o desenvolvimento humano. A modalidade Projovem Adolescente, destinada aos jovens de 15 a 17 anos, só pode ser desenvolvida se o serviço for ofertado no CRAS ou no seu território de abrangência, devendo ser referenciado ao CRAS. (Brasil, 2009, p. 29)

O objetivo do SAJ é socioeducativo e visa prevenir a ocorrência de situações de risco social e complementar o trabalho social com famílias, através do atendimento de adolescentes com foco na formação de cidadania, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e preparação para a iniciação profissional.

As ações englobam a oferta de oficinas de canto vocal, dança de rua, desenho e pintura em tela, fotografia, futsal, história em quadrinhos, informática, manutenção de microcomputadores, teatro de bonecos, técnica vocal, técnica teatral, vídeo e violão. Além disso, o serviço oferece noções de empreendedorismo, o contato com profissionais de diferentes áreas e temáticas visando à orientação profissional e os jovens participam de workshops e eventos recreativos e comemorativos, atividades de lazer e culturais.

O público alvo são os adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 15 e 24 anos, do município de Jacareí, que preferencialmente estejam cursando a rede de ensino. A inclusão no programa se dá através dos CRAS e do CREAS, mediante o referenciamento das famílias, havendo um número de vagas reservadas para a ONG Guri na Roça e para a JAM.

> *O Serviço de Atenção à Juventude ele passa por dentro do CRAS [...] essa família ela entra pelo CRAS, que é a porta de entrada pros programas sociais, e à partir do momento que essa família tem um adolescente que também tá em situação de vulnerabilidade trazemos ele pro SAJ. Sujeito 1*

A maioria das atividades é oferecida na sede do SAJ, localizada na região central da cidade, embora algumas oficinas sejam oferecidas na região Norte (na Igreja católica - Parque Meia Lua), na região Oeste (no NEA - Distrito de São Silvestre, na região Leste (no abrigo de idosos - Cidade Salvador) e nas unidades do Educamais – um projeto que tem por objetivo oferecer atividades de educação, lazer, cultura e esporte em espaços construídos em diferentes regiões do município. Também são desenvolvidas atividades num espaço cedido pela Faculdade Anhanguera e na Fundação Cultural de Jacarehy, localizadas na região central da cidade.

A ideia é descentralizar as atividades adotando a perspectiva da territorialização, a qual

> refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização materializa-se a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, assim como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (Brasil, 2010, p. 44)

Dentre as dificuldades relatadas sobre a realização do trabalho no SAJ estão: a localização da unidade – que fica distante do território de moradia dos adolescentes e é de difícil acesso, e a necessidade de um espaço que ofereça maior variedade de atividades para os adolescentes.

> *Porque na verdade aqui não é um local adequado tá? É fora de mão. Eu acho que o adolescente fica pouco aqui, eu acho que faz falta o Centro do Adolescente, um espaço onde ele não tem que fazer ele vai lá, ele fica à vontade. Se ele tivesse, por exemplo, espaço onde ele pudesse sentar com o grupo dele, onde tivesse uma videoteca onde ele pudesse escolher um filme e com os amigos ir assistir, um espaço dele, e não frequentar só pela oficina. Seria muito rico se fosse no centro da cidade, sabe, um local de fácil acesso, que ele saiu da escola, passou e entrou. Sujeito 13*

As sedes dos CRAS também deveriam estar localizadas em locais de fácil acesso ao usuário. Além disso, a legislação determina a necessidade de se fazer estudos de território para identificar as regiões de maior vulnerabilidade e implantar os serviços nessas áreas.

> *Estar no território permite um conhecimento maior da comunidade, assim podemos identificar as dificuldades enfrentadas no local de moradia dessas famílias. Isso permite conhecê-las melhor e identificar lideranças locais. Sujeito 7*

No entanto, observa-se que a escolha do lugar nem sempre segue essa orientação.

> *O CRAS oeste, ele tá instalado num bairro de classe média alta. Então, onde ele tinha que tá? Tinha que tá lá no Igarapés, lá no Remédio, naqueles buracão lá do 1º de Maio, 22 de Abril, entendeu? Sujeito 7*

O depoimento abaixo, que já foi apresentado anteriormente, ilustra bem essa contradição:

> *O município de Jacareí começou a se apropriar da nova política e já iniciou a mudança, viu que tinha que começar a fazer essa implantação logo e, como aqui tem muitas vulnerabilidades, apesar de dados estatísticos apontarem a região Oeste como mais vulnerável, já tínhamos o equipamento aqui na região norte. Aí sentiu-se a necessidade. Então, "vamos começar lá!". Porque já tinha o prédio que é da prefeitura, e aí a gente foi adaptando. Sujeito 7*

Sobre as instalações dos CRAS, suas sedes são casas adaptadas para fins de atendimento e todas possuem uma recepção, uma sala para realização do cadastro único, copa-cozinha, salas de atendimento individual e grupal, um pequeno pátio.

O CRAS Norte foi observado durante este estudo e notou-se que ele possui uma decoração bastante peculiar, havendo murais coloridos na recepção do CRAS e enfeites variados nas paredes de cada sala, confeccionados pelos próprios técnicos do local.

Com relação à equipe deste CRAS, foi percebida uma forte integração entre os técnicos, a qual é relatada por eles.

> *A equipe tá em sintonia o tempo todo, entendeu? Porque quando a colega atende uma situação complicada e tem dúvidas, já sentamos juntas e ouvimos as opiniões. "Vamos discutir junto? O que você acha?" Então, isso fortalece a gente a tomar as decisões, não estamos só e podemos contar com a outra. Sujeito 7*

> *Com relação ao trabalho em equipe, a equipe é muito boa no sentido de autonomia, a chefia bem leve nesse sentido, te deixa criar... E também porque a gente consegue ter, de certa forma, um trabalho interdisciplinar que eu acho importante, né? Apesar ainda de ser uma barreira, que é muito difícil no serviço público de acontecer isso de fato. Sujeito 16*

Em 2012 foi realizado um projeto piloto com adolescentes, com idades entre 12 e 14 anos, denominado Grupo de Cidadania e Protagonismo. A procura pelo grupo por parte dos usuários não é espontânea, uma vez que eles são membros das famílias atendidas pelo CRAS. Os peritos informaram que, atendendo a família eles percebem a demanda dos adolescentes e fazem o convite para que eles participem dos encontros.

> *[...] nos grupos que as meninas trabalham, elas foram identificando com essas famílias essa questão da dificuldade que se tem em lidar com o adolescente [...] E esses adolescentes que estão aí são filhos dessas usuárias que elas atendem aqui. Sujeito 7*

Segundo um dos peritos, os adolescentes vêm ao CRAS "simplesmente" porque se interessam em participar das atividades do grupo, mas, com o decorrer do tempo as situações de vulnerabilidades vão sendo diagnosticadas.

> *A gente sabe que os adolescentes que vinham aqui são de famílias que apresentam a vulnerabilidade social. Mas eles não vinham mostrando isso, eles eram simplesmente adolescentes querendo participar de um grupo. Mas aí, no decorrer do trabalho, algumas vulnerabilidades iam emergindo, né. Às vezes por uma coisa banal, mas que era óbvia. Num dia de muito frio um menino veio de chinelo (risos), ou chegava falando "minha mãe não pode vir porque tá acontecendo isso e isso", né? Problemas de dependência, alcoolismo. Eh.... do adolescente atrasar, não acordar porque ficou sozinho em casa, né? Sujeito 16*

Os especialistas informaram que o objetivo do grupo é acolher, escutar e favorecer a vinculação dos adolescentes com o serviço, no entanto, percebe-se nos peritos uma preocupação em abordar questões relacionadas ao uso de drogas, ao tráfico de drogas e à violência, provavelmente porque essa é uma problemática em evidência no bairro.

> *Aqui no território, até pela questão que a gente percebe que é gritante do tráfico e em função disso a violência, a gente pensou que seria bastante interessante a gente ver até que ponto esses meninos estão tão envolvidos que eles não se vinculam a outras coisas. Ou será que é porque eles não têm outras coisas? [...] Então a gente fez essa experiência. Sujeito 16*

Nesse primeiro ano de atividades foram atendidos 13 adolescentes os quais apresentavam diferentes demandas, dentre elas: dificuldades de aprendizado, negligência, alcoolismo dos pais e envolvimento com drogas.

Os encontros eram realizados semanalmente e coordenados por uma psicóloga, uma assistente social e um professor de teatro. Através de aulas de teatro e com atividades lúdicas os peritos se propunham a criar um espaço de locução para os adolescentes, visando favorecer a emergência de temas para reflexão em grupo. Diversos temas foram abordados nos encontros, dentre eles, a amizade, o respeito ao diferente, as drogas e a necessidade de se fazer escolhas.

> *Ali no CRAS a gente faz um trabalho preventivo mais direcionado, né? Não é terapêutico, não tem objetivo terapêutico, mas é mais direcionado pra questão da amizade. Então a gente lida sobre isso com o jovem, os caminhos que eles escolhem. Sujeito 14*

> *[...] trabalhar essa questão de respeito. [...] Então essa parte do respeito ao diferente. Sujeito 16*

Às vezes surgiam questões referentes a acontecimentos envolvendo adolescentes no bairro, como foi o caso de adolescentes que estavam quebrando vidros na escola ao lado do CRAS. O assunto foi trazido por um membro do grupo e pode ser explorado por todo o grupo, com a mediação dos peritos.

> *Um outro momento foi muito interessante, quando estavam quebrando os vidros aqui na escola. Muitas garotinhas contaram que estavam quebrando os vidros daqui, né? E foi uma reunião muito interessante, que a gente teve que intervir mesmo. Sujeito 18*

Um perito contou que a maior dificuldade para realizar este trabalho é o fato de os adolescentes serem muito calados, o que foi percebido durante a realização dos dois encontros para desenvolvimento do grupo focal com os adolescentes.

> *A dificuldade que a gente teve realmente foi essa questão da fala, porque é um grupo ao mesmo tempo brincalhão, mas ao mesmo tempo calado, muito calado, mesmo tendo essa intimidade toda com a gente. Essa fala vem nos espaços informais, né? Então quando a gente foi para o zoológico, quando a gente vai fazer algum trabalho, aí essas falas surgem, mais informalmente. Sujeito 16*

Por isso, no trabalho com eles opta-se pela utilização de recursos lúdicos e simbólicos, e o teatro mostra-se uma ferramenta interessante.

> *[...] um teatro prático- educação, não com o sentido de criar atores, mas trabalhar o sentimento, ajudar os alunos a lidarem com algumas situações. Sujeito 14*

As atividades do ano de 2012 foram encerradas com uma festa de formatura à qual pude comparecer para observação. Inicialmente a coordenadora fez a abertura da festa e um perito disse que acha muito importante trabalhar para favorecer o exercício do protagonismo e da cidadania nos adolescentes, de forma que eles aprendam que fazem parte da sociedade e possam "ter voz" nela e ser autores das suas histórias e trajetórias.

> *[...] aí surgiu a ideia de um grupo piloto no CRAS, como um espaço onde o adolescente pudesse se expressar, exercer sua cidadania e se reconhecer como sujeito que tem voz na sociedade através de um grupo de teatro. Sujeito 7*

A adolescente que havia sido escolhida como oradora da turma, ficou envergonhada no momento de falar, mas por fim tomou coragem e disse:

> *Eu acho que o grupo de teatro pra mim foi um lugar de aprendizado. Aprendemos a seguir nosso próprio caminho e não o dos outros. Também aprendemos a respeitar os outros. A gente se diverte muito também. Aprendemos muitas coisas. (Adolescente)*

Em seguida, foram exibidas imagens das atividades realizados no decorrer do ano: uma peça de teatro, trechos das viagens que eles fizeram para o zoológico em São Paulo e para o viveiro municipal em Jacareí, uma "edição do jornal PML" produzida pelos adolescentes, os quais atuaram entrevistando os funcionários do CRAS para conhecer a história do bairro. No encerramento da matéria um adolescente-repórter disse:

> *Os jovens podem fazer mudanças no bairro, na cidade, no mundo, se eles quiserem! (Adolescente)*

Logo após, foi realizada a entrega dos certificados de participação aos adolescentes. Os pais que estavam presentes entregaram os diplomas para seus filhos e um perito entregou aos adolescentes cujos pais não estavam ali. No momento em que a mãe de uma adolescente foi chamada para entregar o diploma para a filha, ela disse:

> *Eu não posso entregar o diploma dela... Tô bêbada ainda (mãe de adolescente).*

Após a entrega dos certificados foram servidos salgadinhos, refrigerantes e bolo para todos. Em conversa informal, perguntei a uma adolescente o que ela faria durante as férias e ela respondeu que iria ficar em casa mesmo, fazendo o trabalho de casa que a mãe pede. Ela contou que tem 13 anos e que a mãe não a deixa sair, nem ir à praça - a que tem a Igreja Católica e onde os jovens ouvem e dançam funk. A mãe dela justifica que na praça

> *só tem droga e putaria. As pessoas na praça e na rua em frente a casa da minha avó ficam vendendo e fumando tranquilamente. Aí a gente não pode sair de casa. (Adolescente)*

Outra adolescente contou-me que ela mora com a mãe e dois irmãos mais velhos, que não vê o pai há muito tempo e que sua mãe bebe sempre. Perguntei-lhe o que pretendia fazer nas férias e ela me disse que irá para o Parque da Cidade "lá em Jacareí" e na casa do namorado, que fica em outro bairro. Provavelmente pelo fato de o Parque Meia Lua estar localizado no lado da Dutra oposto ao do centro da cidade

> *Os usuários falam: "Ah, eu vou lá pra Jacareí", como se eles não morassem aqui no município. "Eu vou lá pra Jacareí", eles não falam vou pegar ônibus para o centro da cidade. Sujeito 7*

Ainda em conversa informal, um perito disse que o trabalho ali no CRAS é muito diferente do realizado no SAJ. No CRAS a equipe permite que os adolescentes decidam o tipo de atividades a serem realizadas, bem como os temas a serem abordados pelo grupo, e isso favorece a criação de um espaço de locução que possibilita o aprendizado para fazer escolhas.

> *Por exemplo, o tema, o roteiro e as falas do filme que foram exibidos hoje foram construídos pelos jovens. O resultado que alcançamos ainda é muito tímido. Começamos com um grupo pequeno, alguns desistiram no meio do caminho, mas esse é o começo do trabalho. Para o próximo ano vamos ampliar. Sujeito 14*

Já no SAJ, segundo ele, o trabalho é estruturado sem consultar o jovem para identificar suas necessidades e, em decorrência disso, há muita evasão das oficinas.

> *O jovem é difícil de aderir, ele precisa ter espaço para participação. Sujeito 14*

As ações sociais, tanto as ligadas às políticas públicas quanto as realizadas por iniciativas privadas, acontecem a partir de um projeto que pode ser construído baseado em um diagnóstico, participativo ou não. Esse tipo de ação - realização de intervenções com grupos ou comunidades que são planejadas sem conhecimento prévio das verdadeiras necessidades dos usuários - tem um componente de violência, uma vez que, na medida em que os sujeitos que são alvos das ações sociais não são ouvidos, eles passam a ser tratados como coisas ou objetos. Segundo Chauí, tratar uma pessoa como se ela fosse desprovida de "razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo como não humano" (1998, p. 2).

A autora aponta que o mito fundador do Brasil tem caráter de violência e ela permanece inerente ao estabelecimento de toda a política pública brasileira.

> Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão (Chauí, 1998, p. 11).

Derrida (2010) também fala sobre essa violência, para ele melhor denominada de força pública. Tanto o direito quanto a política pública implicam no uso de uma força justificada e na existência de uma dessimetria e de uma violência em seus enunciados performativos.

Há uma forma de violência que se evidencia quando as decisões são tomadas de cima para baixo e o governo decreta leis e projetos a serem seguidos e

implantados os quais, nem sempre vêm de encontro às verdadeiras necessidades dos usuários.

Essa violência também pode ser observada nos casos em que há interrupção das atividades oferecidas pelos serviços públicos. Em maio de 2013 eu soube, informalmente, que, com a nova gestão do governo municipal, especialistas dos diferentes serviços foram transferidos para outras unidades, inclusive pessoas que trabalhavam com os adolescentes no CRAS Norte. É muito comum que pessoas sejam removidas, grupos sejam desmanchados, cursos e atividades sejam extintos, sem qualquer aviso prévio, quando há mudanças no governo. Isso frequentemente resulta em perda ou descontinuidade do trabalho que estava sendo desenvolvido, mesmo que as atividades passem a ser realizadas por uma nova equipe, como relatou uma depoente.

> *Então, é impressionante. Assim... Eu estou há 32 anos nessa profissão e é esse desmantelamento dos programas. Muda a gestão, vem outro, e a gente acompanhando tudo isso, e de repente tudo aquilo que você levou uns 4 anos pra construir é jogado no lixo. Quando você vê eles estavam trocando nome, e de repente você via todas as características daquele projeto que você construiu sendo reconstruída com nome diferente. Enfim, é aquela coisa política. Sujeito 1*
>
> *Aí, vai assim mudando a gestão, aí as coisas vão mudando. Sujeito 7*

Quando a equipe se mantém, há possibilidade de se fazer uma avaliação das atividades e do trabalho da equipe, o que pode favorecer a ampliação, o aprimoramento ou o redirecionamento do trabalho.

> *E aí tem uma questão para pensarmos para o próximo grupo, né? Será que esses adolescentes se vincularam porque não estavam envolvidos com o tráfico? Sujeito 16*

5.3 Estratégias para materialização das ações propostas pela legislação

A política de assistência social tem por objetivo ir ao encontro de indivíduos, famílias ou grupos, visando desenvolver ações que possibilitem prevenir situações de vulnerabilidade e retirar pessoas dessa condição, quando ela for diagnosticada.

As principais estratégias utilizadas pelos peritos para alcançar isso são: a busca ativa e o acompanhamento individual ou familiar; o trabalho com grupos (grupos de convivência, grupos de reflexão, oficinas); as atividades externas

(passeios e eventos); a inserção em projetos sociais; a criação de uma rede de proteção e realização de encaminhamentos.

A busca ativa refere-se à identificação de indivíduos, famílias ou grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades, seguidos pelo acolhimento e acompanhamento social, que consistem no recebimento da pessoa ou da família no serviço e na elaboração de um plano de trabalho para ela, levando em consideração as necessidades específicas de cada um.

> *[...] você atende a família, realiza um diagnóstico dentro dessa família de determinadas vulnerabilidades que vão comprometê-la ou que vão comprometer os seus membros. Você traz essa família pra um acompanhamento social, você constrói um projeto com ela pra que consiga ir, através desse acompanhamento, realizando mudanças. Toda concepção é em cima da defesa de direitos [...]. Sujeito1*
>
> *O trabalho do CRAS é esse, identificar essas vulnerabilidades que existem no bairro, identificar potencialidades. Sujeito7*
>
> *Então a gente fala na questão da proteção, vigilância e defesa social, pra que ela saia desse quadro de vulnerabilidade social que ela está estagnada. Sujeito1*

A partir de então, o usuário é inserido nos programas sociais, a partir do cadastro único, como já foi dito.

> *Se a família apresenta vulnerabilidade de renda, podemos encaminhá-la para os Programas de Transferência de Renda, do Governo Federal ou Estadual. Além da possibilidade de inclusão da família nos programas sociais, existem outras ofertas materiais no CRAS. Sujeito 7*

Ele também é inserido nas diferentes atividades oferecidas pelo serviço e passa, a partir de então, a ser acompanhado por um técnico de referência. Em reuniões periódicas, toda a equipe discute o andamento dos atendimentos.

O CRAS ainda é responsável pelo encaminhamento dos usuários aos demais serviços da rede pública, quando isso se fizer necessário.

> *É função do CRAS estar identificando e encaminhando. São dois trabalhos paralelos, que é o trabalho preventivo dessas famílias e o trabalho quando ocorre essas condicionalidades, alguma situação que a família esteja passando naquele momento. Então passa dentro do CRAS, passa pelo técnico, vai verificar a vulnerabilidade, se há negligência, se há alguma coisa o CRAS faz o encaminhamento. Então pra isso nós temos os grupos reflexivos que os técnicos têm... Que eles identificam e trabalham com as famílias essas questões que essas famílias se identificam. Sujeito 3*
>
> *Então, essa família ela entra pelo CRAS, que é a porta de entrada pros projetos sociais, e a partir do momento que essa família tem um*

> *adolescente que também tá em situação de vulnerabilidade, esse adolescente então é inserido no serviço de atenção à juventude [...]. Sujeito 1*

Em Jacareí estão em andamento projetos sociais específicos para os adolescentes, como já foi dito anteriormente, dentre eles os programas Ação Jovem e o Pró-Jovem.

> *O serviço do Ação Jovem que é um programa do governo estadual, que faz o repasse de 80 reais como se fosse uma bolsa pro adolescente, 80 reais mensais pra esse adolescente fazer o que ele quiser [...]. O Pró-jovem que é um programa do governo federal [...] dividido por módulos, e cada módulo tem uma orientação pra formação desse adolescente, orientação desse adolescente. [...] tem também a CEJU [...] que é o centro da juventude. Sujeito 1*

Para possibilitar um atendimento integral aos usuários faz-se necessária a criação de uma rede de proteção possibilitando que o atendimento necessário seja acessível aos usuários através dos diferentes serviços oferecidos, por meio de uma articulação entre os diferentes serviços, públicos e privados.

> *A intenção é que, assim, esse adolescente, a gente cria mesmo essa rede de proteção, pra essa família, pra esse adolescente. Sujeito 1*

O trabalho em rede possibilitaria a discussão das demandas dos usuários e dos serviços a ele prestados, favorecendo uma melhor forma de enfrentamento das problemáticas apresentadas. Além disso, ampliaria a troca de informações entre todos envolvidos no enfrentamento das demandas, diminuindo a ocorrência das ações isoladas e, muitas vezes ineficientes. No entanto, constatou-se no decorrer dessa pesquisa, a precariedade dessa articulação dos serviços em rede no município de Jacareí.

A maioria das atividades desenvolvidas pelos peritos no CRAS é realizada em grupos, a partir de demandas trazidas pelos próprios usuários.

> *O CRAS trabalha numa linha mais coletiva. A demanda que chega ou vem encaminhada direcionamos para os grupos. Dependendo da situação a família permanece em atendimentos/acompanhamento individualizados. Temos grupo de acolhida, as pessoas chegam no CRAS pela primeira vez, passamos todas as informações, o que é o CRAS, os programas [...]. temos o grupo de reflexão, protagonismo e convivência. A gente trabalha com os mais diversos temas, principalmente aqueles que as famílias trazem [...] Nesses grupos identificamos líderes, essas pessoas que tem essa coisa de liderança, de cobrar, de ir atrás [...]. Sujeito 7*

Dentre as atividades propostas estão incluídas a realização de oficinas organizadas em torno do PAIF.

> *[...] na oficina de convivência familiar [...] e elas vão trabalhando alguns assuntos que surgem no grupo, e a cada quinze dias o técnico entra no grupo uma hora pra fazer essa conversa. E daí vai surgindo um monte de coisa, né,..é a convivência familiar e comunitária! Sujeito 7*

O desenvolvimento de atividades grupais possibilita ampliação de trocas culturais e vivenciais, aumentando o sentimento de pertença, fortalecendo os vínculos familiares e favorecendo a socialização e a convivência comunitária, refletindo diretamente na identidade do indivíduo.

> *A importância do trabalho realizado pelo Cras é, acima de tudo, a prevenção. Aproveitamos os espaços das oficinas para desenvolver a autonomia das pessoas e fortalecer os laços. E isso possibilita melhorar a vida das famílias e das gerações seguintes. Sujeito 3*

No trabalho com os adolescentes, a oficina é uma estratégia bastante utilizada pelos especialistas. A maioria das oficinas é realizada no SAJ, como já foi dito, e há uma equipe de profissionais contratada para executar esse trabalho, supervisionado diretamente pela coordenadora da instituição.

> *A oficina é uma estratégia pra tá chamando o adolescente. Só que, pro instrutor não, o foco dele é a oficina, é o conteúdo. Então, o nosso olhar, o nosso trabalho é sensibilizá-lo... Se pintar uma problemática ele vai pra lá e conversa isso comigo. Sujeito 13*

As oficinas propostas se embasam na questão socioeducativa e visam trabalhar cidadania, prevenção de gravidez na adolescência, drogadicção e violência. Além disso, há oficinas objetivando a formação profissional e a oferta de atividades esportivas e de lazer.

> *Então, todas as oficinas têm uma característica em comum, que são atividades recreativas, lazer, esportivas, culturais, de orientação para formação pessoal, formação profissional [...]. Sujeito 1*
>
> *O nosso objeto aqui, o nosso cargo chefe é o socioeducativo. Meu trabalho aqui é como coordenadora de adolescentes [...] a gente elabora um tema e a gente passa em todas as oficinas pra trabalhar esse tema. Sujeito13*
>
> *A gente também tem a oficina de capoeira [...]. Sujeito 8*

A questão da prevenção se mantém presente na fala dos peritos:

> *a gente queria trabalhar um pouquinho com elas a questão da valorização do gênero feminino. [...] a gente abordou muitos temas [...] teve de DST/ AIDS. Sujeito 8*

> *[...] ali no CRAS a gente faz um trabalho preventivo mais direcionado, né? Não é terapêutico, não tem objetivo terapêutico, mas é mais direcionado pra questão da amizade. Sujeito 14*

Essas ações preventivas se propõem a favorecer a construção da identidade dos adolescentes, o desenvolvimento de uma consciência reflexiva e o incentivo à cidadania e ao protagonismo juvenil, de forma que os jovens possam conhecer seus direitos sociais e participar da sociedade em que vivem reivindicando suas demandas.

> *Um trabalho que eu desenvolvo também é o no CRAS [...] com jovens escolhidos pra que a gente possa trabalhar o protagonismo, porque ali no bairro tem muita relação com drogas, né? [...] Um trabalho preventivo [...] a gente lida sobre isso com o jovem, os caminhos que eles escolhem. Sujeito 14*

> *Uma coisa que eu percebo que é complicada no jovem é você trabalhar o protagonismo, né? Porque o que se dá é que o jovem é tão acostumado a, a ser levado né? Na onda, onda da mídia, onda das coisas, onda da galera. Então quando você dá uma decisão pra ele, ele trava, né? Ele fica sem saber o que fazer. Então esse é o objetivo ali no bairro, é criar jovens protagonistas pra que depois eles possam atuar dentro do próprio bairro, né? Como lideranças, pra despertar esse sentimento de liderança e mudança neles. Sujeito 14*

O trabalho de prevenção também é realizado visando o fortalecimento dos vínculos entre os adolescentes e a valorização do diferente, num trabalho de inclusão.

> *Quando chega alguém diferente, o que é que a gente faz? Então eu sempre permito, porque essa pessoa diferente que entra ela causa um... Eu acho que, assim, o que foi mais difícil pra mim foi a inclusão, o trabalho de inclusão... [...] E a gente tá trabalhando isso no jovem, né, olhar o diferente. Sujeito 14*

Uma das estratégias muito utilizada no município de Jacareí para o trabalho com os adolescentes é a oficina de teatro, como já foi mencionado anteriormente, desenvolvido nas sedes dos Educamais, no NEA e no CRAS Norte. No entanto, o objetivo não é formar atores, mas utilizar o teatro como espaço de socialização e formação dos adolescentes.

> *[...] um teatro prático-educação, não com o sentido de criar atores, mas de trabalhar o sentimento, ajudar os alunos a lidarem com algumas situações, né? A gente promove a integração desses jovens através do, do teatro. Sujeito 14*
>
> *No trabalho com os jovens tem primeiro o despertar do eu, né? Porque ele não sabe quem ele é, tá perdido no meio das coisas. Aí depois que ele se descobre, ele tem que perceber o outro. Na verdade, a gente começa a trabalhar o olhar dele pro outro, aí depois a gente trabalha o grupo, que é um todo. Eu gosto muito de trabalhar influenciado pelo psicodrama, [...] deixar que o jovem crie a cena, né? Sujeito 14*

A ideia é trabalhar com os temas que surgem dentro do grupo por meio da criação de pequenas enquetes que são produzidas e encenadas pelos adolescentes.

> *Nossa estratégia foi criar pequenas enquetes de teatro. Então, tem enquete que fala, por exemplo, de bullying, violência, gravidez na adolescência e DST, temas que eles escolheram. Então, são esquetes de 10 min, eles vão e a presentam. Daí, os mais velhos vêm e conversam com os que assistiram. Sujeito 14*

Além das oficinas, outras estratégias são usadas no trabalho com os adolescentes, incluindo a realização de passeios e eventos culturais e esportivos, na maioria das vezes realizada em parceria com outras instituições.

> *[...] vai ter uma viagem pra São Paulo. Então a gente oferece a cultura, o lazer, o atendimento, se necessário individualizado, e a maioria da gente tá aqui, né, que é o objetivo grupal, né, que é sempre através das oficinas oferecendo atendimento. Sujeito 3*
>
> *Aí a gente fez uma parceria. Esse mês veio o pessoal do setor de infectologia pra falar das doenças, enfim dessas coisas que podem acontecer. [...] tem também algumas atividades externas. Então, o grupo de pré-adolescentes no mês do meio ambiente foi plantar uma árvore lá no viveiro [...] tem os passeios também, já teve pro Museu da Física, pra USP, pro Sítio do Pica-pau Amarelo, pro Hopi Hari. [...] a gente trabalha a autoestima nesses passeios. [...] também tem os eventos aqui, o dia do enfrentamento do abuso e exploração sexual . Sujeito 8*

Apesar de haver uma proposta de se fazer um trabalho preventivo, muitas ações sociais visam o enfrentamento das situações de vulnerabilidade já instaladas.

> *E eu acho que é preciso um trabalho preventivo, porque até hoje nós estamos fazendo um trabalho curativo. Deveria ser feito nas escolas... Um trabalho preventivo com crianças e jovens juntos às escolas. Sujeito 14*

Os peritos dizem que o trabalho que realizam precisa ser feito por diferentes motivos. O primeiro deles é o fato de a legislação prever a realização de atividades com diferentes segmentos da população.

> *Porque, assim, ele tá previsto né, no SUAS, o trabalho com a família no geral, especificamente também com a criança, com os adolescentes. Tem que ter esse trabalho. Sujeito7*
>
> *A princípio foi uma exigência. É uma demanda que a gente sabe que existe no bairro, mas, também tem algumas metas que são cobradas por parte da política pública, da política da assistência, de fazer um trabalho com vários segmentos, né? Sujeito 16*

Outra questão apontada pelos técnicos é a dificuldade de se lidar com os adolescentes nos dias de hoje, demandando conhecê-los e realizar um trabalho socioeducativo com eles.

> *A questão da dificuldade que se tem em lidar com o adolescente [...]. E esses adolescentes que estão aí, são filhos dessas usuárias que elas atendem aqui. Hoje no grupo, elas pediram pra cada um trazer um colega, entendeu? A ideia é, assim, ir ampliando o grupo. Porque você precisa conhecer, você tem que saber aonde você tá pisando né? Porque o adolescente é muito difícil né? A gente sabe que é uma fase. Sujeito7*
>
> *E aí a gente fez esse trabalho piloto com 13 jovens [...] A gente começou a saber que esses jovens que estão no grupo, que tem uma série de problemáticas fora, então digamos, conhecer o perfil de cada um, né? Então, o jovem com a questão de furto, com a questão familiar mesmo, né? Outro, o pai tinha sido preso, ele não parava na escola, na sala de aula... No grupo tinha outro comportamento, totalmente diferente... Sujeito15*

Também foi apontada a necessidade de se desenvolver atividades visando romper com o ciclo de violência muito presente nas famílias atendidas pelos serviços.

> *[...] a gente já tem um grupo de mulheres com quem trabalhamos questões muito pesadas, mulheres que são vítimas de uma violência intensa e corriqueira né, que sempre sofreram. E a gente quer, de uma certa forma, romper com esse ciclo, uma vez que essas meninas que a gente acompanha no grupo também são vítimas de violência. Então, assim, a maioria das meninas do grupo são vítimas, foram vítimas de abuso sexual e exploração sexual. Sujeito 8*

Percebe-se com os depoimentos acima que, a maioria dos peritos reproduz o que está escrito na legislação das políticas de assistência social, com algumas exceções. Um dos peritos disse que acredita na força da juventude e, por isso, ele

desenvolve seu trabalho visando fortalecer as potencialidades dos adolescentes e incentivá-los a lutar para transformar a realidade social.

> *Eu gosto muito de trabalhar com a juventude porque é... assim... Eu também saí de um projeto social, eu também fiz aula aqui na cidade, né, e também corri atrás do teatro municipal, saí pra fazer protesto, né? Eu acredito muito na força da juventude, né, essa força de vida que a juventude tem. Tô sempre incentivando, trabalhando nisso. Sujeito14*

> *[...] o adolescente não tem voz entendeu, porque quando ele vai falar alguma coisa, ele é rechaçado, reprimido [...] daí quando você dá voz... acho que eles sentiram isso nesse grupo. O adolescente fica sem saber o que falar, fica tímido, não sabe muitas vezes né? E quando eles (os técnicos que atuam com os adolescentes) começam a cutucar, aí eles vêem a potencialidade que tem aquele adolescente e que os próprios desconhecem. Sujeito 7*

Na visão de outro especialista, o serviço oferecido pela assistência social não atende às verdadeiras necessidades dos adolescentes:

> *Eu acho que o adolescente aqui no CRAS tá abandonado. [...] porque aqui no bairro não tem política pública pra eles, o que tem são três cursos e os cursos que tem não são a cara do jovem. Sujeito15*

5.4 A vulnerabilidade como justificativa das ações sociais

> *A gente tem que atender mil famílias por ano* (Sem registro de sujeito)

Como foi visto, a assistência social embasa e justifica suas ações na necessidade de prevenir e superar situações de vulnerabilidade que atingem determinados territórios, indivíduos ou grupos. Os usuários podem procurar diretamente o CRAS, mas muitos vêm encaminhados por outro serviço público ou são “encontrados” pelos peritos por meio da busca ativa, que é uma estratégia para alcançar aqueles que estão vivendo fora da rede de proteção social e não têm acesso aos serviços públicos. A busca ativa localiza e inclui no Cadastro Único as famílias extremamente pobres, encaminhando-as aos serviços da rede de proteção social, incluindo o CRAS,

> unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. (Brasil, 2005, p.35).

A Assistência Social planeja, organiza, executa, monitora e avalia os serviços oferecidos por meio da vigilância social, da proteção social e da defesa social e

institucional (Brasil, 2005). A vigilância social engloba a produção e sistematização de informações sobre vulnerabilidades, construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade, riscos sociais e violação de direitos, possibilitando a elaboração de diagnósticos e o planejamento das ações para diferentes segmentos da população. A proteção social objetiva o desenvolvimento da autonomia, a garantia de rendimentos, a sobrevivência em situações de riscos circunstanciais. A defesa social e institucional assegura a garantia de direitos de atendimento, informação e oferta de serviços de qualidade aos usuários do SUAS.

União, Estados e municípios realizam estudos, pesquisas e diagnósticos para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco territoriais e, com base nos resultados encontrados, planeja e desenvolve suas ações (Brasil, 2005). A NOB/SUAS preconiza a necessidade de

> definição de uma metodologia unificada de construção de alguns índices (exclusão/inclusão social, vulnerabilidade social) para efeitos de comparação e definição de prioridades da Política Nacional de Assistência Social. (Brasil, 2005, p. 45)

Apesar de o uso do termo vulnerabilidade estar embasado em pesquisas, essa palavra tem sido operada empiricamente por atores sociais que parecem não se ocupar de suas ambiguidades, e isso traz o risco de este termo prestar-se ideologicamente à justificação aparentemente científica de práticas sociais que acabam se tornando uma mera reprodução da desigualdade social e das formas de violência que vigoram há séculos na sociedade brasileira.

Na NOB/SUAS de 2005 foram encontradas 62 referências às palavras vulnerabilidade ou vulnerabilidades, 4 referências à palavra vulnerável e 3 referências à palavra vulneráveis, reforçando a afirmativa de que estes termos são usados na elaboração e na justificativa da política pública de assistência social brasileira.

É com base nas perspectivas que a política pública e os peritos têm sobre a vulnerabilidade, que as ações são planejadas e desenvolvidas, tendo ficado evidente, no decorrer dessa pesquisa, que a vulnerabilidade é usada como justificativa dessas ações.

> A rede socioassistencial deve se organizar de maneira integrada para oferecer "serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade da família". (Brasil, 2005, p.95)

Todas as ações descritas neste capítulo estão embasadas na existência da vulnerabilidade como algo concreto. A Assistência Social preconiza que o perito encontre o vulnerável (indivíduo, família ou grupo) por meio da busca ativa e o convide para participar das atividades propostas, as quais visam prevenir e enfrentar a vulnerabilidade.

> Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual,; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Brasil, 2005, p. 33)

Os vulneráveis seriam aqueles cidadãos e grupos que se encontram nas condições apontadas acima. Essa visão da vulnerabilidade lembra a perspectiva de uma patologia, que precisa ser diagnosticada – a partir dos "sintomas" listados - e "curada". Dessa maneira, diagnosticar a vulnerabilidade seria atribuir a alguém uma vulnerabilidade que acaba se tornando justificativa das ações sociais, trazendo o risco evidente de, ao rotular essas pessoas ou esses grupos, contribuir para que eles sejam mantidos nessas condições, como alerta Guareschi et al (2007):

> Em virtude disso, para que haja efetividade dos programas na produção de alternativas de vida e "superação" das condições de vulnerabilidade (entendidas aqui como condições de desigualdade desses sujeitos frente à sociedade, e não como mera produção de sujeitos padrões), é necessário que se questionem constantemente os conceitos acabados que definem e engessam pessoas em determinadas posições sociais. Mesmo com a importância da objetivação em termos conceituais do que se está dizendo ao falar em vulnerabilidade, é importante que se analisem os efeitos produzidos por essa enunciação, o fato de a cada tempo e lugar produzirmos novas populações vulneráveis e de, muitas vezes, com a intenção de ajudá-las, impedirmos que deixem de sê-lo. Questionar os conceitos e buscar seus efeitos junto aos que por esses são definidos pode ser uma importante ferramenta de intervenção potencializadora das políticas públicas voltadas aos adolescentes ditos em condição de vulnerabilidade (p. 28).

A Assistência Social justifica que há necessidade de se realizar um trabalho com adolescentes, afirmando que eles seriam vulneráveis. Com o objetivo de tentar compreender quem são e como vivem os adolescentes considerados vulneráveis, para os quais as ações listadas neste capítulo estão sendo direcionadas, foram realizados grupos focais com os adolescentes do CRAS Norte, em dois encontros. O resultado dessas atividades será apresentado e discutido no próximo capítulo.

6 Vulnerabilidade, território e adolescência

6.1 Encontrando os adolescentes

Foram realizados dois grupos focais com os adolescentes atendidos no CRAS Norte, com duração de uma hora cada, em duas quartas-feiras consecutivas, com o objetivo de saber qual é a percepção que os adolescentes têm do território onde vivem.

Os encontros foram realizados na sala da instituição onde os adolescentes se reúnem semanalmente para as atividades. Nessa sala há alguns murais com fotografias dos adolescentes, das atividades desenvolvidas durante os encontros e também um quadro onde estão listadas dez regras da boa convivência (Foto 1).

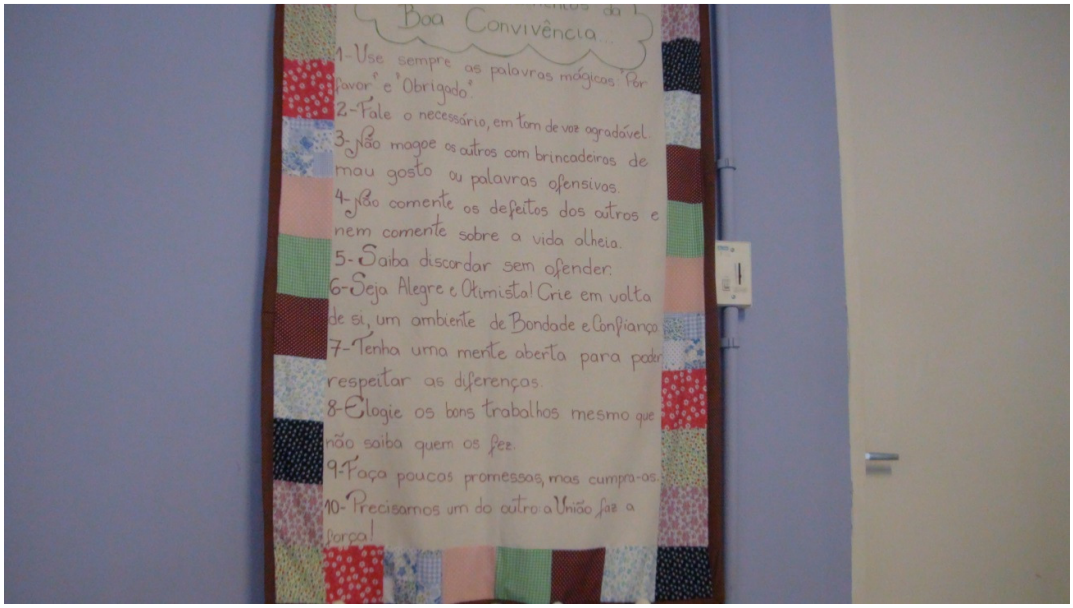

Foto 1 – Regras da Boa Convivência

Como já foi dito, o CRAS Norte foi escolhido por conveniência, uma vez que era o único centro que desenvolvia um trabalho específico com adolescentes – o grupo de teatro citado nos capítulos anteriores.

Para auxiliar na condução das atividades e no registro das informações, a pesquisadora contou com apoio de outra pesquisadora e também do professor de teatro, que filmou e fotografou os encontros, cujos áudios foram transcritos.

Nos trechos de diálogos apresentados aqui, os sujeitos não foram apontados devido à dificuldade de se identificar no áudio quem era o emissor de cada fala, porém, acredita-se que isso não interferiu nos resultados encontrados, uma vez que não é feita uma análise individual, mas sim das informações trazidas pelo grupo.

No primeiro encontro, estavam presentes dezessete adolescentes, dez deles pertenciam ao grupo de teatro e os outros sete eram seus amigos, convidados por eles a nosso pedido, para participarem das atividades. Isso foi feito visando ter um grupo com o maior número de adolescentes possível. Os agentes sociais que trabalham com os adolescentes permaneceram na sala durante a atividade.

Uma semana antes da realização desse primeiro encontro, as pesquisadoras haviam participado de uma das atividades coordenadas pelos agentes sociais – como convidadas – e tinham sido apresentadas ao grupo, o que lhes permitiu ter uma ideia do perfil dos adolescentes e facilitou o planejamento dos dois encontros.

A maioria dos adolescentes era muito calada e, por isso, optou-se por realizar atividades usando revistas, lápis de cor, papel, cola e tesoura, em vez de se utilizar apenas recursos verbais. Eles foram divididos em três grupos e foi solicitado que eles representassem num papel pardo, como uma fotonovela, uma cena ou estória escolhida por eles, usando recortes e/ou fazendo desenhos.

Inicialmente eles permaneceram quietos, mas com o tempo começaram a interagir, perguntando aos colegas se as imagens que eles haviam encontrado nas revistas eram boas, rindo das figuras que os colegas encontravam ou das que eles mesmos estavam selecionando e recortando. Em seguida, os adolescentes começaram a colar as imagens, dar nomes aos personagens e escrever as falas deles (foto 2).

Um adolescente saiu do lugar onde estava, foi até a o outro lado da mesa, pegou a figura de um carro que haviam recortado e saiu dizendo: “Agora eu vou andar de veloster”. Nesse momento ele nos perguntou se poderia ouvir música e, diante de uma resposta afirmativa nossa, ele colocou um funk para tocar em seu celular. Outro adolescente imediatamente falou: “Da hora!”.

Foto 2 – Adolescentes criando a estória com recortes

Foto 3 – A estória: “Um casamento sem noção”

Após a confecção das estórias – o que durou cerca de 45 minutos – foi solicitado aos adolescentes que eles apresentassem as estórias/cenas para o restante do grupo.

A primeira estória relatada recebeu o título de “Um casamento sem noção” (foto 3). Nas imagens e no relato desta estória apareceram os seguintes temas: casamento, um homem que roubou o dinheiro da noiva, uma moça que roubou o carro da colega, pessoas se dando bem à custa de trapaça e roubo, um espantalho “que ficou com tudo que uma pessoa tinha” – fala de um adolescente – convidadas felizes e dando risada da cara dos outros.

Foto 4 – A estória: “O super-homem é obrigado a se casar”

A segunda estória, denominada “O super-homem é obrigado a se casar”, também tinha como tema o casamento e o amor. O personagem principal era um herói, o super-homem, que estava sendo obrigado a se casar, mas ele não queria e questionava o fato de ter que se casar sem amar a noiva. Na estória ele amava outra mulher e era com ela que ele queria se casar (foto 4).

Na terceira estória, cujo título era “As grandes viagens”, surgiram os temas: casamento, viagens, hotel, carros, desfiles e filhos (foto 5). Após o casamento um casal viajou, em lua de mel, e foi para um grande hotel.

Após o relato das estórias, foi feita uma roda de conversa com os adolescentes. Foi perguntado a eles o que havia em comum entre as três estórias e eles responderam: casamento, viagens, confusão.

Foto 5 – A estória: “As grandes viagens”

Sobre o tema casamento houve o seguinte diálogo:

- Por que vocês acham que o casamento apareceu? (pesquisadora)
- Porque casamento é bom.
- Ah! Eu tenho o sonho, né, de casar um dia.

Sobre as viagens os comentários foram:

- Todo mundo aqui quer viajar? (pesquisadora)
- Todo mundo, né?
- Eu vou pra Paris.
- Eu vou pra Londres.
- Eu vou pro Paraíba. (risos)

Percebeu-se que os temas que surgiram neste encontro fazem parte do cotidiano dos adolescentes: amor, amizade, casamento, dinheiro, carros, viagens e

brigas. Foi possível notar que os adolescentes do grupo têm sonhos, traçam projetos para o futuro e parecem acreditar na possibilidade de realizá-los.

No segundo encontro, também conduzido pelas duas pesquisadoras, compareceram sete adolescentes, todas do sexo feminino. Foram disponibilizados papel pardo, tesouras, lápis de cor, cola e revistas, além de miniaturas de Fotos humanas, animais, vegetais, edificações, meios de transporte e objetos. Como o número de adolescentes era pequeno, todos trabalharam juntos, selecionando miniaturas e montando o cenário sobre uma mesa.

Solicitou-se que eles criassem uma estória de maneira semelhante ao que haviam feito no encontro anterior, porém, desta vez, foi especificado que o palco da estória deveria ser o bairro e o cenário um lugar ou vários lugares do bairro. Além disso, a estória deveria ter personagens aos quais os adolescentes atribuíssem características consideradas como boas ou más. O objetivo desta especificação foi tentar conhecer um pouco sobre a vida dos adolescentes no bairro e a percepção que eles têm de si e das pessoas que residem lá.

Foto 6 – Adolescentes montando a cena na praça da igreja

Foto 7 – Desenhando o tapete vermelho para os noivos

Foto 8 – Foto 8 – Adolescentes montando a estória com miniaturas

As fotografias 6,7 e 8 mostram os adolescentes criando a estória e montando as cenas usando miniaturas, papel pardo e lápis de cor. O fato de usarem miniaturas em vez de recortes e desenhos possibilitou uma encenação da estória com os personagens sendo movimentados dentro do cenário.

Foto 9 - A cerimônia de casamento

A foto 9 mostra a cena do casamento. Na mesma cerimônia estavam se casando dois casais. Os adolescentes atribuíram aos personagens o nome de todos que estavam no grupo, inclusive as duas pesquisadoras, que eram convidadas para cerimônia e a festa. Ao fundo pode-se observar um personagem “mal”, montado em um cavalo e com um revólver na mão.

Nos seus relatos, os adolescentes fazem referência à região nordeste, trazendo um tema característico do bairro que é a presença dos nordestinos ali, desde a formação do bairro, como já foi dito no capítulo 2.

As viagens e as festas também se fazem presentes na fala deles.

- Aí eles foram viajar.
- E pra onde eles foram? (pesquisadora)
- Eles foram pra Pernambuco. (presença de nordestinos no bairro)
- Aí eles já casaram... aí eles vão pra festa.

O funk na praça com os porta-malas dos carros abertos e o som alto ao lado da igreja também apareceu “no teatro com miniaturas” (foto 10). Os adolescentes contaram que a polícia proibiu os jovens de se reunirem na praça para ouvir e dançar funk e que foram colocados brinquedos lá. Agora a praça deve ser usada pelas crianças, para brincar, segundo relataram.

- Depois do casamento, as pessoas fizeram o que? (pesquisadora)
- Eles foram pra praça pra dançar.
- Qual praça? (pesquisadora)
- Em frente à igreja.

- E essa igreja aí, qual é essa igreja? (pesquisadora)
- Essa aqui é a igreja católica.
- Praça central? (pesquisadora)
- Não, central é a outra. Essa daqui é dos “beldos”, a outra é das crianças.
- Não, é dos santos. (Risos). É dos nóia. (Risos)
- É assim... todo domingo ... domingo é dia de funk ali, eles colocam som e vai muita gente dança. Só que agora os policial não deixa mais... Falaram que a praça é pro lazer da criança.
- Agora tá tendo pula-pula...
- Tem atém um orelhão lá – disse apontando o a miniatura do orelhão.
- E o funk foi pra onde agora? (pesquisadora)
- Tá lá. – Respondeu um adolescente apontando para a cena com miniaturas.
- Ah, na história não tem policial, então? (pesquisadora)
- Não.
- Aqui (pegando um carro miniatura) tem um carro com o porta-malas aberto... (Colocou-o ao lado da igreja)
- Vocês gostaram da mudança? Não dançam mais? (pesquisadora)
- Eu num dançava, minha mãe não deixava.

Foto 10 – A caixa de som (do funk) na frente da igreja

A cena representada na foto 11 mostra uma favela. A adolescente que a construiu contou que havia uma região de favela no Parque Meia Lua. Isso vem de encontro ao depoimento de uma agente social, cujo recorte já foi mostrado no capítulo 2, mas é repetido aqui pela sua relevância. Os moradores foram retirados deste local e levados para casas construídas pela prefeitura, no Jardim Conquista, outro bairro da Região Norte de Jacareí, também atendido pelo CRAS Norte.

> Tem um bairro aí que a gente não pode nem fazer visita. Então os próprios usuários vêm aqui. A gente não vai, porque lá tá tem...as meninas já foram assaltadas, depois de seis anos. Aí tivemos que ir pra delegacia... Foi a primeira vez que aconteceu isso entendeu? [...] É o Jardim Conquista... É o pessoal que morava na favela, sem teto, e aí eles acabaram construindo as casinhas da prefeitura e transferiram o pessoal pra lá. Sujeito 7

Foto 11 – A favela incluída na estória

Temas como o medo da violência, tráfico e assassinato, presentes na realidade do bairro e já foi mencionado em capítulos anteriores, também apareceram nas cenas e relatos dos adolescentes.

> - Os dois são irmãos. Aí, esse daqui (apontando um deles) é o louco.
> - Por que ele é louco? O que ele faz... fazia? (pesquisadora)
> - Ele roubava... Ele pegava droga e não pagava... No dia que o meu vô foi lá em casa... o mesmo carro dele era o do meu vô, só que era outra placa. [...] Minha mãe falou pro meu vô ir embora antes que eles o matem ... pensando que era meu vô e matasse ele.
>
> - Tem que colocar personagem bom e personagem mau.
> - Aqui. Pou (imitou o barulho de um tiro).
> - E o vilão do Meia-Lua?
> - É esse aqui... Como é que é o nome daquele que foi preso?
> - Ah, o L.
> - Mas ele tá morto.

Na estória apareceu um fato ocorrido no bairro, a briga entre dois homens, L. e B. Um deles assassinou o outro e foi para a prisão.

> - O nome desse é... como é que é memo?
> - É o L. e o B.
> - Eles tão dando tiro pra cima e vão matar.... deixa ver quem... o cachorro.
> - Eles são nóia, que que é o nóia? Um que usa droga, viciado em droga.

Os adolescentes observados também se deparam com as questões do preconceito em torno do usuário de drogas e da homossexualidade, presentes em toda a sociedade, como pode ser visto em seus relatos.

> Eles falaram assim... Eu tava conversando com algumas meninas na rua que já se meteram com droga ... Eles acham que a gente vai fazer também.
>
> Elas (disse apontando duas colegas do grupo) têm três amigas que é sapatão. Muitas pessoas têm preconceito, né? Aí, tipo assim... vai lá e uma delas, duas sei lá... se envolvem com droga, mas não tem nada a ver. Tipo assim, você fala assim, ah, elas se envolvem com droga e eu não vou conversar com elas... Mas você tem sua mente, se você for me chamar pra fumar droga e eu não souber o que que é uma droga de verdade, se eu tiver mente, eu não fumo.
>
> Eu falei assim... eu não vou virar a cara pra elas só porque elas fumam. Eu sei o que é certo... sei o que é certo o que é errado.

Pode-se apontar que os adolescentes residentes no Parque Meia Lua sejam penalizados com a falta de atividades de lazer e esportes, como disseram os peritos em seus depoimentos. No entanto, quando foi perguntado a eles como é viver ali, e o que eles acham de morar no bairro, a maioria respondeu que é bom morar lá.

> Ah pra mim é bom, porque o bairro aqui eu posso sair pra rua porque todo mundo conhece.

Uma adolescente disse que viver ali é, ao mesmo tempo, bom e ruim. Segundo ela, o lado bom é o fato de todos se conhecerem e serem amigos. O lado ruim mencionado por ela foi o fato de as pessoas ficarem comentando sobre a vida dos outros, como mostra o diálogo.

> - Do lado da minha casa tem muito “zé povinho”...
> - Tem muito o que? (pesquisadora)
> - Zé povinho. Tem muita pessoa que fala mal da sua vida. Então, tem um vizinho meu... porque sem esse zé povinho o mundo seria melhor. Ele falou assim que que parecia cachorra no cio por causa que eu converso com menino, não tem nada a ver menina conversar com menino.
> - Ele falou isso?
> - O pai dele falou isso. Aí a mãe agora num quer que eu saia mais no portão.

Outra adolescente também apontou esses dois lados, negativo e positivo, quando questionada sobre a vida no bairro, mas a justificativa que ela deu aponta que ela vive questões semelhantes a outros adolescentes da idade dela: namoro, amizade, confiança.

> Pra mim é muito bom, porque aqui eu tenho ... quase o Meia Lua inteiro é meu amigo e a maioria é aqueles amigo de confiança... (Risos) Ah pra mim é bom, porque o bairro aqui eu posso sair pra rua, porque todo mundo conhece. Aqui, deixa eu ver... Na parte ruim é que [...] o meu ex-namorado... nem é mais, estamos meio enrolado... Se eu vejo ele com outra menina, eu começo a chorar no meio da rua... isso pra mim é ruim, eu tenho vontade de ir embora do Meia Lua. Mas ao mesmo tempo que eu tenho vontade eu num quero.... pra mim é bom e ao mesmo tempo é ruim.

A partir dos temas e das imagens que surgiram nesses encontros, não foram encontrados elementos que possam ser usados para afirmar que esses adolescentes são vulneráveis. Note-se que a pesquisadora teve contato com poucos adolescentes (dezessete) e por um período de tempo curto (dois encontros com duração de uma hora cada).

Os adolescentes observados aparentam ser como outros adolescentes: estão em contato com a tecnologia (uso do celular e da internet), namoram, falam em casamento, viagens, desejo de comprar carro e ter filhos, e manifestam questões de uma adolescência normal, tais como busca de si mesmo, tendência grupal, flutuações de humor (Aberastury & Knobel, 1981).

O que se nota é que esses adolescentes têm seus direitos violados, tanto pela falta ou precariedade dos serviços de educação, saúde e lazer, quanto por estarem expostos à violência no território onde vivem – tráfico de drogas e criminalidade. Um adolescente mencionou a questão da violência no bairro e o medo que ela gera.

> aí quando mata não sei quem, nossa mãe não deixa nem a gente sair do portão pra fora, porque fala assim que nós vai levar um tiro. Adolescente

Nota-se que a vulnerabilidade do território e a vulnerabilidade do adolescente têm uma conexão importante, por isso, é necessário compreender melhor a relação entre vulnerabilidade e território.

6.2 Vulnerabilidade e território

Muito já se falou sobre o tema vulnerabilidade no decorrer deste trabalho, e para entender a relação entre vulnerabilidade e território, faz-se necessário explorar também o tema território.

A palavra “território”, assim como “vulnerabilidade”, aparece com frequência na legislação e também do discurso dos agentes sociais. A NOB/SUAS preconiza que sejam feitos estudos de território para identificar regiões de maior vulnerabilidade, visando instalar os serviços socioassistenciais nessas localidades, de acordo com as necessidades e as potencialidades específicas da localidade e dos moradores. “Ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais” (Brasil, 2005, p.37).

Observou-se, no decorrer da realização desta pesquisa, que a compreensão e a forma de dividir o espaço urbano entre os diferentes órgãos públicos variam muito, resultando em uma fragmentação das políticas públicas e da rede de serviços. No município de Jacareí, por exemplo, a divisão adotada pela Secretaria da Assistência Social é diferente da adotada pela Secretaria da Saúde.

A noção de território utilizada é geopolítica e é preciso estar atento para o risco de o território ser utilizado como um instrumento de poder e servir à dominação.

> Controla-se uma "área geográfica", ou seja, cria-se o "território", visando "atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos" (Sack, 1986, p.6 citado por Haesbaert, 2007, p. 22).

Marandola Jr. (2007, p. 495) conta como Rigotto & Augusto (2007) abordam “a emergência do território no âmbito das políticas públicas e da compreensão da produção e enfrentamento das iniquidades sociais”. Ele relata que elas valorizam a vinculação entre vulnerabilidade e consideram a perspectiva da territorialização como facilitadora da leitura sobre as diferentes vulnerabilidades, que variam conforme as situações demográficas, geográficas e sociais.

> Como a compreensão da vulnerabilidade passa pela multidimensionalidade dos processos sócio-espaciais, desde aqueles ligados à dinâmica demográfica, passando pelos ambientais até os geográficos de maneira mais ampla, territorializá-los é fundamental para podermos ter uma leitura mais completa dos processos que contribuem não só para a produção e distribuição dos riscos e perigos, mas fundamentalmente para podermos

> identificar os elementos que desenham as diferentes vulnerabilidades, que podem variar mesmo entre pessoas de mesmo perfil demográfico, condição social ou que estejam na mesma situação geográfica. O território pode funcionar como um amálgama que nos permite associar os processos que o constroem para melhor compreender a própria iniquidade social no campo da produção sócio-espacial, de um lado, e as alternativas e movimentos de contra-racionalidade que combatem a ordenação territorial hegemônica que criam outras territorialidades (Marandola Jr., 2007, p. 496).

Além das dimensões políticas e econômicas, a territorialidade incorpora também dimensões culturais.

> A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (Sack, 1986, p.219 citado por Haesbaert, 2007, p.22).

De acordo com Milton Santos, território significa muito mais do que um pedaço de terra delimitado.

> O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base de trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2008, p.96).

Haesbaert (2007) faz uma distinção entre *dominação político-econômica*, no qual o território está associado à possessão e à propriedade, e *apropriação*, "um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do 'vivido', do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca" (p.20-21). No primeiro caso, pessoas são excluídas e impedidas de usufruir do território, e no segundo, as pessoas têm uma identificação positiva com o território e o privilégio de usufruir dele.

Guattari e Rolnik (2007, p.323) afirmam que, "o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação". Sob essa perspectiva, dado um determinado território físico, objetivo, o indivíduo se apropria dele e cria o seu mundo.

> Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constróem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou

> cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo [...] (Haesbaert, 2007, p.22).

A definição geopolítica de território favorece a dominação e a ideia de apropriação possibilita resistência.

> Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (Haesbaert, 2007, p.22).

Com base na ideia de apropriação, pode-se dizer que num mesmo pedaço de terra existem territórios diferentes. Em outras palavras, há diferentes maneiras de se apropriar do espaço e diferentes formas de perceber esse território, dependendo das preocupações de cada indivíduo, dos estímulos que ele recebe e dos relacionamentos que ele constrói.

Essa investigação foi realizada em um território no qual a violação de direitos humanos é evidente, e esta está atrelada tanto à leitura de violência quanto à de vulnerabilidade. A percepção que os agentes sociais têm do território – violento e de grande vulnerabilidade – provavelmente impacta a percepção que eles têm dos adolescentes nesse território, e embasa a enunciação de que eles são vulneráveis.

Os adolescentes observados nesta pesquisa são provenientes de famílias atendidas pelo CRAS, encontram-se penalizados com a precariedade dos serviços de educação e saúde, e com a falta de atividades de lazer e esportes. Além disso, eles vivem expostos à violência constante, tanto no lar, com situações de negligência e abandono, quanto diante do tráfico de drogas e da criminalidade no bairro.

Apesar disso, eles afirmaram que gostam de morar no bairro e deram sinais de que o lugar é para eles repleto de significados positivos. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando eles fizeram referência à praça onde, aos domingos, ao mesmo tempo em que o padre celebrava a missa, eles se reuniam com carros equipados com alto falantes potentes para ouvir e dançar funk. A polícia proibiu os jovens de ouvirem funk e dançarem na praça, impondo que ela deve ser usada para brincadeiras, provavelmente decorrente de uma leitura preconceituosa e estigmatizante que viria, por exemplo, associar o funk na praça com a droga. No

entanto, no discurso dos adolescentes, o significado do funk parece ser outro e vem associado à dança e à diversão.

Embora haja uma convergência na forma de apresentação do território por parte dos adolescentes e dos agentes sociais, por exemplo, quando abordam o funk na praça e fazem referência à antiga favela, a percepção que os adolescentes têm do bairro diverge da percepção dos técnicos: os adolescentes apresentam uma visão positiva do lugar – acham que morar no bairro é bom – enquanto os agentes sociais mostram uma visão negativa – apontam a violência e a criminalidade no lugar.

O território apresentado pelos adolescentes coincide em grande medida com o território de outros adolescentes "não vulneráveis" e é marcado pela presença de referências comuns a muitos adolescentes: o lugar da diversão – mas também do trabalho; o lugar dos encontros amorosos – mas também das decepções amorosas; o lugar dos amigos; o lugar dos estranhos (que podem ou não representar perigos) e dos inimigos. No caso dos adolescentes aqui estudados, porém, esta territorialidade se conecta com outra, talvez definida extrinsecamente por representantes de forças sociais não locais, e que constroem uma apropriação deste território como lugar da violência, da falta – da vulnerabilidade, enfim. Traficantes, policiais e agentes sociais operam de alguma forma neste outro território que, durante os encontros com os adolescentes, não apareceu.

Diante disso, pode-se concluir que a vulnerabilidade é prerrogativa do território. Surge então a seguinte questão: será que esses adolescentes receberiam a atribuição de vulneráveis, se eles vivessem em um território que não fosse caracterizado como uma região de violência e de vulnerabilidade?

7 Considerações Finais

A análise do tema vulnerabilidade, realizada no decorrer desta investigação, evidenciou que este vocábulo emerge recorrentemente tanto nos textos da legislação das políticas públicas de assistência social quanto no discurso espontâneo dos agentes sociais, e que, a maioria das ações propostas e materializadas é pensada e explicada em termos da presença de uma categoria particular: pessoas em situação de vulnerabilidade.

Sob a ótica dos agentes sociais investigados, a vulnerabilidade é uma questão muito ampla e está relacionada com a baixa renda, com a precariedade ou a ausência de serviços públicos nas áreas da saúde, educação, habitação, transporte e lazer, e com os ciclos de vida (infância, a adolescência, velhice, gestação, pessoas portadoras de deficiências) – fases nas quais as pessoas podem precisar de ajuda para sair das situações de fragilidade em que se encontram.

Percebe-se que esta definição de vulnerabilidade transita pelo viés da pobreza. Os peritos, embasados na legislação, mas também numa ideia paternalista – herança dos primórdios da Assistência Social no Brasil – estão muito voltados para uma ideia de vulnerabilidade existente como algo concreto e já definido.

Diante disso, realizam a busca ativa, procurando no território considerado de vulnerabilidade, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de trazê-las para serem atendidas no CRAS. A busca ativa vem associada a uma necessidade de atender determinado número de pessoas, porque isso está na lei.

A Assistência Social, na figura dos agentes sociais que materializam as ações previstas na legislação, toma para si a função de prevenir que as pessoas caiam em situações de vulnerabilidade e de retirá-las dessa situação quando ela já estiver instalada. A exigência de proteção aos indivíduos vulneráveis aplica-se a pessoas ou grupos específicos, cujas capacidades ou liberdades encontram-se limitadas, por questões físicas, naturais, econômicas, sociais ou políticas.

O uso da palavra vulnerabilidade implica a percepção de que o indivíduo ao qual se atribui isso não teria condições de sair, sem ajuda, da situação em que se encontra, o que acaba sendo usado como justificativa das ações sociais.

No capítulo 5, foi mostrada uma grande variedade de ações, realizada em diferentes locais do município de Jacareí e que mobilizam inúmeros recursos – físicos e humanos – com o objetivo prevenir e enfrentar a vulnerabilidade dos adolescentes.

No caso específico dos adolescentes, o grupo observado é formado da seguinte maneira: os adolescentes são encontrados com a busca ativa ou são filhos/parentes dos usuários do CRAS, aos quais se atribui uma vulnerabilidade ou potencial para a vulnerabilidade. Os adolescentes passam então a ter um papel importante: eles precisam ser atendidos, porque a legislação prevê que haja atendimento para os diferentes ciclos de vida.

Vivenciar o episódio do assalto em frente ao CRAS forneceu subsídios para afirmar que a vulnerabilidade parece ser recíproca: técnicos amedrontados, assustados e sem saber o que fazer com a própria vulnerabilidade, atribuem aos adolescentes, que moram ali, naquele território violento, uma vulnerabilidade. Afinal, trabalhar e/ou viver naquele território desperta um sentimento de se estar vulnerável.

O que se observa é que o vocábulo vulnerabilidade tem sido usado como substituto para fenômenos difusos, tais como tráfico e uso de drogas, violação de direitos e rompimento de vínculos. Percebe-se ainda, que há um uso indistinto dos termos vulnerabilidade e violência. A história apresentada pelos peritos está justificada politicamente numa necessidade de atendimento que na verdade se configura como a necessidade de prevenir que os jovens entrem numa condição de vulnerabilidade: para eles a criminalidade e a violência – uso de drogas ou tráfico. A vulnerabilidade é tomada como um potencial de risco, mais especificamente um potencial para a violência, e o potencial de risco é tratado como vulnerabilidade. Ela vem como um verniz, em cima de uma leitura preconceituosa e estigmatizante que viria, por exemplo, proibir o funk na praça porque este é associado com a droga. Nessa perspectiva, é preciso cuidar dos adolescentes para prevenir que eles caiam nessas situações.

Os técnicos justificam suas ações dizendo que têm que oferecer opções mais atraentes para os jovens, algo melhor do que o que o traficante oferece. Mas será que, com os serviços oferecidos pela rede pública, eles fazem o que se propõem? Certamente não, porque isso não é possível. Não dá pra concorrer com as “facilidades” que um traficante oferece, realizando oficinas e oferecendo bolsas auxílio no valor de oitenta reais.

O grande problema, é que a discussão está muito além do CRAS. O que ele pretende formar não atua sobre a determinação do usuário, que é muito maior, porque se deve a uma problemática social como um todo, e configura um determinado lugar como território de violência e vulnerabilidade. Isso quer dizer que ali, naquele território, qualquer um é vulnerável, e todos os que entram em contato com essa vulnerabilidade são também vulneráveis.

Considerando a precariedade dos serviços sociais e a descontinuidade na execução dos programas oferecidos, os quais são suspensos ou modificados quando há mudança de governo, situações em que os indivíduos são tratados como coisas ou objetos, a própria rede de serviços é vulnerável. Alguns agentes sociais apontaram essa vulnerabilidade, mas a justificaram com o fato de a rede não conseguir atender todas as demandas das pessoas e também de ela ser fragmentada.

A realização desta pesquisa permitiu concluir que, a justificativa para a vulnerabilidade e para as ações propostas e implantadas é política. Não foi encontrado nada nos adolescentes atendidos pelo CRAS Norte, que justifique a afirmativa de que eles sejam vulneráveis, como foi mostrado no capítulo 6. Logo, pode-se afirmar que a vulnerabilidade é uma palavra inadequada, quando se refere às questões sociais. A palavra violência parece ser mais adequada para dar conta das questões nessa área.

As políticas públicas são definidas de cima para baixo e têm por trás delas uma necessidade de controle e de normatização. A legislação preconiza que devem ser feitos estudos de território de forma que as especificidades de cada região sejam consideradas na materialização das ações, mas relatos dos peritos mostram que as ações desenvolvidas no território não vêm de encontro às verdadeiras necessidades dos usuários. Um exemplo disso, já mencionado anteriormente, é o fato de no período de férias, quando os adolescentes não têm atividades escolares, os serviços também entrarem em recesso, deixando os adolescentes descobertos, sem orientação dos técnicos e ser opções de esporte e lazer.

Logo, usar o termo vulnerável para falar dos adolescentes pode ser um erro. A palavra que deveria emergir não é vulnerabilidade, mas violência, termo que se usa para caracterizar o clima do Parque Meia Lua e que está diretamente relacionada ao medo do tráfico, dos assaltos e nos acordos que a escola faz com o traficante.

O fato de serem rotulados como vulneráveis também traz o risco de expô-los a outro tipo de violência, se os efeitos produzidos por essa enunciação não forem considerados no planejamento e a execução das ações sociais.

> [...] ao falar em vulnerabilidade, é importante que se analisem os efeitos produzidos por essa enunciação, o fato de a cada tempo e lugar produzirmos novas populações vulneráveis e de, muitas vezes, com a intenção de ajudá-las, impedirmos que deixem de sê-lo. Questionar os conceitos e buscar seus efeitos junto aos que por esses são definidos pode ser uma importante ferramenta de intervenção potencializadora das políticas públicas voltadas aos adolescentes ditos em condição de vulnerabilidade (Guareschi et al., 2007, p. 28).

A realização desta pesquisa deixou a seguinte reflexão: ou o adolescente vulnerável não existe, ou ele não está sendo atendido pelos serviços observados. Espera-se investigar estas questões no doutorado. Partindo-se do pressuposto de que existe uma forma discursiva que tende a colonizar a maneira como os adolescentes pensam, pretende-se buscar na fala e nos comportamentos deles adolescentes indícios de adesão ou de resistência a esse discurso. Há necessidade de se observar com mais profundidade, como os adolescentes – grupo tomado como vulnerável – reagem a essa enunciação, observando-os em seu contexto de vida – usando o método etnográfico (Geertz, 2008) – e coletando suas histórias de vida (Queiroz, 2008).

O fato de os adolescentes serem considerados vulneráveis aparece na fala deles? O discurso da vulnerabilidade diz o que os adolescentes vulneráveis teriam menos chance na vida, que tenderiam a se envolver com atividades ilegais e que teriam menor qualidade de vida, por exemplo. Será que os adolescentes têm essa percepção? Será que eles não constroem um mundo totalmente à parte dessa enunciação e uma identidade que resiste ao rótulo de vulnerável ou até mesmo o ignora?

Cabe apontar ainda, que os encontros foram realizados dentro de uma instituição pública, na presença dos agentes sociais o que poderia enviesar os dados coletados. A realização de um encontro com os adolescentes fora da instituição e sem a presença dos técnicos foi aventada, até como possibilidade de se comparar os resultados obtidos em ambos os contextos, mas não houve tempo para executar isso. Espera-se realizá-lo em breve. Ao fazê-lo, objetiva-se dar seguimento à tarefa da Psicologia brasileira como campo de conhecimento, especialmente quando se debruça sobre as instituições criadas com base em suas próprias

teorizações e conceituações: criticar o enrijecimento teórico-conceitual que consiste em assumir como dados socialmente objetivos as categorias originadas pelo trabalho necessariamente incompleto, tateante e sempre localizado socialmente dos agentes envolvidos na criação, implantação e transformação das políticas públicas e sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

Aberastury, A.; Knobel, M. (1981). *Adolescência Normal: Um enfoque psicanalítico.* Porto Alegre: Artmed.

Abramovay, M.; Castro, M. G.; Pinheiro, L. de C.; Lima, F. de S. & Martinelli, C. da C. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para políticas públicas.* Brasília: UNESCO, BID. Recuperado em 14 de Junho de 2010, de http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf.

Adorno, T., & Horkheimer, M. (Orgs.) (1978). *Temas básicos de Sociologia. São* Paulo: Ed. Cultrix.

Agamben, G. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua.* (2a ed.) Belo Horizonte: UFMG.

Arendt, H. (2011). *Sobre a violência.* (3a ed.) (A. de M. Duarte, trad). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ariès, P. (1981) *História Social da Criança e da Família.* (2a. ed.) Rio de Janeiro: LTC.

Ayres, J. R. de C. M. (1996). *HIV/AIDS, DST e abuso de drogas entre adolescentes: Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas.* São Paulo: Casa de Edição.

Ayres, J. R., Paiva, V., & Buchalla, C. M. (2012). Direitos Humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. In: J.R. Ayres, V. Paiva & C.M. Buchalla. (Coords.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos. Prevenção e promoção da saúde. Livro I.* (pp. 9-22). Curitiba: Juruá Editora.

Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R. H., & Lunardi, V. L. (2011). Grupo Focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O Mundo da Saúde*. São Paulo, 35(4), 438-442. Recuperado em 22 de junho de 2013, de http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/88/10_GrupoFocal.pdf

Benelli, S. J. ; Costa-Rosa, A. da. (2012). Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP.*

São Paulo, (v.23, n. 4, pp. 609-660). Recuperado em 20 de outubro de 2013, de ttp://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n4/v23n4a02.pdf.

Benjamin, W. (2011). Para uma crítica da Violência. In*:* W. Benjamin. *Escritos sobre mito e linguagem.* (pp. 121-156). São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

Blanco, G. P. (2004). *O conceito de vulnerabilidade no direito penal.* Buenos Aires: Educa. Recuperado em 31 de março de 2012, de http://www.unorp.br/downloads_blogs/o_conceito_de_vulnerabilidade.pdf

Bock, A. B. M. (2007, January-June) A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).* 11(1), 63-76. Recuperado em 03 de abril de 2012, de http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente***.** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.

Brasil. (2005). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.* Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF; Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil (2007). Fundação UNICEF, Fundação AyrtonSenna e Fundação ItaúSocial. *Adolescentes e jovens do Brasil: Participação Social e Política***.** Recuperado em 08 de abril de 2012, de http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf

Brasil (2008)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontífica Universidade Católica de São Paulo – 1 cd.* CapacitaSuas Volume 1. Suas: Configurando os Eixos de Mudança. Brasília: MDS, 136p. Recuperado em 10 de agosto de 2012, de http://pt.scribd.com/doc/125625234/Caderno-SUAS-Volume-1-2013-Configurando-Os-Eixos-Da-Mudanca.

Brasil (2009). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (1a. ed., p.72). Brasília: MDS.

Brasil. (2010). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.* Capacitação para controle Social nos municípios: SUAS e Bolsa Família. Brasília,

DF; Secretaria da Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.

Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia.* Lisboa: Fim de Século.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede.* (6a ed). São Paulo: Paz e Terra.

Castro, M. G., & Abramovay, M. (2002, July). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 143-176.

Chauí, M. (Locutor). (1998). *Ética e Violência*. [Palestra apresentada no Colóquio Interlocuções com Marilena Chaui, São Paulo].

Chimin Jr, A. B. (2009, Janeiro a Julho). O espaço como componente da vulnerabilidade dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei para a conduta infracional. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 3 (1), 41-53 Recuperado em 09 de outubro de 2011, de http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1191/899

Cirqueira, A. P. (2007). *Violência Física Intrafamiliar: as perspectivas dos adolescentes do Programa Sentinela de Itaboraí sobre a violência sofrida.* Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Serviço Social. PUC, Rio de Janeiro.

Coelho, A. B. (2010). *Vulnerabilidade sócio-juvenil em Ribeirão das Neves, MG, 2000.* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2010. Recuperado em 25 de março de 2012, de http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/TratInfEspacial_CoelhoAB_1.pdf

Cunha, J. M. P. da, Jakob, A. A. E., Hogan, D., J., & Carmo, R. L. (2004). *A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil. Recuperado em 25 de março de 2012, de http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf

Deleuze, G. (1990). Post-Scriptum sobre as sociedade de controle. *In*: Deleuze, Gilles. *Conversações***.** 219-226. Rio de Janeiro: Editora 34.

Derrida, J. (2010). *Força de Lei: O "Fundamento místico da autoridade".* São Paulo: Martins Fontes.

Ferreira, A. B. de H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa.* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira I. C. B., Vasconcelos, A. M. N., & e Penna, N. de A. (2008). Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das Cidades. Trabalho apresentado no *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Recuperado em 01 de junho de 2013, de http://ceam.unb.br/oj/arquivos/artigo_nogales.pdf

Figueiredo, L. C. (1994) Escutar, recordar, dizer: encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo, Educ/Escuta.

FUNDAÇÃO SEADE.(2000). Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. São Paulo, 2000. Recuperado em: 10 de maio de 2013, de http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf

Fukuda, C. C., Brasil, K.T. & Alves, P. B. (2009). Fatores de Risco e Proteção: considerações sobre gênero. *In:* M.C.R. Libório, S.H. Koller. *Adolescência e Juventude: Risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: LTC.

Giddens, A. (1991) *As conseqüências da modernidade.* (R. Fiker, trad.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

_____. (2002). *Modernidade e identidade.* (P. Dentzien, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Gomes, P. B. M. B. (2001). Mídia, imaginário de consumo e educação. *Educação &. Sociedade*. [online]. 22(74), 191-207. Recuperado em 15 de abril de 2012, de http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a11v2274.pdf

Gomes, M. A. & Pereira, M.L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. v.10, n.2, pp. 357-363.

Guareschi, N. M. F., Reis, C. D., Huning, S. M., & Bertuzzi, L. D. (2007) Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e pesquisas em psicologia.* 7(1), 20-30. Recuperado em 09 de Julho de 2013, de http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf

Guattari, E., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2009). *Dicionário* Houaiss *da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva.

Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. (Ano IX, n.17). Recuperado em 28 de setembro de 2013, de http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205

Hillesheim, B., & Cruz, L. R. da. (2008). Risco, Vulnerabilidade e Infância: Algumas Aproximações. *Psicologia e Sociedade.* 20(2), 192-199. Recuperado em 23 de fevereiro de 2013, de www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf.

Horkheimer, M., & Adorno, T. (1985) *Dialética do Esclarecimento.* São Paulo: Zaahr.

Houaiss, A.; Villar, M. de S.(2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro, Objetiva.

Ianni, O. (2011). *A sociedade global.* (14a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Jacareí (2005). Secretaria de planejamento. Diretoria de Urbanismo. *Dados Gerais do Município de Jacareí.* Recuperado em 10 de outubro de 2011, de em:http://www.embras.net/pmjacarei_portal/_xtras/downloads/dados/DADOS%20GERAIS%20DO%20MUNICIPIO%20DE%20JACAREI.pdf

Jorge, D. B. P. (2009). *Construção, análise semântica e verificação da consistência interna de uma Escala de Autoeficácia Geral Percebida para Jovens da população brasileira*. Relatório de pesquisa apresentado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIP, no Programa Iniciação Científica, São Paulo.

Kowarick, L. (2009) *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.* São Paulo: Editora 34.

Levisky, D. L. (Org.). (2000). *Adolescência e Violência: consequências da Realidade Brasileira.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Magro, V. M. M. (2002, Agosto). Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o Hip Hop. *Cad. Cedes,* Campinas, 22(57), 63-75. Recuperado em 09 de Setembro de 2010, de http://www.cedes.unicamp.br.

Malvasi, P. A. (2008, July-September). ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. *Interface Comunicação Saude Educação*. 12(26), 605-617.

Manguel, A. (2008). *A cidade das palavras: As histórias que contamos para saber quem somos.* (Trad. Samuel Titan Jr.). São Paulo: Companhia das Letras.

Marandola Jr., E., & Hogan, D. J. (2006, January-March). As dimensões da vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva,* 20(1), 33-43. Recuperado em 25 de março de 2012, de http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf.

_____ (2009). Vulnerabilidade do lugar versus vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Rev. bras. estud. popul. [online].* 26(2), 161-181. Recuperado em 25 de março de 2012, de http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v26n2/02.pdf

Marandola Jr., E. (2007). Debate sobre o artigo de Rigotto & Augusto. Cad. Saúde Pública [online]. Rio de Janeiro, (v.23, suppl. 4, pp. 495-496).

Martuccelli, D. (1999). Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo Social; Rev. Sociol.* USP, São Paulo, 11(1), 157-175.

Morin, E. (2003). *Ciência com Consciência*. (M. D. Alexandre & M. A. S. Dória, trads., 7a.ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Pietroforte, A. V., & Lopes, I. C. (2011). Semântica Lexical. In: J. L. Fiorin, (Org.). *Introdução à Lingüística II: princípios de análise*. (5a ed., pp.111-135). São Paulo: Contexto**.**

Queiroz, M. I. P. (2008). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: Lucena, C. T.; Campos, M. C. S. S.; Demartini, Z. B. F. *Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz.* São Paulo: Humanitas.

Rigotto, R. M.; Augusto, L. G. da S. (2007). Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, (v.23, n. 4, pp. 475-501).

Santos, E. P. S. (2004). (Des)construino a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria 'menor'. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão. *Psicologia Jurídica no Brasil.* (pp. 205-248). Rio de Janeiro: NAU Editora.

Santos, J. E. F. (2005). *Travessias: a adolescência em Novos Alagados.* Bauru: Edusc.

Santos, M. (2008). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Record.

Sarriera, J. C. (2004). Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. *In:* J.C. Sarriera. (Coord.). *Psicologia Comunitária: estudos atuais.* (2a ed.). Porto Alegre: Sulinas.

Sasaki, R. K. S. (2003). *Caracterização dos Impactos Ambientais decorrente do Uso e Ocupação do Solo do Distrito Parque Meia Lua, Município de Jacareí – São Paulo*, no período de 1960 a 2000. Dissertação Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de Taubaté, UNITAU.

Savage, J. (2009). *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX.* Rio de Janeiro: Rocco.

Sennett, R. (2010). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.* Rio de Janeiro: BestBolso.

Silva, P. R. da M. (2005). A meninice e a institucionalização da situação de rua:práticas institucionais, discurso e subjetividade. *In* S.K. Shine (Org.) *Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sorel, G. (1992). *Reflexões sobre a violência.* São Paulo: Martins Fontes.

Sposito, M. P. (Coord.). (2009). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, 2. Belo Horizonte: Argvmentvm.

Tassara, E. T.de O., Massola, G. M., & Vichietti, S. M. P.(2009). *Formas organizativas de coletivos sociais e políticos em cidades latino-americanas: um estudo psicossocial do enraizamento em fronteiras urbanas-periurbanas no território de São Paulo-SP*. Projeto de Pesquisa apresentado à FAPESP.

Trassi, M. de L. (2006). *Adolescência-Violência: desperdício de vidas.* São Paulo: Cortez.

Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel FAPESP: Lincoln Institute.

Weil, S. (1996). O desenraizamento. In E. Bosi (Org.). (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão.* (2a ed., pp. 407-440). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANEXOS

ANEXO A

Parâmetros norteadores para a observação nas instituições

1. Número e tipo (formas de organização) de coletivos sociais cujo público alvo é adolescente
2. Distribuição e localização dos coletivos sociais na microrregião
3. Formas de vinculação dos coletivos com o sistema público e com a comunidade
4. Composição dos coletivos: perfil psicossocial dos colaboradores, critérios de participação e tipos de liderança.
5. Tipos de atividades realizadas nos coletivos sociais.
6. Objetivos das ações, práticas e políticas defendidas e priorizadas pelos participantes no âmbito dos coletivos.
7. Tempo de dedicação dos participantes aos coletivos, relevância percebida com relação a essa participação e sua relação com os projetos de vida dos participantes.
8. Caracterização do público alvo: faixa etária, local e condição da residência, condição socioeconômica, escolaridade, principais problemáticas apresentadas, frequência.

ANEXO B

Roteiro para coleta da entrevista semi-dirigida com os agentes sociais

1. Quais são os objetivos dessa organização?
2. Quem é o público alvo aqui? (procedência, faixa etária, condições socioeconômicas, principais problemáticas apresentadas por eles, etc.)
3. O que você faz aqui?
4. Por que você faz isso?
5. Descreva as ações, práticas e políticas defendidas nessa organização?
6. Qual é o resultado esperado com a realização desde trabalho?
7. O que você sabe sobre as ações voltadas para o público adolescente, realizadas no entorno dessa organização, pela população local?
8. Se o termo *vulnerabilidade* não for citado pelo entrevistado, este será apresentado e será pedido para que ele fale o que pensa sobre o assunto, da seguinte forma:

   "Os adolescentes são frequentemente alvo das políticas públicas. Uma das justificativas para isso é a afirmação de que eles constituem um grupo vulnerável. O que você pensa sobre isso?"

ANEXO C

Organizações não governamentais Associação Educacional e Assistencial Guri (ONG Guri na Roça)

A Associação Educacional e Assistencial Guri surgiu em 1999 com o objetivo de orientar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, provenientes de famílias de baixa renda do bairro Veraneio Ijal, em Jacareí. As atividades começaram com um grupo de 40 pessoas, que recebiam noções de preservação ambiental e cultivo orgânico. Com o tempo o trabalho foi ampliado e a ONG passou a oferecer oficinas para a clientela.

Em dezembro de 2001 a instituição foi reconhecida como Organização Não Governamental e hoje seus objetivos são a preparação das crianças e adolescentes, com idades entre de 8 e 18 anos, para inserção social e profissional. São oferecidas aulas de inglês e informática, educação ambiental, ética e cidadania, teatro, comunicação e expressão, literatura, artesanato, oficinas de reciclagem e reforço escolar. Alguns produtos artesanais produzidos nas oficinas são comercializados.

A ONG justifica sua atuação na necessidade de oferecer oportunidades para as crianças e os adolescentes de se qualificarem para o mercado de trabalho, tendo assim opções para não se envolverem com o mundo das drogas e do crime, deixando de agravar ainda mais os problemas da sociedade – crescimento acelerado do desemprego, das favelas, do tráfico de drogas, do vandalismo.

Jacareí Ampara Menores (JAM)

A JAM é uma entidade assistencial criada em 1969 com o objetivo de atender em salas de aulas alunos excepcionais - expressão usada na época para se referir a pessoas portadoras de deficiências cognitivas.

Atualmente desenvolve um trabalho com indivíduos que apresentam deficiência cognitiva por meio das atividades da Escola de Educação Especial “Celso Moreira de Almeida” a qual contempla projetos de escolaridade, trabalhos socioeducativos e profissionalizantes.

Além disso, realiza a inclusão social de adolescentes de ambos os sexos que se encontram em situação de vulnerabilidade, objetivando a defesa e afirmação dos

seus direitos e o desenvolvimento de capacidade e potencialidade por meio do "Programa Aprendiz", que oferece cursos de capacitação e estágio em empresas.

Associação "Criança Especial" de Pais Companheiros (CEPAC)

A CEPAC é uma associação de pais e membros da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1987, que presta assistência a pessoas com deficiência neurológicas, inclusive crianças e adolescentes, por meio de ações socioassistenciais, clínicas e educacionais.

A instituição é mantida por um convênio com a Secretaria de Assistência Social, que é de onde vem a maior parte da verba, tem parceria com a Secretaria de Educação e está aguardando a renovação com a Secretaria de Saúde.

A associação desenvolve também um trabalho socioeducativo, em parceira com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMDICAD), o projeto "A Ciranda das Letras", por meio do qual oferece atividades de leitura e recreação para crianças e adolescentes da instituição e da comunidade.

O FUMDICAD é um instrumento público para captação e aplicação de recursos oriundos de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, utilizado para financiar entidades do município que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, de acordo com critérios definidos pelo CMDCA.

Batuíra Projeto Renascer (BPR)

O BPR é uma entidade assistencial criada em 1991 com a proposta de oferecer um Curso de Orientação Maternal, com duração de um ano, constituído de aulas semanais sobre saúde e cuidados com o bebê, cidadania e cursos profissionalizantes. A Instituição mantém um berçário e uma creche para onde a gestante pode deixar seus filhos, com até seis anos de idade, para poder participar dos cursos e atividades.

A interessada em frequentar o curso deve estar grávida de no máximo vinte e sete semanas e precisa comprovar baixa renda familiar de até (---) e estar fazendo acompanhamento pré-natal. Ela recebe uma cesta básica semanal e, na época do nascimento do bebê, um kit maternidade e um enxoval para seu bebê.

A Instituição atende em média 130 (cento e trinta) gestantes por mês, e segundo informações da assistente social da instituição, 47% são adolescentes com idades entre 13 e 21 anos, em sua maioria encaminhadas pelo CAIA ou pelo CREAS.

Associação de Pais e Amigos do Down (ASPAD)

A ASPAD foi fundada em 1983 por membros da sociedade civil com o objetivo de oferecer atendimento especializado a pessoas com Síndrome de Down. Hoje funciona em parceria com o Poder Público e conta com profissionais capacitados da área social, da saúde e da educação.

Atualmente atende 70 usuários no município, sendo eles crianças (inclusive recém-nascidos), adolescentes e adultos com idade até 35 anos, em sua maioria oriundas de famílias em situações socioeconômicas precárias.

A associação exerce atividades em consonância com as Políticas Públicas atuais, desenvolvendo atividades com foco voltado à família, considerada pela CEPAC instituição primária e base de formação da sociedade.

Comunidade de Ação Social Fanuel (Fanuel)

A Comunidade de Ação Social Fanuel foi fundada em 1999 com o objetivo de atender indivíduos dependentes de substâncias psicoativas (adultos e adolescentes a partir dos 12 anos de idade), oferecendo tratamento em regime aberto, semiaberto e de internação.

Além disso, realiza um trabalho com as famílias dos dependentes químicos e faz triagem e encaminhamento para outras comunidades terapêuticas, quando necessário. Atua ainda na prevenção e capacitação de profissionais para lidarem com essa problemática.